

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ELNA DIAS CARDOSO

**"NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA":
MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA.**

GOIÂNIA - GO

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

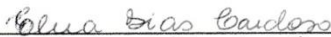
Nome completo do autor: Elna Dias Cardoso.

Título do trabalho: "NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA":
MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA.

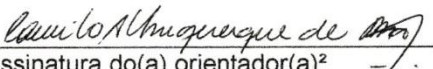
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 11 / 12 / 18

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação


Nome completo do autor: Elna Dias Cardoso

Título do trabalho: "NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA": MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 18 / 10 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**"NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA": MEMÓRIA DE
MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA.**

Elna Dias Cardoso

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. Linha de Pesquisa: Sociedade, Política e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Braz

]

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cardoso, Elna
"NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA": MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA. [manuscrito] / Elna Cardoso. - 2018.
CXCVI, 196 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Braz.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui fotografias.
Mulheres negras. 2. memória. 3. gênero. 4. resistência.
Braz, Camilo, orient. II. Título.

CDU 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
ELNA DIAS CARDOSO

Aos três dias do mês de setembro de 2018, às 09h00, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de Elna Dias Cardoso, intitulado "NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA": MEMÓRIA DE MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes: Professor Doutor Camilo Albuquerque de Braz (presidente, PPGS/UFG), Professora Doutora Cristiane de Assis Portela (UnICEUB/UNB), Professora Doutora Eliane Gonçalves (PPGS/UFG), Professora Doutora Luciene de Oliveira Dias (PPGCOM/UFG) e Professor Doutor Luiz Mello de Almeida Neto (FCS/UFG). A candidata apresentou o trabalho, os/as examinadores/as a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 13:18 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à doutoranda os seguintes resultados:

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz. Camilo Albuquerque de Braz

Aprovada Reprovada

Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela Cristiane de Assis Portela

Aprovada Reprovada

Profa. Dra. Eliane Gonçalves Eliane Gonçalves

Aprovada Reprovada

Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias Luciene de Oliveira Dias

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto Luiz Mello de Almeida Neto

Resultado Final _____

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Letícia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Letícia Ferreira Angélica Letícia Ferreira Angélica

Assistente em Administração
Secretaria do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia/PPGS
Faculdade de Ciências Sociais /UFG
Matrícula Siape n. 2071790

ELNA DIAS CARDOSO

"Nós também fazemos parte desta história": memória de mulheres negras em Brasília.

Prof. Dr. Camilo Braz – UFG
Presidente da Banca

Profa. Dra. Cristiane Portela - UniCEUB/UNB
Membro Titular

Profa. Dra. Eliane Gonçalves- UFG
Membro Titular

Profa. Dra. Luciene Dias - UFG
Membro Titular

Profa. Dra. Luiz Mello - UFG
Membro Titular

Ao meu filho, Enzo Gabriel - presente de Deus - que
compreendeu as minhas ausências durante os
estudos e fragilidades de minha saúde. Amor da
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, minha mãe, tia, irmã, cunhado e sobrinhos que cada dia me incentivam nesta caminhada compartilhando muito afeto. Amor por essa família linda.

A Cristiane Portela, principal incentivadora neste doutorado e grande companheira nos momentos mais delicados de minha saúde. Amizade que se fortalece a cada dia.

Ao Heitor Pereira, meu irmão de coração, pelas palavras de incentivos e cuidados.

A Suely Kobayashi, irmã, amiga, incentivadora, parceira. Gratidão.

A Adriana e Andrea, grandes companheiras, que me ajudam a compreender o universo das doenças raras auto-imunes e a lutar cada dia por uma melhor qualidade de vida.

Ao Camilo Braz, incentivador de minhas reflexões e companheiro nos momentos mais delicados desta tese.

Aos colegas do doutorado, Christiane, Gaspar, Marco e Maíra (companheira da BR Brasília - Goiânia).

Ao Leon, companheiro nas discussões do doutorado e também parceiro nas atividades que precisava exercer quando não estava em Goiânia.

As professoras Eliane Gonçalves, Luciene Dias e o professor Luiz Mello que aceitaram o convite de participar deste momento de reflexão.

Ao meu primo Ailce (*In memory*) que com seu jeito alegre sempre me incentivou nesta caminhada. Saudades.

A Kátia Amin, companheira paraense, que me auxiliou no retorno ao trabalho.

Ao Marcelo Máximo, grande parceiro da vida profissional.

A Neide pelo companheirismo e carinho. Amizade que se construiu pela fé.

As mulheres que compartilharam comigo um pouco de suas histórias com tanto carinho.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar as narrativas das mulheres negras a respeito do processo de construção e consolidação de Brasília, apresentando dados empíricos para uma análise sociológica da memória e suas intersecções entre gênero e raça/cor, mediante a realização de análise documental e dez histórias de vida. As questões problematizadoras da pesquisa foram: Como as mulheres negras são apresentadas no repertório simbólico e cultural acerca da construção e consolidação de Brasília (1956-1980)? E em que medida esse repertório coaduna-se com que as próprias mulheres têm a dizer de si mesmas e dos outros quando rememoram suas histórias nas cidades? Saberes e leituras são revelados a partir das narrativas dessas mulheres apresentando suas incursões em Brasília, seja no âmbito do trabalho doméstico ou fora dele, no aspecto cultural, religioso, ativista, evidenciando os diferentes mecanismos de recusa a processos de domesticação impostos diariamente em nossa sociedade.

Palavras chaves: Mulheres negras, memória, gênero, raça, classe, resistência.

ABSTRAT

This paper aims to analyze the narratives of black women about the process of construction and consolidation of Brasília, presenting empirical data for a sociological analysis of memory and its intersections between gender and race / color through documentary analysis and ten Life stories. The problematizing questions of the research were: How are black women presented in the symbolic and cultural repertoire about the construction and consolidation of Brasília (1956-1980)? And to what extent does this repertoire fit with what women themselves have to say about themselves and others when they recall their stories in the city? Knowledge and readings are revealed from the narratives of these women presenting their incursions in Brasilia, whether in the domestic work or outside, in the cultural, religious, activist aspect, evidencing the different mechanisms of refusal to domestication processes imposed daily in our society.

Keywords: Black women, memory, gender, race, class, endurance.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Carteira Profissional de uma mulher negra no período da construção de Brasília

Imagem 2 - Casas do Núcleo Bandeirante, em setembro de 1958.

Imagem 3 - Localidade indicada para situar a nova capital.

Imagem 4 - Áreas selecionadas pela Comissão Polli Coelho.

Imagem 5 - Croqui de um acampamento

Imagem 6 - Avenida em Taguatinga

Imagem 7 – Recortes de Jornais “Moça bonita trabalhando na construção de Brasília”.

Imagem 8 - *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1960.

Imagem 9 - *Correio Braziliense*, 21 de maio de 1960.

Imagem 10 - *Tribuna da Imprensa* 24 de fevereiro de 1960

Imagem 11- *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1960.

Imagem 12 – *O Jornal*, 19 de outubro de 1960.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – INTERLOCUÇÕES COM AS MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA	24
1.1 Iniciando um percurso e o encontro com o tema	24
1.2 Alguns “achados” documentais: carteiras de trabalho, registros fotográficos e relatos orais.	26
1.3 Registros de campo	31
1.4 Perfil biográfico das entrevistadas	36
2. A construção de Brasília (1956-1960): aspectos históricos, sociais e econômicos.	39
3. A implantação e consolidação da cidade (1964-1987)	50
CAPÍTULO 2 – VOZ E SILÊNCIO: CONSTRUÇÃO SOCIAL E SIMBÓLICA DA MULHER NEGRA	53
2.1 O <i>corpus</i> de análise: contextualização histórica e ideológica de jornais no período de 1956-1960.	55
2.2 As representações de mulheres em textos jornalísticos do período.	58
2.3 (Re) escrevendo histórias	76
2.4 Lavadeiras em Brasília: trabalho (in) visível	88
2.5 Mulheres em Brasília e a construção das ações de resistência	99
2.6 Gênero, raça e classe: configurações e (re) elaboração nos jornais de 1956 a 1960.	105
CAPÍTULO 3 – (ENTRE) CRUZANDO HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS: “EU VIVI”.	111
3.1. “Nós já estávamos aqui”: as quilombolas Mesquita	113
3.2 “Melhorei minha vida aqui”: Anna dos Santos de Oliveira	119
3.3 “Somos mulheres que aprendemos a lutar”: Lydia Garcia	122
3.4 “A dor às vezes parece não ter fim”: Francisca de Sousa Almeida	125
3.5 “Sempre fui atrevida”: Lindaura Lina Vila Real	128
3.6 “Vamos ganhar a Vila”: Vicentina de Cássia	131
3.7 “Não foi fácil, mas valeu à pena”: Celina Quitéria Seferina	134

“É na luta que conseguimos o nosso espaço”: Waldicéia Moraes Teixeira da Silva	136
“Cada dia é um novo passo”: Adna Santos	138
CAPÍTULO 4 – PERCURSOS DA MEMÓRIA	143
Memórias e resistências nas narrativas das quilombolas Mesquita	143
Gênero, classe e raça	153
Táticas de resistência e cidade	158
Raça, religiosidade e cidade	161
As mulheres por elas mesmas	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS	187

INTRODUÇÃO

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 e apresenta no bojo de sua formação a especificidade de se originar da transferência da capital do litoral para o interior do país. Uma mudança que se organizou muito anos antes, segundo Ignez Costa Ferreira (2010), desde o processo independência das colônias que manifestavam interesses externos ao local da nova capital e a busca de irromper com o padrão de ocupação colonial. Nesta perspectiva, considera-se que a história de Brasília não se inicia com a deliberação de Juscelino Kubitschek de deslocar a capital federal, mas com esse contexto histórico-social.

De modo geral, temos muitos estudos no campo sociológico, antropológico histórico¹ e geográfico, que buscam apresentar a organização espacial de Brasília, seja na abordagem de como se constituíam as relações sociais no período da construção; ou relações de produção e consciência de classe dos operários; os aspectos ideológicos que abrangiam a transferência da capital e os projetos urbanísticos da cidade; bem como análises da relação espaço-sociedade a partir do plano urbanístico (PAVIANI, 2010; 1987; SOUZA, 1983; FARRET, 1985; FERREIRA, 2010; RIBEIRO, 2008; VESENTINI, 1986). Entretanto, os estudos que reúnem fontes documentais e orais têm concentrado seus enfoques na história da cidade a partir da ótica dos homens, em especial dos trabalhadores da construção civil. As mulheres, quando surgem nesses cenários, geralmente aparecem em um plano secundário e são mulheres não negras. Nesse sentido, esta tese origina-se da preocupação sociológica com a ausência das questões relacionadas a gênero, raça e memória no que tange à construção de Brasília.

Diante deste quadro, surgem alguns questionamentos: o que a literatura acadêmica, especialmente a sociológica, tem escrito sobre a população negra no Distrito Federal? Como vem sendo pensada a memória negra na capital federal? E no que tange à memória das mulheres negras?

Comecei a pesquisa com um dos estudos considerados um clássico sobre a capital federal, o livro *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*, da historiadora Nair Bicalho de Souza (1983). A autora apresenta um estudo sobre a consciência dos operários da construção civil em Brasília destacando as

1 Na Arquitetura também podemos encontrar vários trabalhos sobre o tema.

representações operárias sobre os mecanismos de exploração na indústria da construção. Neste trabalho, temos os depoimentos de trinta e cinco operários a respeito do processo de trabalho, salário, jornada de trabalho, sindicato, alimentação, moradia, dentre outros temas. Todavia, nesses relatos as mulheres são citadas *en passant*, pro exemplo, quando se fala da comida que era servida aos operários. O termo *candango*², por exemplo, é empregado no masculino, generalizando assim homens e mulheres, e também excluindo essas mulheres (VIEIRA, 2007).

Nessa direção, temos o trabalho do sociólogo Reinaldo de Lima Reis Júnior (2008) que analisa a memória coletiva dos trabalhadores migrantes na construção de Brasília no período 1956 a 1960. A pesquisa utilizou-se dos registros de história oral de doze trabalhadores visando um estudo qualitativo sobre as suas memórias, buscando perceber as trajetórias de vida, o sentido da cidade, e o cotidiano no canteiro de obras. Entretanto, assim como os demais trabalhos citados, discute a formação de Brasília a partir dos depoimentos de homens, ordinariamente trabalhadores da construção civil.

O antropólogo Gustavo Lins Ribeiro no livro *O capital da esperança* (2008), a partir do entrecruzamento da historiografia com a antropologia, apresenta a análise da construção de Brasília compreendida como a concretização de um grande projeto da construção civil. O trabalho etnográfico utiliza-se de entrevistas com os trabalhadores, reportagens de periódicos, censos populacionais, mapas, fotografias. A proposta, como o próprio autor sublinha, busca apresentar as “vozes silenciadas pela dominação”, assim como elucidar a forma de exploração da força de trabalho no campo da construção civil no sistema capitalista. Trata-se de um importante estudo para aqueles que desejam conhecer de forma mais aprofundada o cotidiano dos trabalhadores. Contudo, neste estudo as mulheres aparecem quando se fala das formas de recrutamento dos grandes projetos e menciona-se a desproporção entre os números de homens e mulheres, e os consequentes conflitos que surgem dessa desproporção, tais como: a formação de relacionamentos (namoros, casamentos, relações sexuais), além da prestação de serviços exercidos pelas mulheres, sobretudo na esfera doméstica. Outro momento é quando os operários expõem de forma burlesca a ausência delas, revelações que, segundo o antropólogo, só foram possíveis porque pesquisador e entrevistados possuíam a mesma identidade de

² Termo *candango* era atribuído aos trabalhadores humildes e sem estudo que se concentravam principalmente na construção civil e em trabalhos informais.

gênero. No estudo, é apresentado apenas o depoimento de uma mulher esposa de um carpinteiro e a declaração é complementada pelas palavras de um servente, para dizer que as mulheres não deveriam andar sozinhas no período da construção, pois corriam o risco de serem atacadas pelos homens.

Supõe-se que a ausência das mulheres nesses escritos deve-se ao fato do trabalho desempenhado por elas ser considerado secundário na reprodução social. Outra questão é que as mulheres nesses escritos não são referenciadas nem como candangas – termo utilizado para os trabalhadores da construção civil e para as atividades que não ocupavam *status* social - ou pioneiras - termo que designava a ideia de desbravamento. Elas, quando aparecerem, não são nomeadas.

Um dos trabalhos que se distingue desse quadro é o de Elvira Barney (2001), no livro memorialístico *Mulheres Pioneiras de Brasília*. A autora apresenta a história de noventa mulheres que chegaram a Brasília entre 1955 e 1962. São depoimentos que têm o objetivo de apresentar de forma sucinta a história dessas mulheres. Deste modo, temos relatos de mulheres que em sua maioria eram recém-casadas com engenheiros da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, médicos, arquitetos, jornalistas, empresários, comerciantes, dentre outras atividades que se encontravam nos estratos sociais mais elevados. Não obstante, a publicação também apresenta depoimentos da esposa do primeiro mestre de obras, e da esposa do primeiro pedreiro. Há apenas um relato de uma mulher negra, que foi professora e missionária, e que fundou uma escola na Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante). O livro é assim, um grande registro de vivências dessas mulheres.

O trabalho da autora nos chama atenção por dois motivos: primeiro pelo uso do termo pioneiro destinado às mulheres, o que as concede certo *status*. Assim sendo, logo nas páginas iniciais do livro elas são denominadas de “corajosas, despreendidas e heróicas”, características comumente atribuídas aos homens. A inspiração da autora para escrever esse livro, deve-se inclusive à percepção de que as mulheres que migraram para Brasília no período da construção não eram citadas como pioneiras. Assim, no prefácio do livro, ela diz: “não acho justo as glórias caírem somente para os homens; afinal essas mulheres também fazem parte da história” (Ibidem, p. 24)

O segundo ponto que nos chama para a reflexão é a forma como muitas mulheres são apresentadas no livro: nome, origem e a referência aos seus maridos. Assim se descreve fulana, casada com o engenheiro X, ou viúva de Y. Logo, as

mulheres aparecem, mas são referenciadas a partir das figuras masculinas. Ainda que o termo pioneiras seja empregado para designá-las, observa-se que as memórias dessas mulheres são secundarizadas, pois elas aparecem sendo projetadas pelas histórias de seus companheiros.

Na esteira dos trabalhos que buscam inserir as mulheres na história da capital federal, também temos o livro *Mulheres presentes na História de Brasília: direito à vida*, da historiadora Nancy Magalhães (2005). Constituído de relatos orais e registros fotográficos do cotidiano das mulheres que moravam nessas terras desde o final dos anos 50, assim como daquelas que migraram depois da inauguração da capital. É um trabalho que apresenta como proposta colocar “em cena perspectivas de outros sujeitos que não tenham sua presença garantida pelo exercício de poderes institucionais centralizadores, como, entre tantos, partidos, sindicatos, órgãos públicos, universidades” (MAGALHÃES: 2005, p. 7). Contudo, o trabalho prioriza a apresentação dos relatos e registros fotográficos, não realizando uma análise mais detalhada desse material.

Em *Expresso Brasília*, um livro organizado pelo historiador Edson Béu (2006), temos a reconstrução dos aspectos do cotidiano de homens e mulheres na formação da capital federal. A proposta da obra é fazer um registro oral dos estratos sociais excluídos dos textos ministrados na escola. Nessa direção, apresenta relatos de idosos, negros e não negros, mulheres. No trabalho, são apresentadas as vivências de dois negros. Um homem, que aparece como vítima do trabalho pesado da construção de Brasília e que após a inauguração da cidade perde a esperança de uma vida melhor, o que o conduz à embriaguez e à loucura, iniciando uma nova viagem sem destino pelo interior de Goiás. A mulher é baiana e trabalhava como lavadeira. Sua história é descrita desde a chegada ao Planalto Central, pontuando aspectos como a insegurança das habitações e o trabalho exercido pelas mulheres neste período. As páginas que discorrem as experiências desses atores anônimos reconstróem aspectos da nova capital que são tecidos pela memória oral.

A especialista em política públicas e gênero Tânia Fontenele (2011) apresenta um desenho da participação das mulheres no período de 1956 a 1960. A autora escreveu um livro, de cunho não acadêmico, intitulado *Poeira e batom no Planalto Central – 50 mulheres na construção de Brasília*. O livro reúne cinquenta depoimentos de mulheres que participaram da construção da cidade. Foram selecionadas, segundo a autora, as frases mais significativas das entrevistadas que sublinham suas experiências e

percepções do período da edificação da capital federal. As fontes utilizadas para esse trabalho foram: jornais, Revista História de Brasília – suplemento 2 – Souvenir de Brasília, registros fotográficos do Arquivo Público do Distrito Federal e Museu Vivo da Memória Candanga. O resultado da pesquisa também foi apresentado no formato de uma exposição no Museu da República no Distrito Federal e também em documentário.

No livro, são apresentadas mulheres que desempenharam diferentes atividades: auxiliar de enfermagem, professora, comerciante, agricultoras, mulheres que atuavam exclusivamente no âmbito doméstico etc. No conjunto dos depoimentos selecionados, as mulheres são na maioria não negras. Não obstante, o livro segue a estrutura dos demais materiais citados, apresentando uma exposição de depoimentos, sem uma análise mais densa dos relatos.

A socióloga Nanah Vieira, no artigo *A mulher candanga e a consolidação da nova capital* (2007), analisa a ausência das candangas nos textos históricos e sociológicos. A pesquisa utiliza autores considerados “clássicos”³ sobre a fundação de Brasília e os candangos, e conclui que quando as mulheres e suas experiências aparecem nos textos analisados não temos narrativas que exponham como Brasília as recebeu, como era a vida delas, e quais as dificuldades encontradas nos primeiros anos da construção etc.

Os textos coletados e analisados não mostram se as mulheres candangas sentiram e pensaram diferentemente dos homens *candangos*, pois o que observa-se até então é que a visão sobre as mulheres tem sido generalizada fazendo com que nenhuma história sobre alguma mulher *candanga* tenha sido escrita ou que as condições de vida das *candangas* tenha sido estudada. Acredito que é necessário fazer uma análise do discurso, aos moldes do que propõe Foucault, acerca da construção de Brasília. Ou seja, é necessário fazer perguntas novas a documentos e fontes antigas, pois da forma como está “construída” a história sobre a fundação da nova capital, é como se, a priori, o homem fosse o único responsável pela idealização, construção e fundação de Brasília e o que ela vem a ser hoje (VIEIRA, 2007, p. 3)

Os referidos estudos foram importantes para pensarmos a inserção da mulher na memória de Brasília, articulando e tecendo diversas temporalidades, sociais e culturais, constitutivas de experiências singulares sobre o cotidiano da construção e desenvolvimento de Brasília.

Todavia, observa-se que nessas reflexões não há uma análise sociológica sobre as interseções entre gênero, raça, classe e as experiências das mulheres acerca das

3 Foram analisados os trabalhos de Bicalho (1978), Béu (2006), Miranda (1985), Magalhães (2005), Laraia (2003).

memórias em torno da construção da cidade. Outro argumento que sustentamos nesse estudo é que os “construtores de Brasília”⁴ não foram formados exclusivamente por trabalhadores de outras regiões do país, mas também por uma população que já habitava a região: é o caso dos quilombolas Mesquita.

Durante a colonização no Brasil, a região onde hoje se localiza o Distrito Federal era dividida em fazendas sobrepujadas pelos portugueses que organizavam a mão-de-obra escrava ao Garimpo Santa Luzia, atual município de Luziânia no estado de Goiás. Com o fim da escravatura (1888), os negros escravizados pelo português João Manoel Mesquita receberam como herança parte de suas terras. Mesquita não teve filhos legítimos, mas deixou descendentes do relacionamento com uma mulher escravizada (NERES, 2016).

Segundo Daiane Santos (2015) Mesquita foi formada com base em três famílias negras: Pereira Braga, Lisboa da Costa e Teixeira Magalhães, que se entrelaçaram por gerações fazendo com que a população atual chegasse a 720 famílias quilombolas no território e outras 490 pessoas que residem fora do quilombo por falta de acesso a terra.

Suelen Gonçalves dos Anjos (2006, p. 6) complementa as informações do quilombo descrevendo:

Os negros foram os primeiros moradores do Povoado do Mesquita numa região fortemente tingida pela escravidão. Em 1763, durante o período áureo da exploração das minas de ouro, a antiga Santa Luzia chegou a ter 16.529 habitantes, dos quais 12.900 eram escravos. Entretanto, a fartura do ouro durou pouco; de 1746 a 1775, neste período, muitos escravos foram mortos pela dureza da mineração, especialmente pela febre nascida do Ribeirão do Inferno, hoje Santa Maria.

Com o declínio da mineração, muitos senhores preferiram abandonar as terras na Capitania de Goiás, uma vez que esta se tornara local de difícil sobrevivência. Segundo os relatos, foi esse o momento em que três negras forras receberam as terras das mãos de seu antigo senhor, um certo “Mesquita”, e lá fixaram suas famílias. A fundação da comunidade, segundo seu mito fundador, ocorreu dessa forma.

Pesquisas como de Wesley da Silva Oliveira (2012), Anjos (2006), Souza (2015) apresentam a história do quilombo e as práticas culturais de matriz africana presentes na comunidade. Contudo, ainda há hiatos de pesquisas que exponham as narrativas dos quilombolas na formação da capital federal.

⁴ Termo utilizado por Nair Bicalho para falar dos operários que trabalharam no período da construção de Brasília. Entretanto, aqui me refiro a todos e todas que construíram a capital federal, tanto do ponto de vista material como simbólico.

Este é, em linhas gerais, o quadro sobre o qual esta tese se debruça. Neste contexto, a presente pesquisa foi conduzida pelos seguintes questionamentos: Como as mulheres negras são apresentadas no repertório simbólico e cultural acerca da construção e consolidação de Brasília (1956-1980)? E em que medida esse repertório coaduna-se com o que as próprias mulheres têm a dizer de si mesmas e dos outros quando rememoram suas histórias na cidade?

Assim, meu objetivo central é analisar as narrativas das mulheres negras a respeito do processo de construção e ordenamento de Brasília, apresentando dados empíricos para uma análise sociológica da memória e suas intersecções entre gênero e raça, mediante a realização de análise documental e de 10 entrevistas com mulheres que chegaram à capital federal do início da construção até a década de 1980.

No que diz respeito à delimitação temporal, compreendemos que o desenvolvimento da ocupação e estruturação da capital federal é marcado pelos seguintes momentos: construção, que abrangeu o período de 1956 a 1960; a implantação, que começa a partir de 1960 chegando até 1970, ocasião da transferência de funcionários e órgãos administrativos, e a formação de cidades. A consolidação compreendeu a década de 1980 quando a cidade recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade; e a (re) organização, a partir de 1990 quando se define o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e é promulgada a Lei Orgânica do Distrito Federal (PAVIANI, 2010; GOUVÊA, 2010).

Do mesmo modo que a inauguração de Brasília constituiu um momento significativo para a história da cidade, podemos dizer que os momentos subsequentes são também acontecimentos relevantes desse enredo. Após a exaltação do período de construção da cidade, temos a diminuição da oferta de emprego no setor da construção civil e um sucessivo aumento do número de habitantes, acendido pela migração ocorrida no momento anterior, e também pelo aumento natural da população (PAVIANI, 1985).

Tal crescimento populacional provocará uma pressão forte por questões relacionadas à habitação, gerando vários conflitos, assim como o surgimento de movimentos populares pró-moradia. Destarte, na formação do espaço urbano de Brasília, temos o que Safira Ammann (1987) denomina de “constituição do espaço dos excluídos”, com a transferência de pessoas que estavam próximas ao Plano Piloto, para áreas desprovidas de urbanização.

A partir de 1971, temos a consolidação da cidade “como decorrência de uma nova conjuntura política, marcada pela obtenção de maior hegemonia política por parte do regime militar instaurado a partir do golpe de 1964” (CAMPOS, 2010, p.115). Em função do controle social e da estrutura espacial da cidade os militares testificam Brasília como capital federal. O ritmo das construções foi retomado e as obras que estavam inacabadas foram complementadas.

O título concedido pela UNESCO, assim como o PDOT e a Lei Orgânica são também instrumentos expressivos de uma nova fase da história da cidade. Tal fato deve-se a duas razões: primeiro, ao receber a designação de Patrimônio da Humanidade, consegue-se refrear as ações dos empreendedores imobiliários empenhados em adensar a cidade e dos arquitetos urbanistas que consideravam suplantados os princípios que formaram a concepção da nova capital. O título vem, portanto, assegurar a manutenção do projeto original de Lúcio Costa, com as características de quatro escalas distintas que traduziriam a concepção urbana original da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica (REIS; RIBEIRO; PERPETUO, 2016). A Lei Orgânica e o PDOT constituem instrumentos legais concretos que objetivaram o ordenamento do Distrito Federal, regulando a localização dos assentamentos humanos e das atividades econômicas e sociais da população.

Sabemos que desde a construção de Brasília, seu território é objeto de planejamento. Entretanto, a partir do aparecimento “precoce” de cidades no entorno do Distrito Federal e de movimentos populares, devido ao crescimento das invasões que se formaram nos espaços vazios do Plano Piloto, temos a elaboração de propostas para a ocupação territorial, que se efetivam com a aprovação da Lei Orgânica e do PDOT. Assim sendo, as referidas leis também se constituíram em mais um dispositivo para sobrepujar novas ocupações na área do Plano Piloto.

Isto posto, penso ser esse período satisfatório para uma análise sociológica da memória das mulheres negras, sobretudo porque nesse espaço temporal ocorre a consolidação da cidade em um cenário assinalado pela erradicação dos acampamentos e a construção de grandes conjuntos habitacionais, expansão urbana, reconfiguração de expressões culturais e formação de distintos movimentos populares. Circunstâncias, portanto, reveladoras das incursões desses atores sociais pelo espaço urbano, constituindo experiências de sociabilidade, subjugação e resistência.

1. Perspectiva metodológica

Consideramos que a pesquisa qualitativa foi apropriada para a investigação proposta porque ao estudarmos um grupo de indivíduos que irão compartilhar histórias, estaremos caminhando no sentido de “compreender os contextos ou ambientes em que os participantes de um estudo abordam um problema ou questão” (CRESWELL, 2014, p. 52).

Nessa direção, para analisar os discursos produzidos por e sobre as mulheres negras no período da construção e consolidação de Brasília é utilizada no primeiro momento, como instrumento metodológico, a análise de jornais do período de 1956 a 1960. E, num segundo momento, a História oral, aqui compreendida como

Uma opção metodológica que fornece sustentação para uma investigação politicamente comprometida com a valorização e a recuperação das memórias diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a sexualidade, a classe, a raça, possibilitada pelo testemunho oral [...]
O trabalho com História Oral requer, ainda, uma reflexão sobre a memória, uma vez que possibilita transitar entre várias temporalidades do vivido, demarcando subjetividades construídas nas trajetórias de vida
(CARDOSO, 2012, pp.28-29).

Dentro da concepção de história oral, utilizei as entrevistas de história de vida. Pois, como afirma Rosa Lydia Teixeira Correa e Luciene Guiraud (2009), ela é um instrumento de compreensão que permite conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, recuperando experiências de vida obtidas por meio de relatos, assim como retomar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza. Por conseguinte, proporciona uma imersão na vida das pessoas, e na presente pesquisa permite conhecer a trajetória das entrevistadas a partir de referências de gênero, raça/etnia, religião, dentre outros, e quais as saídas encontradas por essas mulheres para se afirmar num contexto em que eram invisibilizadas.

Complementando essa reflexão, Verena Albertini e Amilcar Araujo Pereira Pereira (2007, p.17) afirmam que “uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e momentos estratégicos”. Deste modo, podemos dizer que as histórias contadas aqui trazem olhares que nos ajudam a compreender as incursões dessas mulheres pelo espaço urbano, a relação que estabeleceram com a cidade, com o outro e também consigo mesmas.

A escolha das entrevistadas foi dirigida por critérios qualitativos, como recomenda Albertini (2005, p.31), “a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”. Assim sendo, a seleção deve observar se os entrevistados participaram ou se inteiraram de situações vinculadas ao tema e se podem apresentar relatos significativos. Seguindo essas orientações, realizei a identificação de mulheres negras mediante os seguintes critérios: 1) moram em Brasília desde o período da construção ou transferiam-se em período posterior à inauguração com residência na capital de mais de 25 anos; 2) têm mais de 40 anos; 3) atuaram em segmentos como: educação, instituições religiosas, movimento social e arte.

As etapas de preparação e realização da entrevista constaram de: contatos para obtenção da entrevista, preparação do roteiro e realização da entrevista. O contato foi realizado via telefone, momento em que agendávamos o local e horário da entrevista. Na identificação das entrevistadas no espaço urbano, utilizei em alguns momentos, as indicações de Tânia Fontenelle, autora do livro *Poeira e Batom*; outras vezes pesquisei em livros e jornais que apresentavam fotografias com mulheres negras; as quilombolas participantes deste trabalho foram indicadas pela técnica Daiane Santos (técnica da Fundação Palmares) e Sandra Braga presidente da Associação Renovadora do Quilombo. Toda a trajetória da pesquisa foi registrada no diário de campo, compreendido aqui como instrumento de reflexividade contínua.

Seguindo o procedimento de Cardoso (2012), também elaborei um quadro, com informações pessoais de cada entrevistada: nome, idade, local da entrevista, escolaridade, estado civil, número de filhos, local de moradia, participações em organizações. Essa descrição busca apresentar ao leitor um panorama das mulheres participantes da pesquisa, possibilitando assim, o entendimento de *quem são e de que lugares falam*.

Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e solicitaram que seus nomes aparecessem de acordo com a certidão de nascimento nos relatos, pois essa seria uma forma de reconhecimento de sua história na cidade.

Além dos instrumentos metodológicos citados, utilizei também outros dados que auxiliaram a contextualizar o período da pesquisa: 1) levantamento e seleção de mapas;

2) carteiras de trabalho do período de 1956 a 1960; 3) levantamento e seleção de materiais fotográficos e audiovisuais. Ademais, foi fundamental a fonte bibliográfica (artigos, monografias, dissertações e teses) sobre o tema em questão.

2. Perspectiva teórica

Para apresentar as narrativas das mulheres negras que constituem a história de Brasília, escolhemos dialogar com os trabalhos das autoras Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez. Segundo a perspectiva de Cornel West (1999), que expõe como características o vínculo com a comunidade e a reflexão dos regimes de verdade⁵ que vivemos, podemos denominá-las como intelectuais negras insurgentes. Ainda que West esteja falando do contexto norte-americano, ele apresenta como proposição central para os intelectuais negros na atualidade “estimular, proporcionar e permitir percepções alternativas e práticas que desloquem discursos e poderes prevaletentes” (p.13) para ocorrer a insurgência negra. Diante do exposto, vemos as produções das escritoras como um exercício intelectual contra hegemônico em relação às questões de gênero e raça. O discurso das intelectuais é uma ressignificação de suas vivências e histórias, tematizando em vários momentos a memória como instrumento importante no processo de construção da identidade afro-brasileira. Os trabalhos das intelectuais surgem aqui como disparador central de nossas reflexões, dialogando também com bell hooks para discutir e pensar a memória da mulher negra em Brasília.

Diante do exposto, os trabalhos das referidas autoras contribuirão para tematizarmos sobre ser mulher negra na sociedade brasileira. González (2011) ao refletir a respeito do feminismo afro-latino-Americano destaca a importância de falarmos do caráter multirracial e pluricultural dos grupos que compõe essa região. Pois, “falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas” (2021, p. 14). Ao encontro dessas idéias Sueli Carneiro (2011, p. 1) expõe:

⁵ Os regimes de verdades são definidos por Foucault, em sua obra *Microfísica do Poder*: “Cada sociedade tem seu regime e verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”, engendrando “efeitos regulamentados de poder” (1979:12).

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor.

As produções de Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Esmeralda Ribeiro e Sueli Carneiro são um convite à reflexão da memória em uma perspectiva afro-brasileira, na qual as vivências fortalecem as tradições e também são ressignificadas.

A opção teórica segue um posicionamento político de sair da horizontalidade dos escritos acadêmicos que discutem a memória dos negros e negras prioritariamente a partir dos estudos clássicos franceses e estadunidenses. Propomos um exercício sociológico no qual a memória dialoga com os movimentos de resistência, o legado histórico e as influências do processo diaspórico na construção da identidade das mulheres negras. Ao pensar o conceito de memória a partir de intelectuais negras latino-americanas buscamos elaborar percepções e práticas desalojadas de discursos predominantes masculinos e não negros, assim como visibilizar a escrita de mulheres negras no âmbito do trabalho intelectual. E, desta forma, distanciar-me do conceito excludente de intelectualidade construída no sexismo e no racismo, como expõe bell hooks⁶ (1995, p. 468).

E o conceito ocidental sexista/racista de quem e o que um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com a supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, e torna o domínio intelectual um lugar “interdito”.

Essa perspectiva está em consonância com a concepção feminista negra que traz para tela de debate a condição específica do ser mulher, negra e, geralmente pertencer aos estratos sociais mais vulnerabilizados.

Seguindo as idéias de Linda Martín Alcoff (2016), de que é importante contextualizar nosso posicionamento, argumento que as mulheres negras podem e têm falado em distintos cenários. Contudo, isto não quer dizer que elas têm alcançado sucesso na escuta de suas falas. O que proponho neste trabalho é escutá-las e falar teoricamente a partir de e com elas, ou seja, as memórias das mulheres negras são o

⁶Glória Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks – escritora e ativista social.

ponto de partida para olhar a formação da cidade e pensá-la em uma perspectiva crítica em relação ao pensamento hegemônico.

Esta tese, portanto, não se propõe a falar pelas mulheres negras, mas a falar a partir da perspectiva delas (MIGNOLO (2003), DUSSEL (1996), QUIJANO (2005). Isto expressa um empenho em analisar as narrativas a partir do posicionamento estrutural e do saber produzido pelas mulheres participantes da pesquisa.

Esta tese está estruturada em 4 capítulos:

No capítulo I, intitulado *Interloquções com as mulheres negras em Brasília*, abordo a trajetória percorrida para realização do trabalho, apresentando as primeiras fontes documentais que auxiliaram na compreensão do universo da pesquisa, o perfil das participantes desta proposta e os registros do trabalho de campo. Posteriormente, são apresentados os aspectos históricos, sociais e econômicos dos períodos da construção e consolidação de Brasília (1956-1980).

O capítulo 2 *Voz e silêncio: construção social e simbólica da mulher negra* analisa os discursos produzidos por e sobre as mulheres negras no período da construção de Brasília (1956-1960). Neste capítulo apresentamos o *corpus* discursivo dos textos jornalísticos, exercício de reflexão pautado em Michel Foucault (2009) e Jocelyn Létourneau (2011).

O capítulo seguinte (*Entre) cruzando histórias e trajetórias: “eu vivi”*, apresenta as histórias de vida das participantes da pesquisa e a capital federal constitui o cenário de produção dessas memórias. Assim, são apresentadas no primeiro momento as histórias de vida, buscando trazer para este cenário os principais aspectos pontuados pelas interlocutoras. Em seguida, apresento subitens dos pontos levantados, estabelecendo um diálogo teórico com as narrativas, desde uma perspectiva interseccional.

O capítulo 4 *Percursos da memória* apresenta uma reflexão das narrativas das participantes da pesquisa. Essas experiências sublinham imagens e representações sociais sobre Brasília e também mostram o que as mulheres negras dizem sobre si mesmas e o que os discursos jornalísticos (re) constrói a respeito delas.

Nas considerações, busco retomar os principais pontos discutidos nos capítulos precedentes e problematizar algumas ideias para reiterar meu argumento e assinalo alguns caminhos que a pesquisa oportunizou alcançar.

CAPÍTULO 1

INTERLOCUÇÕES COM AS MULHERES NEGRAS EM BRASÍLIA

1.1. Iniciando um percurso e o encontro com o tema

O lugar de fala para produzir essa pesquisa é motivado por questões teóricas, mas também por questões individuais impulsionadas pelo campo profissional. Por acreditar que o lugar de fala do pesquisador é parte componente do processo de construção de seu trabalho, apresento resumidamente o lugar de *onde falo*. Para discorrer sobre o *meu lugar de fala*, sigo as indicações de Sandra Harding (1998), que explicita que na pesquisa feminista, é imprescindível que a pesquisadora se coloque no mesmo plano crítico que o universo observado, expondo todo o processo de forma que este possa ser apreciado pelos resultados da pesquisa. Deste modo, “os pressupostos de classe, raça, cultura e gênero, as crenças e os comportamentos da própria pesquisadora devem ser colocados dentro da moldura do quadro que pretende descrever”, e desta forma a pesquisadora apresenta-se “como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses particulares e específicos” (p.25).

Em 1996, iniciei meus estudos no campo de gênero, como bolsista em um projeto no PIBIC⁷ na UFPA. Em 1997, enveredei para o universo afro-brasileiro, em especial para o campo da religiosidade, também como consequência, de um projeto do PIBIC⁸ na mesma universidade. Essa experiência foi motivadora para aprofundar minhas leituras no sentido de conhecer como as religiões de matriz africana eram trabalhadas no campo da educação. Estudos que se tornaram elementos importantes para a minha prática docente, inicialmente nos cursos de graduação e posteriormente no ensino médio em instituições públicas e particulares no Distrito Federal.

Em 2003, com a aprovação da Lei 10.639/2003⁹ fui selecionada pelo MEC para uma consultoria sobre os projetos da referida lei, experiência que me aproximou mais ainda das discussões sobre as políticas de igualdade racial. Em 2007 quando fui

⁷ Projeto intitulado “Memória de Mulheres: saber e cultura numa comunidade de pescadores da Baía do Sol- Mosqueiro- Pa”, na supervisão de Luzia Miranda Álvares.

⁸ Projeto “Os caminhos cruzados entre o Espiritismo e a umbanda no século XX” coordenado por Luzia Miranda Álvares/UFPA.

⁹ A Lei n ° 10.639/03, que altera o dispositivo da Lei 9.394/96, no seu artigo 26, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinou a inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-Brasileira”.

aprovada no concurso como professora pela Secretaria de Educação do Distrito Federal comecei a realizar trabalhos que tinham como diretrizes a implantação do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, assim como a participar de cursos oferecidos pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE). As discussões e trabalhos apresentados nesses cursos aproximaram-me de integrantes do movimento negro. E uma dessas integrantes, a professora Neide Rafael, uma das representantes mais antigas do movimento negro e educacional do DF, certo dia no horário de intervalo de curso Direitos Humanos e Educação, apresentou-me aos seus amigos, dizendo; “Elna, não é da cor, mas luta junto com a gente pela mesma causa. Aqui ou na escola trabalha pela 10.639”. Esse momento, como diz minha amiga Cristiane Portela, foi a minha “iniciação” para que conseguisse circular e conhecer novos integrantes do Movimento Negro. A apresentação da professora Neide Rafael aos seus amigos trouxe mais segurança e respeito ao trabalho que eu realizava, assim como ampliou o meu círculo de amizades, o que me auxiliou no momento que me propus a realizar o presente trabalho, pois algumas participantes desta pesquisa também fazem parte do círculo de amizades da referida professora.

Em 2014, fui cedida pela Secretaria de Educação para trabalhar no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), como Diretora de Projetos Educacionais. Ao conhecer o acervo do arquivo, em especial o registro fotográfico, meu olhar se direcionava para uma questão: onde estão as mulheres negras na história do Distrito Federal?

Quando o departamento em que trabalhava recebeu um convite pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (SEPPIR/DF) para realizar uma exposição sobre os (as) negros (as) no DF, foi o impulso que precisava para olhar de forma mais aprofundada a documentação do arquivo. Assim sendo, eu, Cristiane Portela e Guilherme França decidimos compor uma exposição que tivesse como recorte o tema *Trabalho e Presença Negra na construção de Brasília (1956-1960)*. Elaboramos um planejamento¹⁰ para execução da atividade, no qual eu fiquei responsável pela pesquisa das fontes que seriam utilizadas no trabalho. Para conhecer os movimentos demográficos no processo de construção da nova capital e identificar os

¹⁰ O planejamento foi estruturado, considerando as seguintes atividades: pesquisa, produção de escrita, projeto expográfico e concepção visual. Os textos apresentados na exposição foram produzidos conjuntamente por mim, Cristiane Portela e Guilherme França.

(as) trabalhadores (as) foram selecionadas as seguintes fontes: o 1º Censo Experimental de Brasília (1959), as carteiras de trabalho do Fundo NOVACAP¹¹ (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) no período de 1956-1960, fotografias que registraram o cotidiano da cidade e relatos orais¹² de homens e mulheres que vivenciaram esse período. Dessa exposição realizada em 2015, “nasceu” este trabalho.

A convicção em investigar o tema em pauta, conjuga dois interesses. Primeiro, apresentar uma análise sociológica da biografia das mulheres negras, discutindo a intersecção entre gênero e raça/cor, apresentando as incursões dessas mulheres pela cidade a partir de um olhar que vai além do tradicional campo da visão branca, masculina, ou ainda de discursos que apresentem as mulheres em um plano secundário na construção da cidade. Segundo, ao estabelecer interlocução com as histórias dessas mulheres por meio de suas narrativas, busco produzir um conhecimento que favoreça a mudança no cenário de silenciamento e (re) produção de desigualdades.

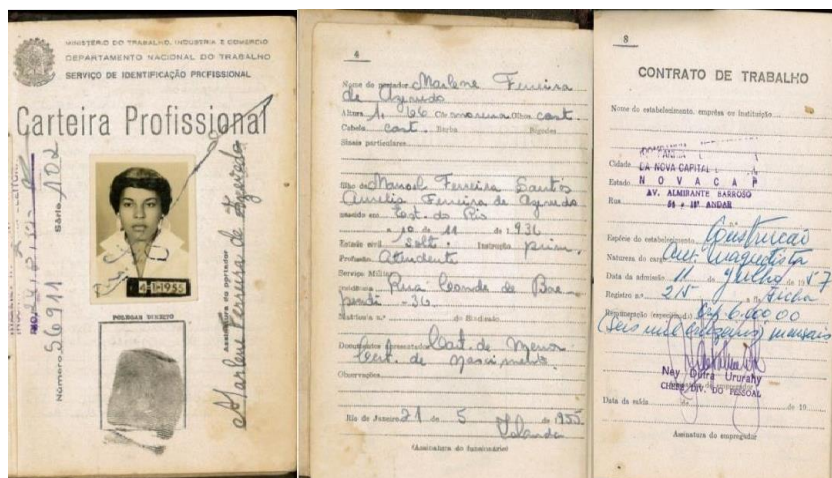
Alguns “achados” documentais: carteiras de trabalho, registros fotográficos e relatos orais.

Para elaboração da exposição comentada acima, pesquisamos inicialmente 700 (setecentas) carteiras de trabalho que compõem o Fundo NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil). Nas carteiras constavam informações a respeito: dos aspectos físicos (cor, olhos, cabelos), do nascimento, da instrução, da filiação, do estado civil, da profissão e do contrato de trabalho. Entretanto, para fins da análise do trabalho proposto pela SEPPPIR-DF nos concentramos nos critérios de cor, profissão e gênero.

¹¹ Fundo de natureza jurídica pública. O Fundo Novacap contém decisões e ações da empresa no desempenho de suas atividades meio e fim. O Fundo é composto de um conjunto de fotos, textos, mapas, plantas arquitetônicas e carteiras de trabalho que retratam a história da Capital Federal.

¹² Esses relatos orais fazem parte do Catálogo de Depoimentos Orais I que possui como linha de pesquisa a *Memória da Construção* que é formada por depoimentos de arquitetos, engenheiros, empresários, jornalistas e artistas plásticos.

Figura 1: Carteira Profissional (Fonte: ArPDF)



Para a apreciação das carteiras, utilizamos os critérios de classificação indicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) naquele período. As instruções de coleta naquele período restringiam as declarações aos grupos de brancos, pretos, amarelos e pardos, sendo que este último deveria compreender todos os casos que não se enquadrassem nas classificações anteriores. Destacamos do conjunto analisado, aquelas em que aparecem as classificações preto (a) ou pardo (a). Essa classificação foi encontrada em aproximadamente 60% dos documentos analisados. Se considerada a denominação “moreno (a)”, presente em grande número de carteiras de trabalho do período, esse percentual chega a quase 80%. Destaca-se a existência de significativas gradações nessas classificações, como por exemplo, preto claro ou moreno escuro. Cabe frisar que as informações presentes nas carteiras eram oriundas de autodelcação. A diversidade de adjetivos classificatórios coincide com traços fenotípicos também diversificados que identificamos nas carteiras dos trabalhadores dos (as) negros (as). Sublinhamos que os dados acima não dizem respeito ao número total de trabalhadores (as) na cidade de Brasília, mas sim ao número que tinha a situação profissional legalizada.

Na distribuição percentual da população, verificou-se uma preponderância da classificação branco (a), seguida pela identificação pardo (a), e preto (a); além desses, temos também a presença do grupo denominado amarelos.

Tabela 01 – Distribuição percentual da população segundo a cor em Brasília (1956-1960)

Grupo Étnico	%
Branco (a)	55
Pardo (a)	35
Preto (a)	9
Amarelos (as)	1

Fonte: Carteiras de Trabalho – Fundo NOVACAP

No que tange às ocupações profissionais, observou-se que a indústria de construção envolvia 47,8% das pessoas economicamente ativas no período, sendo as principais: serventes de pedreiro; carpinteiros e marceneiros; pedreiros; e armadores de concreto. Identificamos ainda profissões como de Apontador e soldado da Guarda Especial de Brasília (GEB) também sendo desempenhadas por negros. Sublinhamos essas profissões pela relevância que elas possuíam no âmbito do trabalho.

O primeiro profissional responsabilizava-se pela anotação das horas trabalhadas dos operários; responsabilidade essa que era dividida com o encarregado que comunicava a produção diária de cada operário ao escritório e o apontador, depois de contabilizar, enviava ao escritório central da empresa qual era a quantia semanal a ser paga para cada trabalhador. Souza (1983, p.130), ao entrevistar os operários não negros que trabalharam na construção, descreve: “quanto ao apontador, os operários distinguem de imediato o caráter “leve” das suas tarefas contábeis, comparadas aos diferentes trabalhos “pesados” executados na obra”.

A segunda profissão destacada é a de soldado da Guarda Especial de Brasília. A GEB foi criada em 1958, com aproximadamente 300 homens, elegidos entre os candangos mais fortes e violentos policiais de Goiás. Esses homens impunham-se pelo temor. Não havia um preparo técnico para esses soldados, assim como uma organização para efetivo controle à sua ação o que resultou em muitas práticas de violência contra a população, em especial a mais humilde (RIBEIRO, 2008).

As mulheres representavam apenas 8,4% das pessoas economicamente ativa. Tal fato explica-se pelas seguintes razões: em primeiro lugar, o número reduzido de mulheres no conjunto da população total; em segundo, a maior concentração das mulheres em idades infantis; em terceiro, a própria natureza do trabalho exigido naquela fase de implantação da capital. Nas carteiras de trabalho, as mulheres negras aparecem

exercendo predominantemente os seguintes ofícios: ajudante, servente, lavadeira, auxiliar, escriturária, auxiliar de maquetista, copeira, ajudante de acabamento. As profissões identificadas sublinham a diversificação de ocupações assumidas pelas mulheres no período entre 1956 e 1960, assim como o exercício de atividades com uma melhor remuneração e hierarquia, tais como o trabalho com maquetes e a escrituração, ofícios que exigiam dessas mulheres habilidades de escrita e aplicação de cálculos matemáticos. Observa-se, portanto, que algumas mulheres negras conseguiram desempenhar atividades que requeriam conhecimentos técnicos que geralmente eram atribuídos aos homens.

Outra fonte utilizada na pesquisa foram os registros fotográficos que apresentavam o cotidiano da Cidade Livre, no Aeroporto, nos diversos acampamentos, alojamentos e canteiros de obras, contemplando momentos de trabalho e fruição. Contudo, nas fotografias identificamos poucas pessoas negras. No caso das mulheres negras, esse fato se mostra ainda mais evidente, pois geralmente quem aparece em um primeiro plano são as mulheres não negras. Mesmo em planos secundários, pouco se observa a presença de mulheres negras.

Na pesquisa que realizei nos jornais, relatos orais dos quilombolas e também no Relatório Antropológico do Mesquita (2011), identifiquei que os primeiros operários da construção de Brasília, a pedido do então presidente Juscelino Kubistcheck, antes mesmo da chegada dos candangos em 1956, foram oito quilombolas. Eles auxiliaram na construção das primeiras cantinas, hospedagens, refeitórios e escritórios da chamada Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante. Espaços estruturais para os trabalhadores que chegariam de outros estados. Segundo informações da Daiane Santos (técnica da Fundação Palmares que acompanha as atividades do quilombo), todos os quilombolas que participaram desse momento faleceram¹³.

¹³ O último quilombola que participou dessas atividades faleceu início de 2015, Sr. Sinfrônio Costa, que trabalhou no madeiramento do Catetinho que foi a Primeira residência de Juscelino Kubitscheck. Não encontramos registros com os nomes dos outros quilombolas, para citá-los neste trabalho.



Fonte: ArPDF - Casas do Núcleo Bandeirante, em setembro de 1958.

Os quilombolas citados fazem parte de uma comunidade chamada Quilombo Mesquita, que foi certificada pela Fundação Palmares em 07/06/2006. Localiza-se na zona rural do Município da Cidade Ocidental – GO e está a aproximadamente 50 Km do Plano Piloto – Brasília, sendo o território quilombola mais próximo da Capital Federal. Constituído há mais de 150 anos e com mais de 3 (três) mil habitantes, o povoado possui uma população quase que totalmente negra, descendentes de africanos escravizados, trazidos na época da mineração para a então cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia.

Após a chegada dos trabalhadores de outros estados, também participaram dos primeiros anos da construção da capital federal, quilombolas como: Aleixo Pereira Braga (que trabalhava vendendo doce, na construção e condução de carros de boi); Jonas Pereira Braga (além da venda de doce, atuava na construção e condução de carros de boi com produtos como leite, carnes e verduras); Onélia Pereira Braga (que cozinhou para os operários durante a construção do Catetinho e em obras da Cidade Livre); Ageu Teixeira Magalhães (que trabalhou nas obras da Cidade Livre); Florentina Pereira Braga, Lídia Pereira Braga e Enedina Teixeira Magalhães (que trabalharam na cozinha e refeitórios da Cidade Livre); Antônio Jacinto Lisboa da Costa e Alcides Pereira Braga (que trabalharam nas obras da Cidade Livre).

As informações dos documentos embasaram a exposição *Trabalho e Presença Negra na construção de Brasília (1956-1960)*, inaugurada no dia 20 de abril de 2015, no Salão Branco do Palácio do Buriti. A concepção visual foi do artista plástico Paulo Athaíde Cavalcante, que projetou suportes de buriti para as telas em tecido. O

lançamento marcou o aniversário de trinta anos do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), comemorado em 14 de março, e a passagem do 21 de Março, Dia Internacional pela Eliminação da Desigualdade Racial.

Neste trabalho, foram apresentados vinte painéis que compunham um cenário imagético referenciado pela documentação histórica do ArPDF. Entre as fontes documentais, destacamos:

- a) Carteiras de trabalho que evidenciam a identificação de trabalhadores como pretos e pardos, em conformidade com itens constantes nos Censos de 1950 e 1960;
- b) Fotografias que registram o cotidiano na Cidade Livre, no Aeroporto, nos diversos acampamentos, alojamentos e canteiros de obras, contemplando momentos de trabalho e de fruição;
- c) Relatos orais de homens e mulheres que, por meio de suas lembranças, nos remetem a memórias que possibilitam apreender os sentidos de pertencimento estabelecidos com o lugar naquele período.

A exposição foi a primeira reflexão que fiz sobre a participação de negros e negras na construção da capital federal. O levantamento realizado, assim como o diminuto registro fotográfico das mulheres negras no cotidiano da cidade em construção, provocaram alguns questionamentos iniciais: como a participação das mulheres na construção e desenvolvimento da capital federal aparece na literatura? Existem registros das vivências de mulheres negras no período de 1956 a 1960?

Deste modo, fui impulsionada a fazer um levantamento bibliográfico para buscar respostas as minhas indagações, e esquadrihar informações do tema que cada vez mais despertava a minha atenção. Desenhava-se assim um campo de pesquisa que buscava aprofundar a reflexão sobre as implicações sociológicas a partir dos registros identificados sobre memória e silenciamento, gênero e raça.

Registros de campo

Após realizar algumas leituras sobre o período de construção e também de formação das primeiras regiões administrativas do DF, iniciei em setembro de 2014 a pesquisa de campo, realizando o contato com Daiane Souza, jornalista da Fundação Cultural Palmares. Ela foi indicada por uma amiga que afirmou que Daiane conhecia

bem o Quilombo Mesquita. Nossa primeira reunião aconteceu na Fundação, momento que apresentei a minha proposta de trabalho, e Daiane falou um pouco de sua inserção no quilombo também como pesquisadora, e hoje como ativista e amiga dos membros da comunidade. Marcamos para conversar com a presidente da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita para o final do mês. Entretanto, como era final do semestre, e eu estava finalizando os trabalhos das disciplinas do doutorado, e o filho de Daiane adoeceu, transferimos a visita ao quilombo para outubro. Mas isso não aconteceu, pois a Fundação Palmares começou a passar por mudanças em sua gestão. Nesse período, Daiane enviou os seguintes documentos para eu conhecer melhor o quilombo: Relatório Antropológico do Mesquita elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2011) e o trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Educação intitulado: “Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na construção do pesquisador coletivo” de Wesley da Silva Oliveira (2012).

Em novembro do mesmo ano nos reencontramos para agendar uma nova visita. Na ocasião, Daiane falou do falecimento de um dos membros da comunidade, Sinfrônio Lisboa, que participou dos primeiros anos de construção da cidade e foi condecorado pelo governador do Distrito Federal em 2012. Também mencionou nomes como de dona Dê - que foi cozinheira de JK -, e dona Joana, parteira da comunidade, como pessoas importantes para conhecer a respeito da história do quilombo. Marcamos nossa visita para final de fevereiro, porém mais uma vez ela não aconteceu porque a Daiane teve problemas de saúde e tivemos que adiar.

Nesse contexto, decidi seguir outros caminhos. Assim, comecei a fazer um levantamento bibliográfico e também imagético de materiais que poderiam auxiliar na pesquisa. Essa pesquisa inicial foi importante também para que encontrasse novas entrevistadas no entorno de Brasília e assim iniciasse as entrevistas na cidade.

No percurso em Brasília realizei um trabalho de busca intensa em alguns momentos na internet para identificar o contato de algumas entrevistadas. Essa procura foi impulsionada por nomes que eram citados em fontes como jornais e revistas. Outras me foram indicadas por militantes do movimento negro. Conhecer integrantes do movimento negro constituiu uma peça fundamental para realizar determinadas entrevistas. No entorno da cidade ocorreram dez entrevistas e duas no Quilombo Mesquita.

Na pesquisa de campo segui as sugestões de Robert Bogdan e Sari Knopp Biklen (1982), que sugerem que o conteúdo das observações deve envolver dois aspectos: uma parte descritiva e outra mais reflexiva. A primeira compreende um registro minucioso do que acontece durante o processo de pesquisa. Isso inclui desde a descrição dos sujeitos, locais, atividades realizadas até a reconstrução dos diálogos. A parte reflexiva compreende registros metodológicos e analíticos, os conflitos e as expectativas. Assim sendo, o meu diário de campo tornou-se um grande depositário da memória da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com duração que variavam entre duas e três horas. Cada entrevista foi um momento singular, as experiências reveladas em alguns momentos foram marcadas por sentimentos de emoção, em outros por desejos de mudança. Esse último se mostrou mais forte nas entrevistas que realizei em Brasília, e no quilombo os sentimentos são marcados por certo saudosismo.

Em cada fala, aprendi um pouco sobre Brasília, mas também sobre o amor, a humildade e a coragem. São mulheres que inspiram um olhar mais atencioso sobre a vida, em especial sobre as formas como lidamos com os problemas cotidianos.

Nas entrevistas, algumas indagações das participantes da pesquisa me surpreenderam: “porque uma pessoa jovem quer saber coisas tão velhas?”, “você escutou agora, e sabe coisas da minha vida que muito filho nunca parou para escutar”. Essas frases foram proferidas pelas entrevistadas mais idosas e revelam o quanto essas mulheres anseiam por um momento de escuta. Pierre Bourdieu (1999) cita que alguns entrevistados aproveitam esse momento para construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo. Algumas vezes são discursos densos e tristes que, quando expressados, tornam-se um lenitivo para o sujeito.

Nesse sentido, as entrevistas eram geralmente longas, muitas vezes determinados aspectos não eram gravados, seguindo a solicitação da entrevistada. Desta forma, a historicização das experiências foi aberta, pois quem conferiu o tom de ênfase ou não a determinados fatos foram as participantes da pesquisa. São, portanto, “fragmentos de suas histórias que mereceram ser enunciados, seja porque consideraram apropriados para os objetivos da pesquisa, seja por quaisquer razões subjetivas” (GONÇALVES, 2007, p. 108).

Quando as respostas eram evasivas, eu perguntava de outra forma sobre o assunto buscando esclarecer o questionamento. Caso a escusa se mantivesse, não insistia e continuava o diálogo com outro tópico, mantendo assim uma atitude de

respeito com o que as entrevistadas queriam narrar. Pois, como expõe Tânia Salém (1978), compete à pesquisadora observar as fronteiras daquilo que pode ou não ser dito durante uma entrevista.

As entrevistas foram momentos de aprendizado e também do início de novas amizades. Duas entrevistas me chamaram particular atenção: a entrevista com a quilombola Joana e com a professora e ativista Lydia Garcia. A primeira é uma mulher simples, que gosta de conversar, entretanto demonstra certa desconfiança em conceder entrevistas e tirar fotos. Na primeira visita que realizei a sua casa, acompanhada de uma amiga e seu esposo que é fotógrafo e professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal fomos com o objetivo de fazer alguns registros fotográficos para organização de uma exposição dos quilombolas. Entretanto, quando o mesmo tentou tirar uma foto de D. Joana, ela logo pediu que ele não fizesse isso, ainda que ele explicasse mais uma vez as razões. A explicação para o indeferimento da proposta foi que em outro momento, D. Joana recebeu pessoas em sua casa que começaram a retirar fotos sem sua permissão, em especial fotos de sua casa de santos, que fica nos fundos do quintal.

Saímos do local sem fazer o registro, apenas conversamos com D. Joana para conhecer um pouco mais de sua vida e seguimos em direção a casa de outros quilombolas. Neste dia, conversamos também com as quilombolas Nadir (participante desta pesquisa) e com a Tina. Estas permitiram o registro fotográfico que o casal de amigos precisava naquele momento.

A recusa da quilombola Joana foi uma sinalização para que eu repensasse como poderia solicitar a entrevista. Assim, todas as vezes que ia à casa de D. Nadir, outra participante da pesquisa, visitava D. Joana para conversar, sem o uso do gravador ou máquinas fotográficas. Conversávamos sobre família, filhos, alimentação, plantas. Mostrava as fotos do meu filho, da minha mãe, buscando estabelecer uma relação mais próxima. Falava também um pouco da minha terra, Belém do Pará, e dos pratos típicos de que gostava. Esse era um assunto que despertava interesse em D. Joana, pois ela também gostava de escutar minhas histórias. Nossas conversas duravam uma média de 40 a 60 minutos. Foram momentos que promoveram confiabilidade e segurança. Então, em um dia de nossas conversas perguntei a D. Joana se poderia gravar, e ela concordou. Conversamos então mais uns 40 minutos, e logo depois solicitei a permissão para a foto, que também foi concedida. Pois, como afirma Mirian Goldenberg (1997) para se realizar uma entrevista bem-sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança.

A participante da pesquisa Lydia Garcia também foi uma pessoa que me chamou a atenção pela sua história de vida como uma das primeiras mulheres negras a chegar à capital federal, acompanhada do marido. Ao final da entrevista, revelou que lembrar fatos não é algo simples e muitas vezes pode ser aflitivo, mas que estava feliz com aquele momento, pois conseguiu lembrar com detalhes de histórias que foram importantes em sua vida. Com muita emoção agradeceu a pesquisa que eu estava realizando e falou da importância do trabalho para as mulheres negras. Foi um momento gratificante para o meu trabalho e que me emocionou profundamente. Ao descrever o episódio no caderno de campo, recordei as idéias de Neiva Furlin (2015, p. 916) sobre o “campo” como um espaço de aprendizado e sensibilização para pesquisador e interlocutores da pesquisa. Assim, a exposição “especialmente pessoal, ao mundo concreto dos dados marca os pesquisadores e demanda que novos espaços sejam criados para compartilhar e analisar estas experiências”.

A pesquisa de campo permite como afirma Roberto Cardoso de Oliveira (2000), lembrar que a caminhada é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. Exigindo, portanto, do pesquisador momentos de reflexão sobre o seu trabalho. O processo de entrevista mostrou o que o referido antropólogo sublinha: que o confronto entre o mundo do pesquisador e dos participantes da pesquisa é sempre problemático, exige um ouvir todo especial. Não obstante, para isso, “há de se saber ouvir”. E foi esse ato de buscar ouvir as histórias, sejam elas direcionadas as perguntas da pesquisa ou ainda relatos mais íntimos, que busquei realizar nas entrevistas.

O ato narrativo, segundo Marília Cecília de Souza Minayo (2001), consente a objetivação do sujeito em suas próprias experiências e ações concretas no campo. Nessa direção, as participantes da pesquisa são neste trabalho pensadas como sujeitos-agentes das memórias de suas experiências, resistências e ações.

As participantes da pesquisa possuem condições socioeconômicas e localização espacial distintas. As faixas etárias também são diferentes, representadas por três gerações, que vivenciaram o processo de construção (seis participantes) a consolidação da cidade (duas participantes).

Perfil biográfico das entrevistadas

Adna dos Santos de Araujo nasceu no Rio de Janeiro. É conhecida como mãe Baiana de Yansã, responsável pelo terreiro Ilê Axé Oyá Bagan. Chegou a Brasília na década de 80. É coordenadora no DF da Rede de Saúde Afrodescendente (Renafro), uma das principais referências de ativismo da Federação Umbandista do Distrito Federal. Atualmente trabalha na Fundação Cultural Palmares como coordenadora de Comunidade de Matriz Africana de Terreiros.

Data: 20 de junho de 2016

Duração: 2h30min

Local: Fundação Palmares – local de trabalho da entrevistada

Anna dos Santos de Oliveira nasceu no Rio de Janeiro. Possui o ensino médio incompleto, é cabeleireira e manicure. Chegou a Brasília em 1959 acompanhada do noivo que trabalhava na Imprensa Nacional. Foi membro da diretoria da escola de samba Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC) e presidente da ala denominada “Política Forte”. A associação foi fundada em 1961 por moradores do bairro que buscavam desenvolver atividades de lazer, esporte e cultura. Hoje a referida Associação é uma das principais escolas de samba de Brasília.

Data: Junho de 2015

Duração: 2h30min

Local: Cruzeiro - Residência da entrevistada

Benedita Teixeira Magalhães, conhecida como Nadir, quilombola do Mesquita –GO. Pertence a família Teixeira Magalhães uma das famílias mais importantes da linhagem quilombola. É uma das moradoras que vivenciou a fase da construção de Brasília realizando serviços domésticos na casa dos funcionários que ocupavam os melhores cargos no empreendimento da capital federal. Ela também trabalhou vendendo verduras e legumes para os trabalhadores da construção civil.

Data: 11 de agosto de 2016

Duração: 4h

Local: Quilombo Mesquita- Residência da entrevistada

Celina Quitéria Seferina nasceu em Minas Gerais, na cidade de Esmeralda. Chegou a Brasília no ano de sua inauguração. É uma das moradoras mais antigas da Vila Planalto, também foi integrante do movimento pró-fixação dos moradores da Vila, denominado Grupo das Dez. Ela fez parte da organização inicial desse movimento de resistência em prol da permanência dos moradores no local. É uma referência na comunidade quando se fala da história do lugar. Trabalhou como empregada doméstica nos primeiros anos de construção da cidade.

Data: 16 de dezembro de 2016

Duração: 3h30min

Local: Residência da entrevistada

Francisca de Sousa Almeida maranhense que chegou a Brasília em 1968. Vivenciou o processo de transferência dos moradores da Cidade livre - hoje Núcleo Bandeirante para a região administrativa de Ceilândia. Participou dos primeiros anos da organização sócio-espacial da cidade. Trabalhou como lavadeira para os trabalhadores da construção civil, e posteriormente nas lavanderias de Brasília. Atualmente, é a presidente da Associação dos Idosos de Ceilândia.

Data: 18 e 23 de abril de 2016.

Duração: 3h30min

Local: Ceilândia - Associação dos Idosos de Ceilândia.

Joana Pereira quilombola do Mesquita - GO. Filha de mãe parteira com quem aprendeu desde cedo o ofício, auxiliando a mãe no nascimento das crianças nas fazendas. Aprendizado esse, que a tornou uma das parteiras mais populares na comunidade, principalmente por ter realizado os seus próprios partos (onze). É conhecida no quilombo como rezadeira e grande conhecedora de ervas, prepara garrafadas para todos os tipos de doenças para as pessoas da comunidade e entorno de Brasília. Constitui também a principal referência religiosa no campo da Umbanda no quilombo.

Data: 15 de outubro de 2016

Duração: 1h30min

Local: Quilombo Mesquita- Residência da entrevistada

Lindauro Lina Vila Real nasceu na Bahia. Chegou a Brasília em 1958.

Vivenciou os primeiros anos da construção de Brasília na Cidade Livre - atual Núcleo Bandeirante trabalhando como garçom. Atualmente é dirigente de um dos primeiros terreiros da capital federal, a Tenda Espírita São Jerônimo, localizado na região administrativa do Núcleo Bandeirante fundado em 1968. O espaço religioso foi constituído pelo pai-de-santo Samuel e herdado por Lina há mais de 20 anos, consta no Inventário Nacional de Referências Culturais de Brasília organizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural do Distrito Federal.

Data: Abril de 2016

Duração: 4h

Local: Núcleo Bandeirante - Residência da entrevistada

Lydia Garcia nasceu no Rio de Janeiro, formada em Música e especialista em Iniciação Musical. Chegou ao Planalto Central no final de 1959 acompanhada do marido Willy Bezzera de Mello paisagista membro da equipe de trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer. Foi à primeira professora negra da Escola Parque de Brasília. Participou da criação do Centro de Estudo Afro Brasileiro, primeira entidade organizada de luta pelo direito dos negros (as) no DF. Foi também uma das fundadoras do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro no Distrito Federal.

Data: 30 de junho de 2016

Duração: 3h40min

Local: Asa Sul - Residência da entrevistada

Maria Vicentina de Cássia nasceu em Piranga - MG. Chegou à Brasília em 1958 e estabeleceu-se na Vila Planalto, cidade que mora até hoje. Organizou o primeiro movimento de mulheres da Vila Planalto, denominado Grupo das Dez, formado em 1983. O grupo tinha o objetivo de conseguir a fixação da Vila. Instituiu na comunidade o primeiro centro de saúde, organizando-o temporariamente em uma extensão de sua casa, até conseguir apoio governamental para a construção da sede definitiva. É uma das referências da história dos movimentos sociais na Vila Planalto.

Data: 8 de junho, 10 de setembro de 2016

Duração: 5h30min

Local: Vila Planalto - Residência da entrevistada

Waldicéia de Moraes Teixeira da Silva nasceu no Rio de Janeiro. Chegou a Brasília em 1980. Professora e pastora. Professora da Secretaria de Educação do DF. Membro do Comitê Impulsor do Distrito Federal da Marcha de Mulheres Negras, Presidente da Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil (ANNEB), do Conselho de Negras e Negros do Brasil no Distrito Federal e Entorno (CNNB-DF), Coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do Distrito Federal (COMOR-DF), Coordenadora do Comitê de Instalação do Conselho de Mulheres da Convenção Evangélica das Assembleias de Deus do Distrito Federal (CEADDIF), autora do Blog “Ser mulher é muito bom”.

Data: 5 de setembro de 2016

Duração: 3h

Local: Fundação Palmares

2. A construção de Brasília (1956-1960): aspectos históricos, sociais e econômicos.

Para falarmos da formação da cidade em suas diferentes dimensões, nos reportamos inicialmente à análise de Ignez Costa Barbosa Ferreira (2010), que no artigo intitulado “Brasília: mitos e contradições” expõe uma interessante reflexão da atuação do processo de constituição da capital federal a partir da ideia de espaço da metrópole, de Milton Santos (1994, p.24), considerando espaço como “como um sistema de objetos interconectados, interagindo como um sistema de ações interligadas”. A reflexão é pautada em três momentos: a discussão da interiorização da capital, a delimitação da área, e o por último a transferência da capital.

Segundo a autora, a interiorização da capital estava presente no ideário dos inconfindentes, sendo retomado ainda no período da colônia pelo jornalista Hipólito da Costa em 1807. Em 1813, o jornal Correio Braziliense apresentava argumentos a favor dessa ideia pautando-se na experiência de Washington. Com a independência das colônias em 1822, o referido jornalista prosseguiu a defesa da interiorização da capital como mecanismo necessário a formação de um país independente.

No ano seguinte, José Bonifácio encaminha a proposta de interiorização da capital à Assembleia Constituinte, que a contempla. Em 1850, Varnhagem, após percorrer o Planalto Central, sugere como local a Vila Formosa de Imperatriz (atual Formosa- GO).

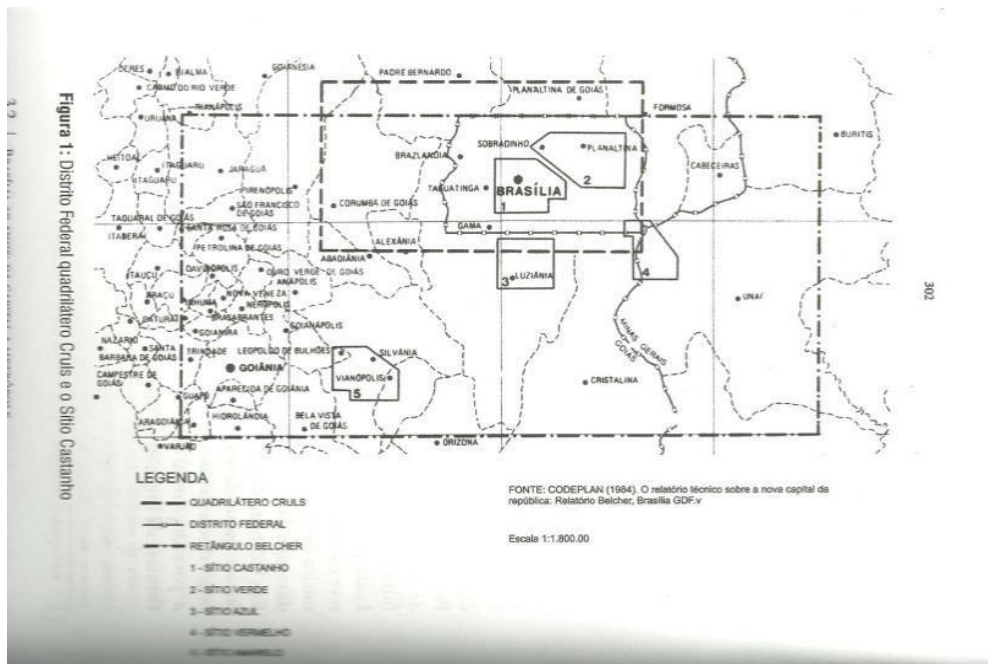
Nesse momento de discussão da interiorização, a autora destaca que:

O longo período que se discute a transferência da capital é marcado pelos processos gerais, históricos, em cujo ideário a importância do lugar residia em suas características naturais, em suas vantagens locacionais potenciais, amenidades e recursos, em face dos valores que importavam aos referidos processos gerais e, sua posição geográfica. A população do lugar, a ocupação, a cultura são desconsideradas completamente (FERREIRA, 2010, p.28).

No contexto do século XIX para o século XX, quando é decidida a localização da capital no Planalto Central, o Brasil passava por mudanças importantes com o “fim da escravidão” e a proclamação da república. Entretanto, de uma forma geral, as terras na região Centro-oeste eram pouco valorizadas e muitas não estavam fundiariamente regularizadas. Os transportes eram rudimentares e os latifúndios de grandes dimensões não eram rentáveis aos proprietários. Portanto, a transferência da capital “é uma estratégia do estado capitalista de colonizar o interior e ampliar o mercado interno de Consumo e de produção” (FERREIRA, 2010, p.29).

O segundo momento, de acordo com a autora, é assinalado pelo interesse para a escolha do sítio onde seria estabelecida a nova capital. Ainda pautados na ideologia do determinismo geográfico que concebe que as condições naturais fundamentais na história do lugar, foram criadas várias comissões com a finalidade de recomendar o lugar ideal para edificação da Brasília.

A primeira delas foi a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que teve a frente Luiz Cruls. Para delimitar a área, Cruls utilizou a forma geométrica regular que ficou conhecido como “o Quadrilátero Cruls”. Na formação da segunda comissão, que também foi presidida por Cruls, corroborou-se as informações anteriores e apontaram-se os sítios para a implantação da cidade. Em 1894, ele recomenda a região compreendida entre os rios do Gama e Torto (hoje região do Plano Piloto) como a localidade mais indicada para situar a nova capital, ou no vale do Descoberto (VASCONCELOS, 1978). São relatos que apresentam circunscrições minuciosas sobre o clima, a vegetação, hidrografia, fauna, flora e solo, mas não expõem do mesmo modo as informações sobre a ocupação da região.



Fonte: FERREIRA, 2010.

Em 1922, durante as comemorações do centenário da independência foi assentada em Planaltina (no quadrilátero Cruls) a pedra fundamental da nova capital. No entanto, a 2ª Constituição da República, em 1934, paralisou as ações, ao recomendar novos estudos para demarcação do local, até mesmo fora do quadrilátero Cruls.

Os primeiros anos da década 1930 são marcados no Brasil pelo início da ditadura de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Vargas evidencia o interesse em ampliar as fronteiras da ocupação brasileira para o interior, ao lançar a “Marcha para o Oeste”. Tal ação provocou a urbanização do sudoeste de Goiás e a ocupação agrícola da região do “Mato Grosso de Goiás”. Houve a transferência da capital da província, criando-se Goiânia, inaugurada em 1933. São ações de expansão das fronteiras de recursos para o centro do país, sem contudo alterar a capital federal.

O contexto da 2ª Guerra Mundial propiciava os argumentos de segurança para transferência da capital, contudo a crise econômica, a procura de novas áreas de produção e os vetores de ocupação postergam mais uma vez o projeto. A discussão só é retomada após o restabelecimento da democracia no país.

A Constituição de 1946, em seu Art. 4º, determina à transferência da capital para o Planalto Central, prevendo um novo estudo para a localização. Ferreira (2010, p. 37) ao discorrer sobre o assunto destaca: “O mito do sítio ótimo esconde a luta dos lugares por sediar a capital, camufla interesses locais com argumentos técnicos, quando a instalação da nova capital já se tornara um empreendimento proveitoso”.

A concepção agora de escolha do sítio estava atrelada a ideia não somente dos aspectos naturais, mas também de previsão de uma vida funcional na região da nova capital e com as possibilidades de colonização. O pensamento de interiorização da capital pela ótica de segurança nacional perdera sentido com as conquistas da guerra.

Em 1947, foram organizadas mais duas comissões, uma chefiada por Fábio Macedo Soares Guimarães e outra por Francis Ruellan. Após todos os estudos e argumentos técnicos, a Comissão e especialistas de diferentes áreas elegeram a localização do Quadrilátero, ampliada para o norte.

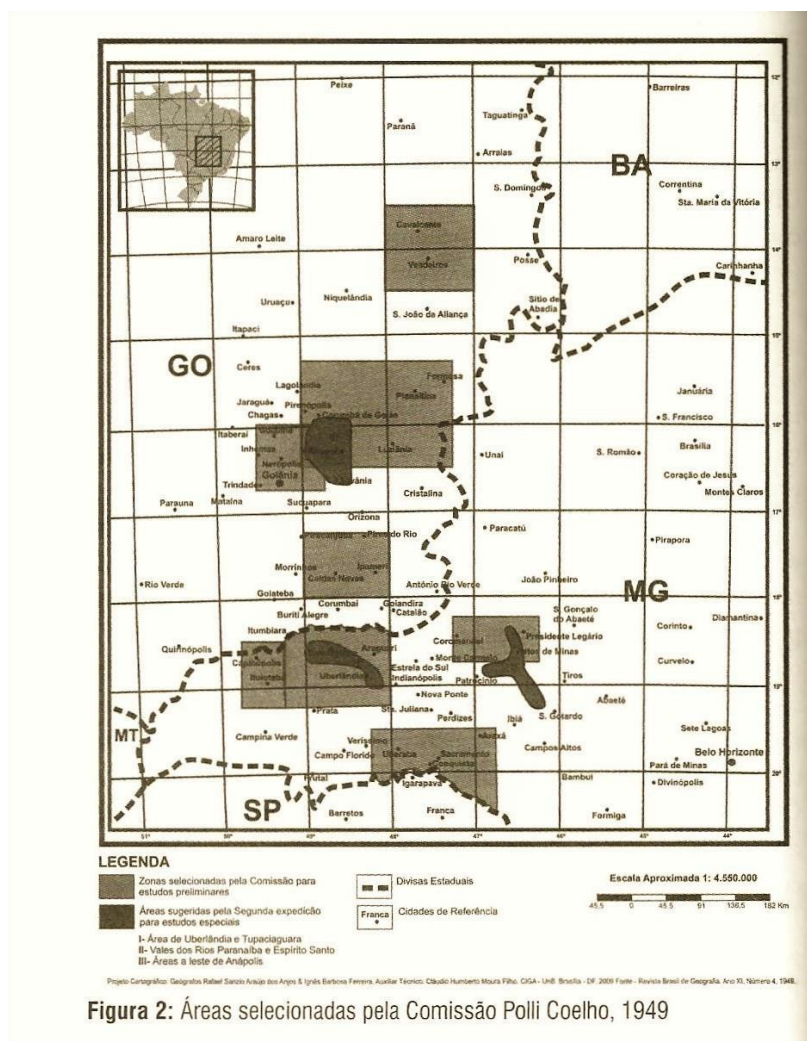


Figura 2: Áreas selecionadas pela Comissão Polli Coelho, 1949

Fonte: FERREIRA, 2010.

Em 1952, aprova-se o relatório final e em 1953 Vargas sanciona a lei para a realização de estudos definitivos para a implantação da capital. Assim, mais uma comissão é formada e dirigida por Agnaldo Caiado Castro. Donald Belcher também participou dessa comissão e ficou responsável pelos aspectos de âmbito tecnológico do

momento: o aerofotogramétrico e fotointerpretação. Com a morte de Vargas em 1954, o Marechal José Pessoa assume a presidência da Comissão de localização da nova capital.

Em 1955, o sítio é escolhido. Utilizando-se dos relatórios de Belcher, José Pessoa e Ernesto Silva elegem o sítio castanho. Em 1956, tem-se a conclusão dos trabalhos e o então presidente da República Café Filho homologa a escolha do local.

O sítio onde havia sido colocada a pedra fundamental em Planaltina não é considerado adequado. Deste modo, altera-se o local anteriormente escolhido, das terras do município de Planaltina para as de Luziânia.

Em 1956, temos o primeiro projeto efetivo de fixação da nova capital brasileira no Planalto Central. Brasília é, portanto, apresentada como pólo integrador entre as diferentes regiões brasileiras, e como uma nova frente de expansão econômica. A proposta incluiria ainda a abertura de novos empregos, a centralização do sistema administrativo, e um estreitamento das fronteiras com países latino-americanos.

A proposta de desenvolvimento e a criação de Brasília com o objetivo de transformar-se em um modelo autossustentado (1955 - 1960) é pautada em uma nova orientação da política governamental, na qual o Estado assume o papel de definidor de uma política econômica promotora do crescimento acelerado da economia. As formulações desta política econômica voltam-se para a industrialização, como um pólo central, que compõe um processo crescente de internacionalização da economia brasileira, configurando a proposta nacionalista ao nível ideológico.

O início das obras foi no dia 3 de novembro de 1956¹⁴, com 232 trabalhadores. Armaram-se as primeiras barracas de lona e ergueram-se casas de tábuas para acolher os operários. Entretanto, para Sousa (1983), o início efetivo dos trabalhos aconteceu em 1957, com um contingente ao final de janeiro de 2.500 trabalhadores que ocuparam o Planalto Central, realizando atividades de terraplenagem e fundações. Nesse ano, é criado o Instituto de Imigração e Colonização (INIC), responsável pela triagem dos migrantes que chegavam à região. Esses trabalhadores, quando não vinham sozinhos em busca de sobrevivência e de desejos de melhorar de vida, eram arregimentados por donos de caminhões que atendiam às solicitações das empresas, e se dirigiam até as cidades do nordeste brasileiro para trazer esses operários para a capital¹⁵.

¹⁴ Cabe sublinhar que a construção do Catetinho, primeira residência oficial de Juscelino Kubitschek, aconteceu alguns meses antes do dia 3 de novembro.

¹⁵ Esse empreendimento era lucrativo, pois os motoristas recebiam dinheiro das empresas que os contratavam e ainda cobravam dos migrantes.

O *Censo Experimental de Brasília*, realizado em 17 de maio de 1959, foi o segundo inquérito de caráter experimental realizado pelo Núcleo de Planejamento Censitário, órgão do Conselho Nacional de Estatística, com vistas ao Censo de 1960¹⁶. Para fins censitários, e também para apresentar informações mais circunstanciadas a NOVACAP, o território foi dividido nas seguintes áreas: Acampamentos (Central da NOVACAP, Candangolândia, Praça dos Três Poderes, Plano Piloto e outros), Núcleos Provisórios (Bananal e Bandeirante), Núcleos Estáveis (Planaltina, Povoado de Taguatinga e de Brazlândia) e a zona rural.

¹⁶ O primeiro havia sido executado no Município de Ituiutaba, na região denominada de Triângulo Mineiro.



Fonte: RIBEIRO, 2008.

O Censo Experimental de 1959 realizou a investigação do item “cor”, adotando critério semelhante aos já obedecidos nos Censo de 1940 e 1950. Assim, as instruções de coleta restringiram as declarações aos grupos de brancos, pretos, amarelos e pardos, sendo que este último deveria compreender todos os casos que não se enquadrassem nas

classificações anteriores.

A questão cor/raça nos censos do IBGE está vinculada aos referenciais ideológicos das políticas públicas em cada período, passando por modificações ao longo do tempo. Anjos (2013) ao analisar o assunto nos levantamentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) expõe que é possível considerar dois grandes períodos para a República: o primeiro abarcaria seis censos (de 1890 até 1970), e o outro compreenderia quatro censos (de 1980 até 2010). No primeiro período, o quesito cor estava interligado à questão da miscigenação racial. Desta forma, a concepção das elites estatais definia o lugar das populações de ascendência africana na nação, gerindo a coleta, as análises e os usos da informação censitária.

Nesta ótica, tanto a autodeclaração como a presença de uma categoria intermediária entre preto e branco contribuiriam para a afirmação do branqueamento. Assim, a categoria intermediária parda permitia a declaração de mestiços como brancos e de pretos como pardos, direcionando uma proposta de classificação racial em que o mais claro era valorizado. Esse fato apresenta-se nos dados censitários entre 1872 e 1960, em que o número de pessoas declaradas de cor branca nos censos aumentava progressivamente. Com os declarados pretos, ocorre o movimento oposto, declinando para cerca da metade da proporção original. Deste modo, em 1940 tínhamos 21, 2% de declarados pardos e 14,6% de pretos; em 1950 26,5% pardos e 11% de pretos; e no ano de 1960, 29,5% pardos e 8,7% pretos; chegando ao ano de 1950 a porcentagem de 5,9% de declarados pretos.

Na segunda metade do século XX, estabeleceu-se como ideologia, a conhecida “democracia racial”, predominante entre as elites culturais e políticas e também na população brasileira (SKIDMORE, 1992a; SKIDMORE, 2001b). Essa ideia era disseminada em outros países para suscitar uma imagem favorável do Brasil, reinventando uma história de boa convivência permitindo ao país escapar dos problemas raciais observados em outros países (JACCOUD, 2008), como por exemplo, a aplicação de políticas explícitas de segregação e dominação racial (ANDREWS, 1996).

No segundo período sublinhado por Anjos (2013), os censos de 1980 até 2010, são marcados pelos questionamentos dos cientistas sociais e dos grupos vinculados ao movimento negro a respeito das concepções dominantes sobre a constituição racial brasileira. São esses grupos que irão demandar outro formato das informações estatísticas. Deste modo, em um processo gradativo de reflexão sobre as classificações étnico-raciais, concomitante com o processo de redemocratização política, a informação

estatística ganha relevância e passa a ser fundamental nos procedimentos de identificação da população.

Observa-se que no contexto do *Censo Experimental de Brasília* temos um levantamento censitário assinalado por concepções da ideologia da democracia racial. Assim, nos parágrafos iniciais do quesito cor são apresentados os seguintes trechos:

Não cabem no Brasil critérios rígidos de diferenciação racial, por falta de fundamento na realidade demográfica. Esta situação, se, de um lado, fortalece os princípios de sadia convivência entre raças, peculiar a civilização brasileira, cria, por outro lado, compreensíveis obstáculos às estatísticas de distribuições étnica da população do país.

Ao decidir-se pela inclusão da cor no programa do Censo Demográfico de 1940, a Comissão Censitária Nacional “quis manter-se fiel à tradição honrosa da moderna civilização brasileira, a da igualdade das raças”, e, assim, evitou qualquer especificação de critérios para a determinação das diferentes qualificações de cor [...]

Princípios equivalentes prevaleceram no Recenseamento de 1950, e foram seguidos pelo Censo Experimental de Brasília (CENSO EXPERIMENTAL DE BRASÍLIA, 1959, p. 19).

O resultado do Censo mostrou que o povoamento do território se processou lentamente, até o início da construção da capital federal. A partir de 1890, período do Segundo Recenseamento Geral do País, os três municípios formadores de Brasília (Planaltina, Formosa e Luziânia), vivenciaram um grande crescimento demográfico, porém, em sessenta anos, a população local multiplicou-se duas vezes e meia, enquanto a população do país aumentou mais de cinco vezes e da região centro-oeste cresceu oito vezes.

Com início das obras o fluxo de pessoas foi imediato, e desde então cresceu gradativamente. Em 17 de maio de 1959, o levantamento demográfico apontava na nova capital 64.314 pessoas residentes, sendo 42.332 do sexo masculino e 21.982 do sexo feminino. Os resultados do Censo mostraram que na distribuição percentual da população, segundo a cor, era maior a proporção de pessoas brancas na população feminina do que na masculina (56% contra 54%), o que se refletiu na distribuição numérica das outras categorias.

A hipótese levantada pelo Censo para esse fato é de que Brasília possuía uma maior frequência de famílias brancas radicadas. As facilidades proporcionadas a técnicos de nível médio e superior (é importante sublinhar que devem ser mais numerosas as declarações de cor branca), atraíam as pessoas para se instalarem com as

respectivas famílias, estimulando o maior movimento para a região de mulheres categorizadas nessa cor.

Essa postulação é reiterada com a dessemelhança entre homens e mulheres de cor branca nos acampamentos do Plano Piloto¹⁷, local de residência de quase todos os técnicos e especialistas nas atividades da construção da cidade. Nesse espaço se localizavam as únicas moradias definitivas existentes em Brasília, e que eram habitadas por famílias de posição social mais elevada e, em sua maioria, registradas como brancas. A desproporção mencionada elevou-se nos acampamentos da Zona Sul do Plano Piloto, contabilizando 69% o contingente de mulheres brancas sobre a população feminina local, e 53% de homens da mesma cor sobre a correspondente população masculina. Nos acampamentos da Praça dos Três Poderes, a população feminina era formada por 62% mulheres brancas, e a masculina com 51% de homens brancos. Nos outros acampamentos do Plano Piloto, o desnivelamento era menor, 63% de mulheres brancas, contra 59% de homens da mesma cor.

Os desdobramentos por localidades da qualificação cor mostram-se significativos para a análise da gradação social dos contingentes populacionais. Em Brasília, os mais elevados índices de brancos encontravam-se no Acampamento Central da NOVACAP (habitado por funcionários administrativos, técnicos e dirigentes de modo geral), equiparando-se em números relativos, entre homens e mulheres, com 75%. No Núcleo Bandeirante ocupado, sobretudo por comerciantes, a categoria cor branca também era expressiva, perfaziam quase duas terças partes da população total.

Apenas em três localidades, o predomínio absoluto de pessoas brancas não foi identificado:

Tabela 02 – Distribuição percentual da população

Localidades	% de brancos
Planaltina	50
Zona Rural	48
Núcleo Bananal	41,2

Fonte: Censo Experimental de Brasília

¹⁷ A concepção de Plano Piloto de Brasília foi elaborada por Lúcio Costa em 1957, para o projeto urbanístico da Nova Capital. Teve sua forma inspirada pelo sinal da cruz. Um símbolo de conquista, de quem toma posse de um território.

No Núcleo Bananal, encontravam-se as condições de vida mais precárias entre as localidades de recente formação, e também a mais baixa proporção em todo o território de pessoas declaradas de cor branca. As mulheres declaradas pretas totalizavam 322, enquanto os homens 409. Observa-se, portanto, que nesses espaços a taxa das pessoas pretas elevou-se ao nível mais alto (11,8% do total), o mesmo acontecendo com o grupo dos pardos (46,5%).

O Censo Demográfico de 1960, executado no ano subsequente ao experimental, aprofundou algumas das disposições iniciais da ocupação demográfica. Em 1960, com a inauguração da capital federal, a população mais que dobrou em relação a 1959, transpassando dos 64 314 habitantes para 140 164 habitantes, uma taxa de crescimento alta e que expõe o ritmo da etapa final de construção e do início do funcionamento da nova capital, com a instalação dos serviços públicos (remoção de servidores) e atividades em geral. Com a inauguração de Brasília,

as novas correntes migratórias estariam mais voltadas para a fixação e a novas condições de trabalho e vida, intensificando a formação de núcleos familiares. A população feminina começa a crescer e a razão de masculinidade decaiu dos 192,6 homens para cada 100 mulheres, para 146,6 em 1960. No Censo de 1970, as proporções já estão equilibradas e a partir de 1980 o número de mulheres é sistematicamente superior ao de homens (OLIVEIRA, 2010, p.130)

Em 21 de abril de 1960, temos a inauguração da capital federal com fogos, parada militar, desfile dos operários, máquinas e caminhões e discursos festivos. Cabe ressaltar que antes da inauguração da nova capital a moradia já era um problema para o Estado. Luiz Alberto Gouvêa (2010), ao discutir a questão, pontua a desconexão que existia entre as habitações dos trabalhadores da construção civil e técnicos graduados e políticos, assim como o objetivo de construir o Plano Piloto (centro político e administrativo do país) para acolher os funcionários com maior qualificação acadêmica e as cidades satélites ou regiões administrativas, que possuíam uma infraestrutura inferior, para a moradia do restante da população.

Já em 1958, foi criada a cidade-satélite de Taguatinga, distante cerca de 25 quilômetros dos locais de trabalho, para abrigar a população trabalhadora removida de favelas próximas ao Plano Piloto. Quando Brasília foi inaugurada, o processo de remoção intensificou-se, tornando-se sistemática essa prática, pelos vários governos que se seguiram (GOUVÊA, 2010, p. 90)

Assim como Taguatinga foi formada para desafogar a pressão exercida pelo operariado, outros conjuntos habitacionais também se formaram, com o objetivo de erradicar os acampamentos e os locais denominados “favelas”. No ano de 1960, formaram-se Sobradinho, Gama e a Vila Buriti. Foi também implantado o Guará I e Brazlândia (outra localidade preexistente a Brasília) que recebe moradores da invasão Vietcong.



Observa-se que no contexto econômico, social e político de Brasília desenhava-se paulatinamente a estratificação do espaço físico da cidade. A esse respeito Luiz de Pinedo Quinto Jr e Luiza Naomi Iwakami (2010, p. 76) afirmam:

Desde a fundação de Brasília, mesmo no curto período que vai até o golpe militar de 1964, a política urbana e territorial do Distrito Federal tinha o nítido caráter de remover todas as favelas e “invasões” que haviam surgido durante o período da construção da cidade.

Assim, o governo segregou fisicamente e socialmente as classes populares colocando-as em lugares mais distantes do centro da cidade e em áreas mal equipadas, desenvolvendo ao mesmo tempo uma prática de controle social – seja pela localização espacial desses lugares ou pelo traçado que esses núcleos possuíam (GOUVÊA, 2010).

3. A implantação e consolidação da cidade (1964-1987)

Após a inauguração da cidade, e nos anos iniciais de sua formação temos uma diminuição do ritmo de realizações de obras, como também um crescimento de opositores ao governo. Esse é o momento da configuração do espaço urbano que enfrenta alguns problemas, como a diminuição da oferta de emprego no setor da construção civil e o crescimento do número de habitantes de Brasília¹⁸ (CAMPOS, 2010). A década de 1970 é descrita por Jusselma Brito (2009, p.153):

A migração, continuando intensa, associada a uma oferta limitada de emprego, alimentava a permanência de uma vasta classe de excluídos. As distâncias excessivas das fontes de emprego, desde sempre concentradas no Plano Piloto e, temporariamente nas obras de implantação da Ceilândia, eram pioradas pelas dificuldades de acesso a equipamentos públicos. As “invasões”, fossem aquelas próximas ao Plano Piloto ou nas cercanias das cidades-satélites, prosseguiram sendo, para muitos, a única alternativa de permanência em terras de Brasília.

A partir de 1971, temos a consolidação da cidade, que é assinalada pela maior hegemonia política do regime militar. Os militares confirmam Brasília como capital federal e prosseguem os investimentos na sua construção.

Entretanto, durante o regime militar (1964-1985), a política urbana territorial era de controle e afastamento da população sem habitação ou informal (QUNTIO JR & IWAKAMI, 2010). Temos como exemplo a erradicação da Vila IAPI, uma população de aproximadamente 82 mil pessoas que foi removida para um local sem infraestrutura urbana ou comunitária, a então cidade-satélite da Ceilândia. Tal fato provocou uma redução nas rendas familiares, pelo fato do novo núcleo localizar-se a cerca de trinta quilômetros do Plano Piloto (centro de empregos na época), aumentando, portanto, o custo com o transporte para os filhos irem à escola, assim como para as mulheres participarem da renda familiar. Pois uma das profissões mais praticadas pelas mulheres da Vila era de lavadeiras, embora Ceilândia, nos primeiros anos de constituição, não possuísse água, o que impedia as mulheres de desenvolverem suas atividades.

De 1979 a 1983, aumentou-se a política de não oferta de moradias, como uma estratégia de diminuir o fluxo migratório para Brasília, o que não aconteceu.

No momento seguinte a esta ação, o Distrito Federal contava com 85 mil pessoas morando em favelas, cerca de 3,5 vezes mais que no período imediatamente anterior (1979). Isso sem contar as pessoas que sublocavam

¹⁸ De acordo com Paviani (1985), esse crescimento é uma consequência não apenas do movimento migratório ocorrido em anos anteriores, mas também pelo aumento vegetativo de (33,7%).

lotes nas cidades-satélites, ou moravam nos loteamentos periféricos, que no período se transformavam em alternativas reais para a população, pois não existia oferta habitacional no perímetro do Distrito Federal.

Outro aspecto importante na década de 80 diz respeito ao crescimento do nível de escolaridade entre as mulheres. Os dados elaborados pela CODEPLAN em 1980 demonstram esse fato:

Tabela 31 - Nível de Escolaridade Completo das Pessoas de 10 anos e mais, por Sexo e Grupos de Idade - DF - 1980

(Em mil)

Grupos de Idade	Grau do Curso Completo(1)									
	Total		Elementar ou Fundamental		Médio				Superior	
					1º Ciclo		2º Ciclo			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Maiores de 10 anos	287.437	302.624	140.610	153.025	65.034	68.421	51.262	58.466	30.531	22.712
10 a 14 anos	28.675	32.636	28.027	31.746	648	890	-	-	-	-
15 a 19 anos	53.787	62.240	30.185	33.700	19.453	22.904	4.149	5.636	-	-
20 anos e mais	204.975	207.748	82.398	87.579	44.933	44.627	47.113	52.830	30.531	22.712

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980. Dados elaborados pela CODEPLAN - Núcleo de Estudos Populacionais-NEP.

Nota: (1) Os dados referem-se ao curso concluído até a data do censo.

A tabela demonstra que na conclusão do ensino médio as mulheres são maioria em praticamente todas as faixas etárias. Essa informação sinaliza para uma provável possibilidade de aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que não ocorria nos anos iniciais de Brasília, que absorvia em sua maioria a mão de obra masculina.

Esse contexto de inserção da mulher no mercado de trabalho está em consonância com as mudanças na estrutura ocupacional do país, que segundo Hasenbalg e Valle Silva (p.37), na década de 1980

Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também abandonam os setores de atividade que absorvem a força de trabalho mais qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. As tendências observadas permitem sugerir, de maneira provisória, a possibilidade de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres: enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de

classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços de produção e de consumo coletivo.

Todas essas informações me auxiliaram a delinear o campo teórico e a expor a concepção que sustenta minhas reflexões. Deste modo, o passo seguinte foi esquadrihar os periódicos do período da construção da cidade buscando identificar as (re) elaborações representadas a respeito da mulher.

CAPÍTULO 2

VOZ E SILÊNCIO: CONSTRUÇÃO SOCIAL E SIMBÓLICA DA MULHER NEGRA

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.

Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.

(Poema do Jovem ao Velho, Conceição
Evaristo)

Neste capítulo apresentamos o *corpus* discursivo dos textos jornalísticos que formaram as imagens das mulheres negras nos primeiros anos da construção de Brasília (1956-1960). São narrativas que sublinham o processo de (re) construção dos discursos propagados pela mídia. Sendo este, um exercício de reflexão inspirado em Foucault (2009, p.29), que nos conduz a inquietação “diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares”. É, portanto, um convite à análise crítica dos objetos naturalizados, desalojando essas formas tradicionais de interligação dos discursos já conhecidos. É uma proposta de desnaturalização do olhar, colocando para o centro de discussão as sínteses discursivas reconhecíveis e universais, mostrando que são resultados de uma complexa trama que permite que elas apareçam daquela forma em um determinado momento. Seguimos, portanto, o convite de Foucault de mergulhar nesses ditos que se cristalizaram, colocando em prática o exercício da dúvida, e buscando descrever práticas discursivas e não discursivas.

O discurso não tem apenas um sentido ou um conteúdo de verdade, mas uma história. Isso porque para o autor nossos objetos de pensamento estão diretamente

relacionados a uma prática histórica. Entretanto, essas práticas não dizem respeito às instâncias ocultas que precisam ser desveladas, são multiplicidades históricas, institucionais ou não, que exigem um olhar mais rigoroso ao que é dito.

A atenção de Foucault não é com o discurso enquanto manifestação de uma ideia ou de uma linguagem, mas com suas condições de possibilidade, nomeadas por ele como as condições da “formação discursiva”. Em *Arqueologia do Saber* (2009, p. 90-135) o autor define o discurso de diversas formas: “número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”, ou como “domínio geral de todos os enunciados”, “grupo individualizável de enunciados”, “prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” – são alguns exemplos. Essas conceituações de Foucault, como as demais, não podem ser analisadas de forma isolada. Pois, nos trabalhos de Foucault, encontramos conexões, diálogos que são tecidos ao longo do tempo em suas obras. Entretanto, aqui não iremos explicar todos os "domínios foucaultianos" como denomina Alfredo Veiga-Neto¹⁹ (2007) ou os diferentes momentos dos estudos de Foucault, mas centralizaremos nosso foco na leitura e reflexão das frases proferidas, dos cenários apresentados nos textos jornalísticos, para chegar o mais próximo das distintas práticas discursivas buscando descrever a multiplicidade dos fatos e das coisas ditas, observando o que dizem, como descrevem, e quais as relações possíveis.

Propomos um percurso dividido em dois momentos. O primeiro apresenta as notícias de jornais que as mulheres aparecem no primeiro plano e/ou temáticas que se referiam a elas, explicitando seu conteúdo central. É uma etapa mais descritiva que objetiva mostrar como foram apresentadas as mulheres negras nos jornais. No momento seguinte, adiciono às matérias a interpretação de outras perspectivas analíticas decorrentes tanto dos estudos de gênero, como de raça²⁰ e classe.

¹⁹ Veiga Neto em *Foucault e a Educação* (2007) ao analisar os estudos do autor francês opta por utilizar, em vez de fases ou etapas, a expressão "domínios foucaultianos" para designar "ser-saber", "ser-poder" e "ser-consigo".

²⁰ Raça é pensada aqui como uma construção política e social. Seguindo as reflexões de Kabengele Munanga (2009) o termo enquanto realidade científica é contestada, contudo quando o colocamos no âmbito político e ideológico torna-se significativo para pensar as relações sociais, na medida em que atua como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais.

O corpus de análise: contextualização histórica e ideológica de jornais no período de 1956-1960.

Para a leitura e reflexão dos jornais, seguimos as orientações de Létourneau (2011) a respeito dos caminhos de interpretação de uma fonte escrita. De acordo com o autor a análise deve compreender quatro etapas: mapear as fontes, situar o documento em relação às indagações iniciais da pesquisa; analisar o material observando a organização e construção dos argumentos; e avaliação final que busca estabelecer o diálogo entre os fatos identificados nos jornais e o referencial teórico adotado pela pesquisadora.

Nesta direção, realizamos a análise dos documentos. O mapeamento dos artigos em que as mulheres apareciam no primeiro plano e/ou temáticas que se referiam a elas nos jornais no período de 1956 a 1960 foi norteado pelos seguintes questionamentos: como a mulher negra no período da construção da cidade é captada, descrita e reelaborada nos textos jornalísticos? Que campos de poder se associam ou se defrontam nas afirmações descritas?

O mapeamento discursivo nos mostrou um número pequeno de textos descrevendo as mulheres nesse período e no que diz respeito às mulheres negras esse fato é ainda mais presente. Entretanto, ainda que tenhamos um diminuto material, isso não o desqualifica para uma análise. Pois os artigos apresentam densidade e singularidade no conteúdo exposto, possibilitando reflexões acerca das regularidades intrínsecas no próprio discurso, dos códigos de normalização que operavam naquele momento. Buscamos, portanto, compreender como os vários discursos se fazem presentes, como se relacionam, e (re) constroem as imagens das mulheres negras. É, portanto, como diz Michel Foucault (2009, p.157) “a descrição sistemática de um discurso-objeto”.

O fato de não perguntar ao conjunto empírico o que está encoberto, ou o que não disseram, mas direcionar o meu olhar para indagar de que modo essas coisas são ditas é uma atitude teórica e metodológica que Foucault nos ensina, e que nos leva a um campo de análise mais amplo e concreto. Deste modo, analisarei o que está presente nos artigos, o que está na linguagem, aquilo que ela produz e naquilo que a produz (FOUCAULT, 2009, p. 126).

É importante salientar que o foco da pesquisa foram os discursos apresentados nos jornais a respeito das mulheres em Brasília e o contexto no qual as mulheres negras

são apresentadas. Deste modo, na segunda etapa da pesquisa, buscamos situar historicamente os documentos analisados, isto é, apresentar o máximo de informações que compreendem a produção e conjuntura nas diferentes esferas em que eles se inserem. A etapa que busca compreender a forma, o conteúdo, apresentação e organização geral do documento.

Os documentos analisados caracterizam-se por um caráter nacionalista que permeava aquele período, assim como uma forte propaganda do espaço no qual seria construída a cidade. São textos que também descrevem a formação social e cultural das décadas de 50 e 60. O *corpus* discursivo é composto dos fragmentos de dez jornais, cuja descrição apresento de forma resumida sua descrição abaixo:

Jornal	Breve histórico
<i>Correio Braziliense</i>	<p>Primeiro jornal de Brasília, nascido junto com a nova capital federal em 21 de abril de 1960. De acordo com informações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Juscelino Kubitschek obteve do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, a promessa de que se a obra fosse realizada no tempo previsto, faria o registro e acompanhamento das atividades, lançando um jornal na cadeia dos Diários Associados.</p> <p>Inicialmente o jornal ocupou-se de assuntos relacionados à fixação da nova capital, posteriormente temas como preservação e modificações do projeto urbanístico da cidade, aspectos concernentes ao crescimento da população, questões habitacionais e o trânsito da cidade, assim como assuntos relacionados ao funcionalismo público, que receberiam também destaque nas reportagens.</p> <p>Ao longo dos anos, o <i>Correio Braziliense</i> foi crescendo com a cidade e consolidou-se como o maior diário de circulação do Centro-oeste e está entre os vinte jornais diários de maior circulação nacional.</p>
<i>Correio da Manhã</i>	<p>Jornal carioca constituído em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt. Destacou-se como um dos principais órgãos da imprensa brasileira, principalmente por ser denominado como um “jornal de opinião”. Foi extinto em 8 de julho de 1974.</p>
<i>Diário Carioca</i>	<p>Jornal carioca estabelecido em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares. O jornal defendeu a posse de Kubitschek e durante um período também o apoiou. Contudo, gradualmente decepcionou-se com o novo presidente, segundo depoimentos de alguns redatores, perspectivas de aquisição de benefícios materiais não se consolidaram, sobretudo, na obtenção de cargos públicos. Ao final do mandato do então presidente, o Diário Carioca apoiou Lott nas eleições de 1960. O jornal foi extinto em 31 de dezembro de 1965.</p>
<i>Diário da Noite</i>	<p>Jornal carioca fundado em 1929 por Assis Chateaubriand como parte do grupo de jornais que se constituía na época, juntamente com o <i>Diário da Noite</i> paulista. O jornal apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Após o suicídio de Vargas em 1954, a população do Rio de Janeiro apedrejou e incendiou os carros de reportagem e distribuição do jornal.</p> <p>No fim da década de 1950, o grupo de jornais é tomado por uma crise financeira, e em fevereiro de 1961 o jornal deixa de circular. O <i>Diário da Noite</i> carioca contava com expressivos colaboradores como Nelson Rodrigues, Antônio Maria e Sérgio Porto.</p>
<i>Diário de Notícias</i>	<p>Jornal carioca constituído em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Durante o governo de JK manteve uma postura oposicionista, chamando o presidente de aventureiro e de promover uma calamitosa política econômico-financeira no país. Neste contexto, a construção de Brasília era percebida como desnecessária. O jornal saiu de circulação em</p>

	1974.
<i>Jornal do Brasil</i>	<p>Jornal carioca que foi fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Assumiu uma posição de crítica ao governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por excessos financeiros na construção de Brasília.</p> <p>Contudo, o jornal não assumiu sempre uma postura de crítica ao governo. Iniciativas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Operação Pan-Americana foram elogiadas pelo tablóide.</p> <p>Em julho de 2010 foi feito o anúncio do fim da edição impressa e, a partir de 01 de setembro do mesmo ano manteve somente a versão online.</p>
<i>Jornal de Brasília</i>	<p>Jornal foi publicado na capital federal a partir de 10 de dezembro de 1972, por J. Câmara & Irmãos S.A, no contexto do governo do general Emílio Médici. Em seu primeiro editorial expôs seu alinhamento com o regime militar, instaurado no país em abril de 1964.</p> <p>Fundado pela Organização Jaime Câmara, o maior grupo empresarial da área de comunicações do Centro-Oeste, o jornal desde o início de sua formação elegeu os assuntos referentes à cidade de Brasília como prioridade. Apesar de não apresentar novidades na produção gráfica.</p> <p>Em 1975, o <i>Jornal</i> recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo por desempenho editorial, sendo a primeira vez que um jornal fora do eixo Rio-São Paulo recebia tal premiação.</p>
<i>Última Hora</i>	<p>Fundado por Samuel Wainer a primeira edição do jornal surge em 12 de junho de 1951. De acordo com informações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Vargas foi o principal incentivador da criação do jornal.</p> <p>Entre as grandes manchetes e reportagens do jornal estão: o suicídio de Getúlio Vargas e o contexto de política brasileira pós-getúlio, a construção de Brasília, a visita de Fidel Castro, o Golpe de 64 e suas conseqüências, o homem na Lua e as vitórias da seleção brasileira de futebol em 58, 62 e 70.</p>
<i>O Globo</i>	<p>Jornal carioca fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925.</p> <p>No governo de JK, o jornal manteve-se na oposição, criticando a construção de Brasília, principalmente no que diz respeito aos gastos com a edificação da cidade.</p> <p>No decorrer dos anos o jornal passou por várias modificações no sentido de ampliar sua veiculação.</p>
<i>Tribuna da Imprensa</i>	<p>Jornal carioca diário fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Em 1962, foi adquirido por Hélio Fernandes, atual diretor.</p> <p>Nos primeiros editoriais estimulou uma campanha contra o marechal Mendes de Moraes, então prefeito do Distrito Federal, e contra a transformação da Fábrica Nacional de Motores, de início autarquia vinculada ao Ministério da Viação, em sociedade anônima, liderada pelo grupo Soares Sampaio.</p> <p>A circulação impressa foi paralisada em 2 de dezembro de 2008, mantendo, contudo, uma edição online.</p>

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

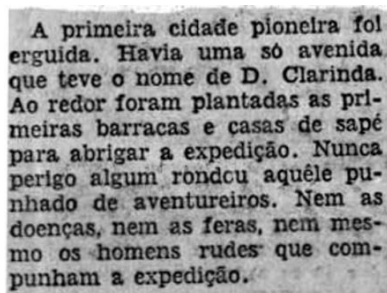
A etapa seguinte foi de análise do material e consistiu na reconstituição do esquema e análise do documento. Foi o momento de um olhar mais atencioso para a organização da argumentação, buscando identificar a construção do fio condutor, procedendo à análise metódica das situações descritas. Na etapa final, realizamos uma avaliação do que foi selecionado e descrito esquadrihando dos textos analisados os possíveis fatos a respeito de uma situação ou episódios, estabelecendo assim, as conexões teóricas.

Apresentamos a seguir, a descrição dos conteúdos dos jornais analisados. O texto segue a ordem cronológica do primeiro registro identificado com notícias que

faziam referência às mulheres, utilizamos também a estrutura metodológica de escrita do campo da História, que busca no primeiro momento descrever de forma densa as fontes utilizadas na pesquisa.

As representações de mulheres em textos jornalísticos do período.

Nossa caminhada de pesquisa começa com o *Jornal do Brasil* de 6 de julho 1958 apresentando a entrevista com Clarinda Moura (mulher não negra), segundo enunciado “a primeira mulher a pisar em Brasília em 1894”, acompanhando o marido que iniciou a exploração e demarcação do sítio em que seria construída a cidade. Clarinda, o marido e a filha saíram de Uberaba a cavalo rumo ao Planalto Central. Entre os motivos para enfrentar a longa jornada, a referida senhora cita o “senso de dever de esposa”. A viagem é descrita como agradável, com clima e paisagens maravilhosos, o que segundo Clarinda ajudou a curar a bronquite de sua filha Altair:



A primeira cidade pioneira foi erguida. Havia uma só avenida que teve o nome de D. Clarinda. Ao redor foram plantadas as primeiras barracas e casas de sapé para abrigar a expedição. Nunca perigo algum rondou aquele punhado de aventureiros. Nem as doenças, nem as feras, nem mesmo os homens rudes que acompanhavam a expedição.

Para o período de adaptação de Clarinda o marido contratou um homem para ser seu criado, o que parecia proporcionar certa tranquilidade para ela e a filha que ficavam em vários momentos sozinhas em casa.

No mesmo jornal em novembro de 1957, identificamos outro artigo que também descreve as mulheres nos anos iniciais na capital. Com o título: “D. Amélia foi a primeira mulher a discursar em Brasília” o jornal apresenta a imagem de uma mulher não negra, dirigindo a cerimônia das Pioneiras Sociais no momento da entrega a população do hospital volante - Clinomobil - discursando em nome de Sara Kubitschek. Ocasão em que também foi inaugurada a sede das Pioneiras Sociais²¹ na capital. As Pioneiras Sociais é uma instituição organizada e idealizada por Sarah Kubitschek desde

²¹ O principal trabalho da Fundação das Pioneiras Sociais em Brasília foi à implantação do Centro de Reabilitação SARAH Kubitschek inaugurado, em 21 de abril de 1960, pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Hoje conhecido como um dos maiores centros de reabilitação no Brasil.

que JK foi eleito governador de Minas Gerais (1951-1955). A ex-primeira dama mobilizou senhoras da alta sociedade com o objetivo de arrecadar doações para crianças, mães e mulheres grávidas que possuíam poucos recursos financeiros. Em pouco tempo, núcleos das Pioneiras Sociais foram se difundindo pelo estado mineiro (TEMPERINE, 2012). Quando JK é eleito presidente da República (1956-1961), Sarah amplia o trabalho inaugurando em 22 de março de 1956 a Fundação das Pioneiras Sociais, da qual Amélia era integrante.

Observa-se nos periódicos, imagens e textos que trazem o registro do deslocamento de muitas famílias em direção ao Planalto Central. Vive-se um momento de muita divulgação nos jornais e rádios dos que seria a nova capital, quando Juscelino Kubitschek realiza então o seu “chamado patriótico”.

A continuação de uma viagem que se iniciou com a chegada da frota de Cabral à Bahia, que prosseguem com Mem de Sá para o Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das Bandeiras e que agora, para a alta e merecida honra de minha vida, retorno com o pensamento na integração do Brasil e si mesmo para a posse do povo brasileiro do seu próprio e imenso território (REVISTA BRASÍLIA, 1957, p. 1)

No jornal O Globo de 17 de dezembro de 1959, com o título “De passo a passo para Brasília” encontramos a imagem de Francisco Alves, sua esposa Gentil Maria Alves²² e os quatro filhos: Iara Catarina (6 anos), Rosalino (5 anos), Tito Tadeu (2anos) e Francisco (5 meses); saindo de Cachoeira do Sul – RS para Brasília. A família aparece ao lado de uma carroça, o transporte utilizado para a viagem, sendo fotografada ao passar por Porto Alegre e recebendo do então governador Leonel Brizola uma mensagem incentivadora pelo “gesto destemido” do gaúcho Francisco Alves.

As primeiras adjetivações corporais/estéticas a respeito das mulheres surgem no *Diário da Noite*²³. A manchete “Moça bonita trabalhando na construção de Brasília” nos chama especial atenção para saber quem é qualificada como bonita. Pela fotografia exposta na reportagem, uma foto 3x4, não conseguimos definir a que grupo a mulher em questão pertence. É uma fotografia um pouco escura na qual a mulher está de perfil, apresentado cabelo curto preto levemente ondulado e nariz afinado. A mulher apresentada chama-se Eleonora Quadros, mineira, que cresceu no Rio de Janeiro,

²² Pela foto não conseguimos identificar as características físicas da mulher em questão.

²³ Datado de agosto de 1959.

proprietária de uma empresa que empreitou os serviços de terraplanagem de Brasília e comandava vários trabalhadores na execução desta atividade.



Fonte: *Diário da Noite*, 1959.

Sua participação é descrita como uma: “forma nova, diferente, bem moderna, em perfeita consonância com o dinamismo de nossos tempos”. A narração do jornal na descrição de Eleonora alia-se, portanto, ao discurso desenvolvimentista dominante na década de 50, e proferido muitas vezes por JK, com o intuito de buscar legitimação e operacionalidade para um programa de desenvolvimento social, que naquele momento, tinha entre outros projetos, a construção da capital federal no Planalto Central.

A chegada de Eleonora Quadros ao Planalto não é datada, entretanto o texto expõe que no momento em que ela chegou, ainda havia incerteza quando ao empreendimento, e que ela habilitou-se aos primeiros contratos, ficando responsável pelo serviço de terraplanagem de construção do aeroporto da cidade. Essa informação nos leva a pensar que Eleonora estava em Brasília antes de 1956 ou no início deste ano, pois os serviços para construir o aeroporto definitivo começaram em 6 de novembro de 1956²⁴.

As declarações de Eleonora são apresentadas no jornal com certa surpresa, pois a revelação de que sua grande paixão era o sertão, desconstrói a imagem romântica dos ideais de uma mulher no período, geralmente centrados no casamento. Ao reafirmar aos jornalistas o que lhe proporcionava motivação, declarou: “gosto tanto do sertão que vou acabar me embrenhando aí pelas selvas do norte ou do oeste [...] Até porque para mim Brasília já está ficando muito civilizada”.

24

Fonte:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/05/02/interna_cidadesdf,592534/ha-60-anos-voo-para-os-eua-inaugurava-oficialmente-o-aeroporto-de-bra.shtml

Outro aspecto que nos chama especial atenção é o uso do termo Pioneira, atribuído a Eleonora. O termo está atrelado ao sentido de desbravamento que se buscava difundir na construção da capital. Entretanto, ele era comumente utilizado para falar das experiências masculinas no Planalto Central. E no caso em questão, refere-se à Eleonora utilizando expressões como: “com toda a força que é capaz uma alma pioneira”; uma jovem que aparece “onde se opera a maior revolução já vista na vida nacional, pois isto é o que significa Brasília”, para definir sua participação na construção da cidade. O discurso final de Eleonora aos jornalistas também corrobora a ideia do pioneirismo atrelado ao sentimento nacionalista ao dizer que: “aqui está sendo construída uma cidade de aço e cimento, como símbolo de novos tempos, e não uma cidade de encenação teatral, uma cidade de papelão”.

A qualificação bonita também é empregada no jornal *Última hora* de 16 de fevereiro de 1960 para falar das jovens cariocas que queriam trabalhar na nova capital. Com o título: “Moças bonitas do catete querem ir para Brasília” é apresentada a imagem de duas jovens não negras em destaque organizando os arquivos da Secretaria da Presidência da República para a transferência para o Planalto Central. São mulheres que utilizam saias abaixo do joelho, blusas com manga curta e cabelos arrumados. O referido jornal também utiliza o termo “beldades” para reafirmar que há um número significativo de jovens que querem sair do Rio de Janeiro para trabalhar na nova capital.

Esse olhar estético para as mulheres que apresentavam as características descritas acima é corroborado no texto do *Jornal do Brasil* de 7 de junho de 1960 quando apresenta a Miss Brasília de 1960: Magda Pereira Pfrimer. Entretanto, o jornal lamenta o fato de que a festa do concurso tornou-se uma decepção para o público, pois o frio daquela noite impossibilitou as candidatas de desfilarem de maiô, momento que era esperado pela maioria dos presentes que nunca haviam assistido a um desfile.

Observa-se que nos textos jornalísticos as mulheres não adquiriram tanto espaço, principalmente as mulheres negras. Uma das possibilidades para tal fato está descrito *Diário da Noite* de 23 de setembro de 1959 que expõe a legenda: “São quase todas brancas as poucas mulheres de Brasília”. Utilizando-se do Censo de 1959, expõe-se que a população de Brasília duplicou no período de três anos, sendo que no final de 1956 eram seis mil habitantes e em maio de 1959 já apresentava 64.314 homens e 21.982 mulheres. A justificativa para o maior número de homens era o mercado de trabalho exigido na capital que estava centralizado na construção civil. Sendo que 55% da população era branca, contudo havia predominância de mulheres brancas em relação aos

homens. Os pardos vêm em seguida com uma proporção de 35%, apresentando um equilíbrio proporcional entre os sexos, e 9% de negros, com uma preeminência dos homens. Se empregarmos os referenciais atuais dos estudos sobre a população negra, que utiliza a soma quantitativa de pretos e de pardos (categorias do IBGE) para a formação do grupo podemos dizer que a população de Brasília era constituída por 44% de negros e negras, ou seja, temos um cenário que acena para uma composição populacional bem distinta do que as narrativas que escrevem sobre Brasília (escritas ou visuais) geralmente expõem para não apresentar as “vozes” negras.

As mulheres também, de acordo com o *Diário Carioca* de 7 de outubro de 1959 eram em sua maioria casadas, sendo 651 neste estado conjugal, 248 solteiras, 64 viúvas e 31 separadas ou divorciadas.

A proporção populacional de mulheres em relação aos homens surge como uma questão conflitante nos jornais. O *Última Hora* de 16 de fevereiro de 1960 apresenta o título: “Brasília em face do problema mulher ou mulher em face do problema Brasília” para falar da taxa populacional. A reportagem, em tom irônico, escreve: “Agora mesmo vem essa notícia de que em Brasília falta mulher. Como se isso fosse novidade”. O documento apresenta uma defesa a JK dizendo que no momento do planejamento da cidade essa desproporção entre homens e mulheres estava prevista, e utiliza os seguintes argumentos:

projeção de Brasília. Se alguém se deu ao trabalho de ler o relatório do secretário-geral do escritório da Câmara dos Deputados da futura Capital, deve ter notado a insistência com que era elogiado o clima de Brasília. Uma grande maioria de pessoas, depondo nesse relatório — onde o número de pessoas do sexo feminino predomina — declara sua admiração pelo clima local, explicando que conseguiu engordar consideravelmente, depois de fixar residência ali.

Ora todo mundo sabe que, num contingente de homens, invariavelmente — isto é ponto pacífico — metade desses homens, se chamados a dar sua opinião sobre mulheres gordas, respondem que não se interessam por elas. Foi por isso que Brasília foi construída ali, num local de clima bom, onde as mulheres engordam.

Está claro que os 42.332 homens de Brasília não diferem dos outros. Portanto, em sendo as 21.982 mulheres gordas, apenas 21.166 homens se interessam por elas, fixando a proporção numa média de uma mulher para cada homem . . . como quer o vigário.

A questão estética é, portanto o principal argumento para “justificar” a diferença populacional entre homens e mulheres. O texto finaliza tecendo elogios a visão de JK que conseguiu prever tal fato, afirmando que o “que os outros falam é de inveja”. Se compreendermos os jornais, as revistas, dentre outros instrumentos midiáticos como artefatos pedagógicos que produzem modos de vida, modos de ser e olhar o mundo reconheceremos nesses textos que a construção dos corpos femininos reproduzia a sociedade patriarcal brasileira fundamentada no sexismo, elaborando paralelamente duas imagens da mulher: uma imagem erotizada e outra como esposa dedicada ao lar (COBRA, 2002). As reflexões de Souza (2010) também caminham nesta direção, ao dizer que, as representações da mulher estão impregnadas de traços da nossa cultura, e que a mídia reafirma e reproduz a imagem estereotipada já existente. Os episódios

descritos acima nos jornais demonstram, portanto, como o discurso do corpo magro, pele clara (dentre tantos outros) interpelavam a vida das mulheres como recursos de vigilância e controle.

Outras opiniões também surgem para discutir o assunto, no *Diário de Notícias*²⁵ ao dizer que a: “Meta da mulher ficou esquecida em Brasília”. Neste, o foco da reportagem é o discurso de Nelson Carneiro na Câmara dos Deputados, que diz: “Não deixem seus maridos sozinhos em Brasília”, referindo-se à mudança dos membros do Congresso para Brasília. O apelo utiliza como pretexto o fato de que muitos deputados deixarão suas mulheres e filhos sozinhos no Rio de Janeiro, e sublinha: “não será Brasília nos primeiros tempos um fator de separações de fato, forçadas [...] Estamos preocupados com a meta do homem, mas precisamos atentar também na meta da mulher”. E mais uma vez a ideia do casamento como propósito de vida do universo feminino é reafirmado.

Contudo, ainda que muitos jornais apresentem a vinda das mulheres como companheiras de seus maridos, também identificamos outras razões para o deslocamento. A vinda das mulheres do Rio de Janeiro para Brasília não aparece apenas por razões conjugais. O *Última Hora* de novembro de 1960 destaca o tráfico de mulheres para trabalharem como prostitutas na nova capital. Com a nota: “Girls” do Balalaika: não somos “escravas brancas”, descreve uma guerra entre dois empresários, um do Rio de Janeiro proprietário da casa Balalaika e outro que supostamente levava mulheres para Brasília. A denúncia do tráfico de mulheres é feita por bailarinas da casa carioca que afirmam que trabalham de forma artística no balé do Balalaika. Mas que foram interpeladas pelo empresário argentino Angel com ofertas de trabalho em Brasília como se fossem prostitutas, e o acusam de ser traficante de “escravas brancas” no eixo Rio - Brasília.

A denúncia é confirmada em outro artigo do referido jornal, que relata que após a análise dos depoimentos com as mulheres da casa noturna carioca foi caracterizada a participação do empresário no aliciamento de mulheres para trabalharem como prostitutas em Brasília. Como já possuía um processo na Argentina por favorecimento à prostituição e não ter atualizado a sua documentação, a justiça iniciou providências para deportar o argentino.

²⁵ Datado de fevereiro de 1960.

No *Jornal de Brasil* de 12 de junho de 1960 temos a manchete “Brasília, capital 50 dias, é ainda cidade sem caráter”, o jornalista Nonato Masson apresenta o seguinte texto:

de Nonato Masson

Brasília, entra na sua rotina de Capital da República com uma necessidade urgente de humanizar-se: é uma Cidade ainda sem caráter, em que a paisagem humana das ruas lembra muito o Nordeste e o interior das casas é transplantado do Rio e de São Paulo.

Observa-se que a ideia de humanização está atrelada ao ato de desassociar-se da população nordestina considerada neste momento como um empecilho ao crescimento da cidade. Isto se deve a dois fatores: primeiro a diminuição de oferta no mercado de trabalho da construção civil, em razão de muitas obras do Governo terem diminuído de ritmo e outras serem paralisadas; o estado de pobreza que viviam essas pessoas é também considerado um impedimento, pois a imagem desvirtuava o planejamento da nova capital.

Gente pobre atrapalha o plano de Lúcio Costa porque suas casas são antiestéticas e sujas, mas não admite mudar-se para qualquer cidade-satélite.

Há crianças sem escola e um mundo de lavadeiras em Brasília, Cidade que Niemeyer disse ser o exemplo de arquitetura socialista. Não há condução nem esgotos, por enquanto, e, na Avenida W-3, a mais importante porque ali ficam as boates, o telefone e o telégrafo, balanças estendem tabuleiros na calçada. Nas feiras-livres, vendem-se esteira, rapadura, chapéu de palha de carnaúba, agulhas e automóveis.

A foto da boate Chez Willy, apresentada em seguida, surge com destaque na reportagem. Espaço ocupado à frente com pintores que expõem retratos de JK e camelôs vendendo isqueiros na frente do local. A rua onde fica a referida boate e as demais que existiam foi a única que recebeu um nome, tendo sido denominada de W-3 (referindo-se a um ponto cardeal e a um número). Entretanto, segundo o jornal, era popularmente conhecida como a avenida das boates e dos camelôs.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1960.

O texto jornalístico traz um panorama das condições que se encontravam a nova capital. Assim, como do cotidiano dos moradores.

BOATES

As principais boates de Brasília ficam na Avenida W-3, que, aos domingos, parece uma feira-livre do Nordeste. Com folhetos de desafios sertanejos, são postos à venda rêdes de algodão, cigarros de palha, chapéus de carnaúba, alpargatas de couro, roupas feitas de brim e mescla e rapadura.

A noite as calçadas são tomadas pelas baianas, de saias rodadas e pano à cabeça, com tabuleiros de vatapá, bolos de tapioca e cuscus.

A vida noturna de Brasília, no meio da semana, é intensa, tanto no Plano Piloto quanto na Cidade Livre. Movimentam-se as boates do Palace Hotel, Macumba, Pilango, La Caravelle, Chez Willy, em Brasília, ou no Olga's Bar, Night and Day, Farolito, Brasil e outros cabarés e *dancings* da Cidade Livre.

Em outro trecho, temos a narração de uma das invasões nos primeiros anos da capital. A invasão situava-se na quarta Avenida da Cidade Livre e era habitada por imigrantes nordestinos, operários em construção civil, lavadeiras e crianças que estavam fora da escola. Ainda que a NOVACAP anunciasse que não havia criança sem escola, os jornais descrevem que era comum encontrar as crianças brincando no mato, aquelas com idade entre 10 e 15 anos e que trabalhavam como engraxates nas portas das boates. O texto jornalístico descrevem que eram “na maioria crianças de aspecto doentio e vivam descalças sujas e com roupas rasgadas”. Os moradores do local também conviviam com o mau cheiro do lixo.

MAU CHEIRO

Perto da invasão da Quarta Avenida existe um matadouro, cujo mau cheiro envolve toda a área invadida pelos candangos. Os moradores da invasão atiram o lixo no meio da rua, onde ele se vai amontoando. Não existem fossas nem instalações sanitárias, o que obriga os moradores a atirar a água servida perto dos barracos.

A lavagem de roupa constituía fonte de renda para muitas mulheres e crianças nos primeiros anos de Brasília. De acordo com o referido jornal, em todas as tardes era possível encontrar mulheres e crianças no córrego do IAPI realizando esse trabalho. Algumas mulheres lavadeiras conseguiam sustentar os maridos (que não tinham mais trabalho) e os filhos.

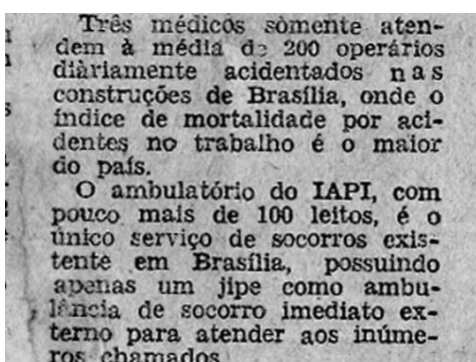
No *Correio Braziliense* de 21 de maio de 1960 encontramos a imagem de uma criança negra lavando roupas no córrego do IAPI. O texto expõe que era corriqueiro encontrar mães e filhas juntas lavando roupas, pois essa era uma profissão que não exigia idade para exercê-la. Como Brasília não possuía lavanderias, essa era uma atividade em que sempre as mulheres encontravam trabalho.



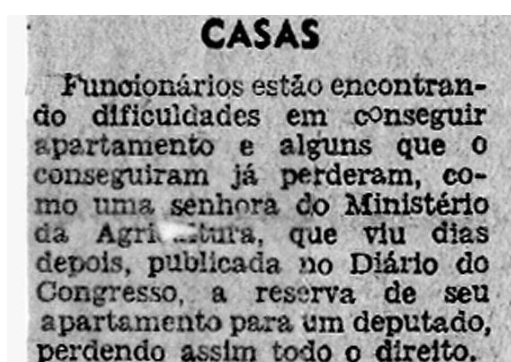
Fonte: *Correio Braziliense*, 21 de maio de 1960.

É importante sublinhar que este tipo de profissão não era contabilizado pelo *Censo*, assim como não é apresentada pela literatura corrente que aborda os primeiros anos da construção da capital, ainda que nos jornais encontremos relatos de que essa era uma atividade que muitas mulheres exerciam na formação de Brasília.

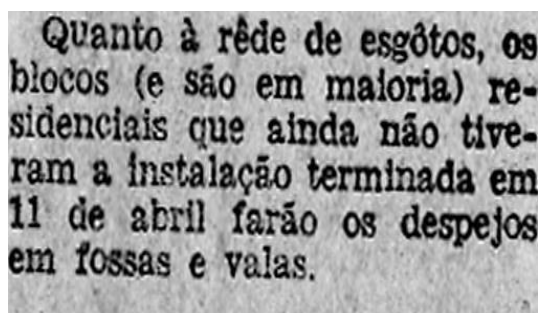
Percebe-se que no contexto dos anos de 1960 as notícias dos jornais começam a desenhar não apenas a nova capital como um projeto inovador, importante para o país, mas também todas as questões econômicas e sociais envolvidas na formação da cidade. Assim, em fevereiro²⁶ no ano da inauguração da cidade é possível encontrar manchetes que apresentavam as péssimas condições de vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras em Brasília. Com a legenda “Na hora da mudança não haverá luz suficiente, nem rede de esgoto, nem abastecimento de água” temos a descrição do cenário de Brasília, apresentando problemas no que tange a moradia, rede de esgoto e abastecimento de água, além de acidentes de trabalho, como podemos observar abaixo:



Três médicos somente atendem à média de 200 operários diariamente acidentados nas construções de Brasília, onde o índice de mortalidade por acidentes no trabalho é o maior do país.
O ambulatório do IAPI, com pouco mais de 100 leitos, é o único serviço de socorros existente em Brasília, possuindo apenas um jipe como ambulância de socorro imediato externo para atender aos inúmeros chamados.



CASAS
Funcionários estão encontrando dificuldades em conseguir apartamento e alguns que o conseguiram já perderam, como uma senhora do Ministério da Agricultura, que viu dias depois, publicada no Diário do Congresso, a reserva de seu apartamento para um deputado, perdendo assim todo o direito.



Quanto à rede de esgotos, os blocos (e são em maioria) residenciais que ainda não tiveram a instalação terminada em 11 de abril farão os despejos em fossas e valas.

O jornal ainda mostra a imagem de duas mulheres, sendo uma negra e outra não, sentadas nos restos de madeira no chão tentando lavar roupa nas águas do lago²⁷ que estava aos poucos encobrindo o Núcleo Provisório Bananal que ali se situava. A fotografia evidencia como essa população estava vivendo dias antes do Núcleo deixar de existir: lixo e animais como cobras dividiam espaço com os moradores.

²⁶ Divulgado em *O Jornal* em 21/02/1960.

²⁷ Lago que foi denominado de Lago Paranoá.

LAGO DE BRASÍLIA



Ai está o lago de Brasília, às vésperas da mudança. Ainda faltam algumas obras para que ele acabe de encher. E, à medida em que enche, vai engolindo a favela, brando-se de lixo e empurrando as cobras para o centro. Na época da mudança, o lixo e as cobras estarão ainda mais perto do Palácio da Alvorada e do Palácio 21.

Fonte: *O Jornal* 21 de fevereiro de 1960

A *Tribuna da Imprensa* de 24 de fevereiro do mesmo ano também discorre sobre o assunto dizendo: “Nova capital do país vai começar com seis mil barracos e 32 mil flagelados”. O termo “favela” é utilizado para designar as áreas mais pobres da nova capital, locais inicialmente construídos e denominados como acampamentos e núcleos para alojar os trabalhadores das edificações, mas que se tornaram aglomerados de pobreza. O texto apresenta de forma enfática a dificuldade enfrentada pelo governo para transferir para outras regiões afastadas do centro as pessoas que moravam nas “favelas” e já contabilizavam 6 mil barracos antes da inauguração da cidade. Os locais em questão eram a Vila IAPI que se localizava a 10 quilômetros do Plano Piloto e no centro da Cidade Livre, e o Núcleo residencial provisório Bananal, também conhecido como Vila Amauri, situado nas proximidades da Praça dos Três Poderes, área em que seria construído o futuro lago artificial.

A imagem abaixo é bem ilustrativa quanto ao que aconteceu no Núcleo Provisório Bananal: o lago artificial enchendo aos poucos os barracos, ou como

apresenta o referido artigo, “engolindo seus milhares de favelados e jogando cobras nas proximidades do asfalto e do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel”.



Na imagem não é possível visualizar fenotipicamente as mulheres fotografadas. Entretanto, sabemos de acordo com as informações do *Censo Experimental de Brasília* que apenas em três localidades, o predomínio de pessoas brancas não foi identificado: a Cidade de Planaltina (50% branco), a Zona Rural (48%) e o Núcleo Bananal (41,2%), sendo que este último estava em um dos terrenos que foi submergido pelo lago que se formava.

O referido jornal parece insistir em expor o que acometia a população mais pobre de Brasília, pois já havia apresentado em 22 de fevereiro imagens de como estavam vivendo as crianças no Núcleo Bananal.



Fonte: *Tribuna da Imprensa*, 22 de fevereiro de 1960

Em *O Globo* de 19 de maio temos o contraste da notícia anterior a imagem de várias jovens, mulheres não negras, uniformizadas conversando com algumas freiras enquanto um operário passa ao lado com um carro de mão. A notícia divulga que cerca de dois mil estudantes começaram suas atividades escolares em Brasília, a grande maioria filhos de funcionários públicos, no Centro de Ensino CASEB (*Comissão de Administração do Sistema Educacional do Brasil*), escola inaugurada um mês depois da nova capital. Os primeiros professores foram selecionados em concurso público de âmbito nacional e a escola ficou sob a direção do Prof. Armando Hildebrand porque não havia uma proposta educacional em Brasília. Naquele período, a escola trabalhava com alunos dos antigos ginásio, científico, clássico e normal²⁸.

É possível encontrar também nos jornais²⁹ indicações do que deveriam fazer as mulheres que pertenciam a estratos sociais que tinham acesso às escolas e também a uma moradia com melhores estruturas para se entreterem em casa e também nos poucos espaços de diversão que existiam na cidade. Entre as sugestões estavam as lanchonetes; os trajes também são apontados para um lugar com muita poeira como Brasília; os “conselhos” são estendidos aos cuidados com cabelos, unhas e olhos.

²⁸ Ginásio que hoje corresponde ao ensino fundamental.

²⁹ *Correio Braziliense* de 27 de março de 1960

Surgem também textos que revelam os problemas enfrentados pelas mulheres que exerciam atividades exclusivamente no âmbito da casa. Na *Tribuna da Imprensa* de 19 de fevereiro de 1960 temos a descrição das dificuldades que as donas de casa que moravam na Fundação da Casa Popular³⁰, residências ocupadas por funcionários públicos, enfrentavam para fazer compras. Elas precisavam andar quase dois quilômetros, em função do insuficiente transporte público que existia na cidade e que geralmente estavam lotados.

No *Jornal do Brasil* de 17 de setembro encontramos uma das primeiras ações das mulheres que trabalhavam em casa, com o título; “Donas de casa de Brasília fundam Liga contra o Roubo para combater a carestia”. Elas se organizaram para combater os altos preços das mercadorias fundando a Liga de Defesa contra o Roubo. O objetivo principal desse movimento era advertir o governo contra a exploração dos comerciantes da nova capital que obtinham lucro de até 2.000% na venda dos produtos. O foco do movimento era o comércio de gêneros alimentícios e produtos farmacêuticos. O movimento surgiu depois que Zulmira Botelho de Assunção, mulher de um funcionário do Palácio do Planalto, adquiriu um sabonete no valor de Cr\$80 em uma drogaria, enquanto em outro local o mesmo produto era vendido por Cr\$ 45. Essa diferença de preços também era aplicada nos demais artigos em diferentes locais, incluindo restaurantes.

O mesmo jornal³¹ apresenta o registro da greve dos médicos, enfermeiras e demais funcionários do Hospital do IAPI que reivindicavam os apartamentos prometidos pela NOVACAP desde 1958 acampando em frente do Palácio do Planalto. Na imagem temos mulheres negras e não negras deitadas no chão em colchonetes dividindo o espaço com panelas, pratos e latas de água. Outros funcionários ocuparam os apartamentos do IAPI, entre eles mulheres negras que aparecem na janela dos apartamentos em *O Jornal*.

³⁰ Pioneira em Brasília na construção de conjuntos habitacionais.

³¹ Datado em 18 de novembro de 1960.

PARA ENFERMEIRAS O REMÉDIO É A GREVE



Os funcionários, médicos e mais de 40 enfermeiras do hospital do IAPI em Brasília, cansados de esperar, pelos apartamentos prometidos pela NOVACAP, desde 1958, chegaram à conclusão de que, no seu caso, o único remédio era a greve, e acamparam diante do Palácio do Planalto, de onde só sairão quando tiverem realmente onde morar. (Página 4)

BR. ArPDF.NOV.D.04.01.Z
Divisão de Divulgação/ Setor de Documentação
JORNAL DO BRASIL - Data: 18/10/1960



Fonte: ArPDF
O Jornal 19 de outubro 1960

Segundo informações do jornal, após alguns dias acampados os grevistas saíram do local quando houve a ameaça do uso de violência dos soldados da Guarda Especial

de Brasília³² e decidiram alojar-se em frente ao hospital que só funcionava para casos de emergência.

Os protestos³³ também se expandiram para o campo educacional, quando professores e professoras pararam as aulas para pedir moradia. A greve só foi suspensa depois que houve uma conversa com o diretor executivo do CASEB, Prof. Armando Hildebrand que prometeu providências junto à Presidência da República para a construção de casas pelo Ministério da Educação em cooperação com a NOVACAP e a Caixa Econômica para serem vendidas aos professores.

As mulheres também aparecem em outros campos de trabalho. No *Correio da Manhã*³⁴ é noticiado que as mulheres serão trocadoras de ônibus em Brasília, uma atividade relativamente nova na esfera de atuação do trabalho das mulheres. A atividade foi prestada para os ônibus da Prefeitura que atendiam ao Plano Piloto.

Nessas últimas notícias não temos registros fotográficos ou outros elementos estatísticos que nos possibilite verificar a participação das mulheres negras. Sabemos apenas que no âmbito educacional³⁵, a maioria do corpo docente era de mulheres e entre elas havia mulheres negras. Uma delas participou desta pesquisa nos concedendo uma entrevista. Na área da saúde, assim como dos transportes não tivemos acesso a documentos que nos possibilitasse averiguar o número de mulheres participantes dessas atividades.

Nesse garimpo dos jornais, conseguimos “encontrar” mulheres negras na história da construção de Brasília. Esse olhar, além do enquadramento normativo, nos permitiu conhecer outros fatos, ou como diria Perrot (1988), sublinhar práticas dos indivíduos que geralmente não constam em uma narrativa pública e oficial no processo de transformações sociais.

Nesta reflexão, observa-se que o lugar atribuído às mulheres brancas nos jornais geralmente é demarcado pelas atividades que são por elas desenvolvidas, que é o de “ajuda”, cuidados, enquanto das mulheres negras está associada a “prestação de serviços”. Os apontamentos são produtos de um discurso que construiu o homem como figura central. Ao compor as imagens e narrativas das mulheres negras buscando compreender a vivência desses agentes históricos no cenário de construção de Brasília,

³² Notícia divulgada *O Jornal* em 19 de outubro de 1960.

³³ *Jornal O Globo* de 14 de setembro de 1960.

³⁴ *Jornal Correio da Manhã* 11 de dezembro de 1960.

³⁵ Essas informações foram verificadas na Relação dos funcionários integrantes dos quadros provisórios e permanentes datados de 1969, do Fundo do Gabinete do Governador, no ArPDF.

elaboramos uma narrativa a partir dos registros identificados nos periódicos, esquadrihando esses discursos, aqui pensados como práticas que obedecem a regras sociais, culturais, políticas e econômicas.

(Re) escrevendo histórias

A partir da descrição dos textos jornalísticos podemos tecer considerações sobre o modo como se construiu um discurso sobre as mulheres negras. Seguindo o pensamento de Foucault, de que não é importante estabelecer o que é verdadeiro ou falso, mas sim “perceber historicamente como os efeitos de verdade eram produzidos através de discursos que, em si mesmos, não eram nem falsos e nem verdadeiros” (PIZZI et al, 2009, p. 21), iniciamos a análise dos jornais.

A escolha foi por explorar, principalmente, os textos que dizem respeito às mulheres, em especial as negras, pois é o ponto central desta pesquisa. Contudo, as matérias que estavam correlacionadas à vivência das mulheres de uma forma geral também serão abordadas na discussão. Pois, seguindo uma perspectiva foucaultiana consideramos importantes tanto as regularidades discursivas como suas descontinuidades.

Cabe ressaltar que o material analisado – os periódicos – é constituído de um sujeito informador que ora se apresenta favorável à construção de Brasília³⁶, e em outros momentos adota uma postura oposicionista. Considerando o lugar social que ocupam essas informações, nosso olhar também deve direcionar-se para o processo de construção desses apontamentos como característicos de relações entre saber e poder, partindo da ideia de que o poder produz o saber por meio do discurso.

Como não possuímos informações a respeito dos profissionais que elaboraram cada reportagem, a análise da constituição desse material é pautada nos posicionamentos políticos que os jornais assumiam publicamente e que foram descritos aqui no início deste capítulo.

Maria Ivanúcia Lopes da Costa (2013), ao analisar os fatos e critérios escolhidos na produção de um jornal para se noticiar algo, revela que é a mídia quem analisa e determina o que deve ser repercutido ou não. Assim sendo, o conhecimento de um fato pode vir de telefonemas, rádios, instituições autorizadas e outras fontes, contudo essas falas são reguladas pelo que deve ser dito.

³⁶ Verificar na tabela exposta anteriormente o breve histórico de cada jornal.

Os fatos atendem aos critérios adotados pelo veículo que o propaga, chamados pela referida autora de valores-notícia. Esses valores agem conjuntamente com outros critérios de noticiabilidade que abrangem a seleção do jornalista como o “primeiro” nesse encadeamento de ações, as características do canal propagador e da empresa de comunicação.

Nos parágrafos seguintes apresentamos os aspectos identificados nos textos jornalísticos e que dizem respeito às mulheres.

“*Senso de dever de esposa*”: destino natural da mulher?

- “*O amor que dedicava ao marido e seu senso de dever de esposa*”: esse foi um dos argumentos expostos no *Jornal do Brasil* ao divulgar a vinda de Clarinda Moura a Brasília em 1894. A história de Clarinda é apresentada em 1958. Contexto que o Brasil viveu um período de ascensão da classe média e que após a Segunda Guerra Mundial presenciava um momento de esperança quanto ao crescimento urbano e à industrialização que conduziram ao crescimento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. Contudo, as distinções quanto aos espaços que cada um deveria ocupar continuavam explícitas. O modelo familiar dessa época herdava ideias de que os homens exerciam autoridade e poder sobre as mulheres, assumindo o sustento da esposa e dos filhos. Às mulheres cabia ser donas de casa, esposas e mães (BASSANEZI, 2000), justificativa em consonância com a concepção divulgada no *Jornal do Brasil*.

Assim, a ideologia dos Anos Dourados, refere-se a uma essência feminina que era constituída pela maternidade, casamento e dedicação ao lar. Um sistema de ideias que descreve a vida de mulheres não negras de classe média e que é narrada na experiência de Clarinda. O jornal ressalta essa concepção ao dizer que o amor ao marido foi o elemento fundamental para chegar ao Planalto Central.

Ela partiu de Uberada. Era a única mulher do grupo. Todos a aconselharam a não ir, mas o amor que dedicava ao marido e o seu senso de dever de esposa, falaram mais altos.

[...] D. Clarinda fala de sua aventura como se fosse um passeio agradável.

Ainda que a viagem de Uberada – MG fosse distante e o percurso difícil para chegar a Brasília, expõem-se um discurso de entusiasmo não apenas pela companhia do marido e da filha, mas também pelo clima e paisagem do Planalto. Um discurso que

caminha no mesmo sentido que JK propagava para falar da região em que seria construída a nova capital.

Temos um contexto no qual o homem é associado à força e a racionalidade, enquanto as mulheres ao instinto maternal, fragilidade e dependência. Essa visão é justificada por um discurso biologizante que naturalizou os espaços que homens e mulheres deveriam ocupar. Joan Scott (2008) expõe que essa é uma explicação que busca localizar um denominador comum para fundamentar as distintas formas de subordinação que recaem sobre a mulher. Reforçando assim, a idéia de características próprias masculinas e femininas no interior de contextos culturais, sociais e políticos determinados e específicos. Segundo a autora, esse discurso é construtor de uma organização das relações sociais sedimentadas nas diferenças sexuais.

Colocações como as de Clarinda retratam a concepção de “boa esposa”, que é definida como “o segredo imutável da felicidade conjugal, da harmonia do lar [...] da ordem social com suas hierarquias estabelecidas”. Cabendo ao marido ser o responsável pela decisão da educação e futuro dos filhos, assim como os gastos importantes. Um movimento ideológico que buscou definir lugares, decompor tarefas, segregando cada vez mais os espaços.

Concepções que apresentam a mulher com essas características são expressas em alguns momentos na literatura especializada sobre Brasília, como em Barney (2001) onde elas aparecem como jovens recém casadas que deixaram o aconchego familiar para acompanhar seus maridos na busca por um ideal de vida.

Todavia, os jornais também revelaram a chegada de mulheres a Brasília para trabalhar na construção civil, como Eleonora Quadros, que apresenta uma concepção diferente das ideias de seu tempo.

“*Paixão, mas pelo sertão*”: uma *Pioneira* no Planalto Central

Essa afirmação assustou os jornalistas, que esperavam que Eleonora desse um toque romântico às suas colocações. A declaração desconstrói a imagem da mulher que busca prioritariamente constituir uma família. O texto jornalístico de 1958 nos chama especial atenção, pois a referência direta a uma mulher como protagonista social do mundo do trabalho, em especial na construção civil, exemplifica a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Embora a referência seja feita a uma mulher de classe média, não negra, temos a exemplificação da participação da mulher no âmbito do trabalho formal. Ainda que as mulheres, na literatura que discute a formação de Brasília,

não tenham existência como trabalhadoras, nos jornais de época elas aparecem fazendo parte com outras categorias sociais no mundo do trabalho.

Embora essa inclusão provocasse uma mudança no *status* social das mulheres nesse período, os preconceitos persistiam. Como afirma Bassanezi (2000), as mulheres continuavam sendo vistas prioritariamente como donas de casa e mães, logo a vida profissional surge como uma dissensão ao “lugar designado a mulher” no imaginário social. Outra alegação era “da perda da feminilidade e dos privilégios do sexo feminino - respeito, proteção e sustento garantido pelos homens -, praticamente fatal a partir do momento que a mulher entra no mundo competitivo das ocupações antes destinadas aos homens” (p. 624).

De uma forma geral, ainda predominava as concepções de que as mulheres deveriam dedicar-se inteiramente ao lar, deveriam ser mantidas pelo marido e preservadas da rua. Aqui me parece propício retomar as categorias sociológicas de “casa” e “rua” estudadas por Roberto DaMatta (1997) como entidades morais, domínios culturais institucionalizados. Sendo a casa a demarcação de um espaço calmo, de repouso e hospitalidade, ou seja, de tudo aquilo que define a ideia de amor, carinho e calor humano, e a rua como espaço que representa o inverso, e por conseguinte, um local perigoso, muitas vezes ameaçador para a moralidade das mulheres. Nesta perspectiva, o “horizonte feminino não deveria ir além do mundo doméstico, o masculino estendia-se aos espaços públicos, ao mercado de trabalho, à política institucional” (PINSKY, 2013, p. 487). Nesta perspectiva, não haveria nada mais dramático para uma jovem de “família” do que ser vista como uma mulher que não sabe cuidar de sua casa, marido e filhos, ou ainda como uma “mulher da rua” que vivia experiências que rompiam com os padrões sociais destinados às mulheres.

Percebe-se que o espaço fora do domínio doméstico significava o “risco de perder a virtude”, a desgraça moral, enquanto para os homens expressava a liberdade, a transposição de limites, que não feria a família por estar distante dela. Entretanto, as ações de Eleonora resistem a esse enquadramento limitativo ao trabalhar em um ambiente predominantemente masculino, bem como ao dizer que sua paixão é o sertão.

Outro aspecto que merece destaque neste contexto é o fato de Eleonora receber a denominação *Pioneira*. No período da construção de Brasília foram utilizadas diferentes genealogias que estabeleceram designações como novos bandeirantes³⁷, piões³⁸,

³⁷ Designava os exploradores do território da nova capital, surgem nos periódicos como pessoas importantes no contexto da “marcha para o oeste”, geralmente figuras do cenário político e econômico,

operários, pioneiros e candangos³⁹. Essas qualificações surgem como referência para nomear novas identidades e sociabilidades. Palavras que se transformaram em conceitos e acepções particulares para a história de Brasília. Este contexto diverso de denominações foi ganhando novos desenhos até a inauguração da cidade e posteriormente⁴⁰ (ALMEIDA, 2012).

Pautados na orientação metodológica definida por Reinhart Koselleck (2006) de uma história do conceito, compreendemos que é fundamental considerar o processo pelo qual as palavras são envolvidas, expostas no decorrer do tempo e assim transformadas pelos contextos políticos e sociais em que estavam inseridas. Entretanto, ainda que a palavra permaneça a mesma, o conteúdo por ela denominado se modifica substancialmente. Neste sentido, busca-se neste momento analisar a origem e usos do termo *Pioneiro* nos jornais da época. Considerando sua variante temporal e seu caráter único articulado ao momento de sua utilização.

No contexto de formação da cidade, o termo *Pioneiro* é criado para indicar trabalhadores que se encontravam em um *status* social considerado superior aos outros trabalhadores, ou que possuíam privilégios perante as autoridades vigentes. Essa categoria era composta pelos primeiros funcionários, profissionais contratados e comerciantes. Diferenciando-se, assim, em especial dos candangos, que se restringiam aos trabalhadores da construção civil.

Luisa Videsott (2008), ao realizar uma análise do monumento “Os Candangos” de Bruno Giorgi, buscando indagar o significado da escultura na construção da cidade, realiza uma reconstrução histórica da palavra candango e seu processo de re/nomeação. Na referida análise, a autora, apoiando-se em James Holston (1993), expõe que a palavra candango foi durante muitos séculos uma designação depreciativa, sendo considerado um indivíduo perverso. Palavra de língua quimbundo ou quilombo, dos bantos do Sudeste de Angola era o termo empregado pelos africanos para nomearem de forma aviltante os colonizadores portugueses. Chegou ao Brasil com os escravos

tais como Bernardo Sayão (um dos diretores da NOVACAP e apresentado na narrativa oficial como um dos pioneiros na “marcha do oeste”).

³⁸ A grafia da palavra com *i* encontrada nos periódicos do período da construção. O termo não representa um adjetivo exclusivo do contexto de Brasília, pois é utilizado em todo o Brasil. É um vocábulo que aparece nas revistas institucionais no início da construção da cidade designando todos os trabalhadores da construção civil, expressão que dará origem à denominação “candango”.

³⁹ Termo que inicialmente representou os trabalhadores braçais e também os administrativos. Entretanto, ao longo dos anos esse termo é deixado de lado pelos trabalhadores que não estavam no campo braçal, pois eles passariam a ser nomeados como Pioneiros.

⁴⁰ Para uma leitura mais aprofundada das mudanças desses termos ler “*A Parada dos Candangos: de palavras a conceitos na construção de Brasília*” de Fausta de Araújo Almeida.

angolanos e tornou-se o termo para designar “as pessoas do interior em oposição ao litoral, e especialmente, para os trabalhadores itinerantes pobres que o interior produziu em grande quantidade. Com esses trabalhadores o termo chegou a Brasília” (p. 21).

Utilizando-se das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, a referida autora expõe os usos do termo. Assim, em 1958, ele ainda não possuía uma explicação definida, denotando solteiro. Em 1959, a palavra ganha um novo sentido, indicava o trabalhador comum, passa a ser sinônimo de pioneiro, de desbravador, evocando valores como coragem, confiança no progresso, perseverança. Características ressaltadas na identidade nacional naquele momento. Desta forma, passa a ser utilizada nos títulos oficiais e discursos do presidente da República. Em 1960, a palavra designava todos aqueles que participaram da construção da nova capital, seja o Presidente JK ou trabalhadores da construção civil. Segundo Videsott (2008), a palavra passa a sublinhar um conceito ou uma ideologia, e não mais uma classe social. Assim, na inauguração da cidade a concepção propagada por JK e o *staff* da Novacap era de uma “grande família em que, por três anos, se transformou na equipe que fez Brasília”⁴¹. O termo “grande família” busca trazer a ideia de pessoas unidas por laços comuns, relações que denotam posições bem definidas no grupo, mas também faz referência a concepção de homogeneidade social difundida na cerimônia de inauguração da cidade.

Márcio de Oliveira (2005) expõe relatos dos operários manifestando esse sentimento de importância na participação da construção de Brasília, reforçando o discurso de que eram tratados como iguais. É segundo Almeida (2012, p.20) a “tentativa de reabilitação de atores que encerravam ali suas contribuições para a Nação”.

A notícia que escreve Eleonora como pioneira em Brasília é de 1959, portanto está inserida nesse contexto no qual o termo candango está adquirindo uma dimensão mais positiva, embasada no imaginário de Nação. O que demonstra que o uso da palavra pioneiro ainda estava ideologicamente atrelada à classe social, ao gênero e à raça, uma vez que eram homens não negros quem surgiam nas notícias dos jornais designados como pioneiros.

Não podemos deixar de sublinhar que o jornal que denomina Eleonora como pioneira adotava uma postura de defesa da construção da nova capital. Tal fato é visível no trecho que diz: “Brasília é a maior obra da história brasileira. Um acontecimento tão importante quanto o próprio descobrimento do Brasil”. Concepção que é corroborada

⁴¹ Pinheiro, Israel. “Os mil dias de Brasília”, *Manchete* 04/05/1963.

pela entrevista de Eleonora ao dizer que Brasília “é uma realidade, que nem os cegos poderão mais negar”. O discurso da jovem também tem o tom de convencimento aos jornalistas que ali se faziam presente para conhecer o empreendimento do governo de JK. Neste contexto, acreditamos que o uso do termo Pioneiro a Eleonora se adequa à perspectiva de JK do que Brasília deveria representar como feito modernista.

A concepção que no período, assim como na bibliografia sobre Brasília (SOUZA, 1983; OLIVEIRA, 2005; JÚNIOR, 2008) se utilizava para fazer referência aos homens, aparece no texto jornalístico atribuído à jovem que desenvolveu serviços de terraplanagem, assinando também um grupo social específico: trabalhadores de mídia e alta qualificação. No entanto, ao ser concedido a uma mulher desvincula-se, ainda que temporariamente, à imagem masculina que evocava os valores de coragem e ousadia para aqueles se dedicassem ao projeto de construção da nova capital. O deslocamento é realizado a uma mulher de classe média e não negra atribuindo a esta um *status* social e político às mulheres que naquele período não eram visibilizadas no campo do trabalho formal da construção civil.

As denominações candangos e pioneiros sofreram modificações em seus significados ao longo do tempo que buscaram não estabelecer limites quanto à questão da origem, classe ou ocupação. Entretanto, essa postura não é identificável nas práticas governamentais, principalmente no que diz respeito à questão da habitação. Pois os pioneiros (funcionários da NOVACAP, administrativos das construtoras, comerciantes e agricultores, ou seja, trabalhadores que possuíam uma boa qualificação e salários) tiveram o direito de continuar morando no centro da capital após a inauguração, enquanto os candangos (trabalhadores da construção civil) foram transferidos para as regiões administrativas que surgiram no entorno de Brasília.

Observa-se que os conteúdos dos termos pioneiro e candango estão imbricados assim como são transversais as relações sociais de gênero, classe e raça, podendo ser incluídas também outras como a da sexualidade, do trabalho etc. Essa idéia nos leva a pensar no conceito de consubstancialidade e coextensividade discutido por Danièle Kergoat (2010). Segundo a autora, consubstancialidade é “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (p.100). Essas relações estão envolvidas intrinsecamente, e ainda que formem um sistema, há contradições entre elas. Utilizando-se da metáfora da espiral, Kergoat explica que a realidade não se fecha em si mesma. Nesta perspectiva, o conjunto das relações sociais deve ser pensado

na sua simultaneidade, como elementos centrais explicativos. Estamos, portanto falando de “sujeitos” que, ao mesmo tempo em que experienciam a ação das relações sociais, agem igualmente sobre elas, construindo individualmente e coletivamente suas vidas, por meio das práticas sociais (KERGOAT, 2010).

A coextensividade marca o dinamismo das relações sociais, buscando “dar conta do fato de que as elas se produzem mutuamente” (p.100). Utilizando-se de trabalhos como Christelle Hamel (2003), que reflete a respeito dos jovens descendentes de Maghreb, Kergoat (2010) mostra situações em que gênero e racismo ao se conjugarem e se reforçarem reciprocamente apresentam resultados na construção identitária e na sexualidade juvenil evidenciando que as relações sociais são indissociáveis. Compreender o entrelaçamento das relações sociais permite “recolocar no centro de análise o sujeito político (e não a vítima de múltiplas dominações), levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes” (p.103).

Os termos pioneiro e candango consistem numa via possível para falar de consubstancialidade. Ou, ainda, tal perspectiva pode ser trazida para dizer sociologicamente acerca desses termos. O que a análise aqui sugere é que dimensões de gênero, classe e raça, sublinhando também a dimensão histórica, aparecem na forma como foram utilizadas as palavras para contar a construção da nova capital pelos jornais, revistas e literatura corrente. Os usos dos termos revelam as relações de poder, pois a denominação é atribuída de acordo com a atividade exercida no período. Meu argumento é que outras características e relações sociais, como as implicadas nas desigualdades raciais e de gênero, tornam-se mais visíveis a partir da análise de quem são discursivamente produzidos como os (as) pioneiros (as) e candangos (as) em Brasília.

Luisa Videsott (2008) destaca que desde o início do uso da palavra candango excluía-se o universo das mulheres: “não existia mulher candanga”. O mesmo aplica-se ao termo pioneiro. Eleonora foi a única mulher que identifiquei nos jornais que recebeu a denominação pioneira. Embora nos anos iniciais da construção elas representassem reduzido número em relação aos homens, nos anos seguintes tivemos um forte processo de migração que foi alterando essa estatística inicial. Contudo, o termo continuou no masculino.

Esse fato é possível de ser observado no *Censo Experimental* de 1959 que também omitiu a representatividade das mulheres ao apresentar o levantamento da

distribuição percentual das pessoas economicamente ativas na nova capital por localidade. Essa distribuição por sexo só é possível obter nas tabelas em anexo. As mulheres representavam apenas 8,4% das pessoas economicamente ativas, contudo essa informação não parece ser relevante para se falar da mulher candanga ou pioneira.

9. RAMO DE ATIVIDADE, POR SEXO (Pessoas de 10 anos e mais)

N.º de ordem	RAMO DE ATIVIDADE	BRÁSÍLIA			LOCALIDADES					
		Total	Homens	Mulheres	Acampamentos					
					Central da NOVACAP		Canzangolândia		Praça dos Três Poderes	
					Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS	49 676	34 857	14 819	756	319	1 272	689	5 612	676
2	Econômicamente ativas	35 201	32 235	2 966	716	147	1 121	77	5 512	130
3	Agricultura e silvicultura	2 075	1 940	85	14	1	1	—	1	—
4	Pecuária e criação de pequenos animais	132	119	3	—	—	—	—	—	—
5	Agropecuária	101	90	2	—	—	—	—	—	—
6	Extração vegetal	33	32	1	1	—	—	—	—	—
7	Extração mineral	1 605	1 589	16	—	—	—	—	1	—
8	Caça e pesca	3	3	—	—	—	—	—	—	—
9	Indústrias de transformação	1 170	1 116	54	—	3	—	2	—	—
10	Indústrias de construção	19 149	19 075	74	95	2	11	—	5 000	16
11	Serviços industriais de utilidade pública	8	8	—	—	—	—	—	—	—
12	Comércio de mercadorias	1 634	1 455	179	13	4	9	2	7	4
13	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	155	153	2	—	—	1	—	1	—
14	Prestação de serviços	3 579	1 757	1 822	99	47	6	46	211	91
15	Transportes, comunicações e armazenagem	785	77	13	3	3	3	—	12	—
16	Atividades sociais	482	439	243	81	57	9	13	3	8
17	Profissões liberais	113	97	16	1	—	2	—	—	—
18	Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça	198	163	35	10	6	—	—	7	1
19	Defesa nacional e segurança pública	342	341	1	1	—	2	—	182	—
20	Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas*	3 687	3 267	420	391	27	1 074	16	85	10
21	Não economicamente ativas	14 475	2 622	11 853	40	172	151	612	100	546

* Inclusive as pessoas que se declararam empregadas da NOVACAP.

Fonte: *Censo Experimental de Brasília, 1959.*

Ao analisar os adendos, observa-se que as principais atividades desenvolvidas por essas mulheres se centralizavam no setor de prestação de serviços (atividades relacionadas com setores hoteleiros, de diversões, de higiene pessoal, dentre outros) e atividades sociais (incluam em maior parte servidores públicos vinculados ao ensino, à assistência médico-sanitária, aos serviços urbanos, dentre outros). Entretanto, o levantamento aponta também a presença de mulheres no comércio de mercadorias (179 mulheres), transportes, comunicações e armazenagem (13 mulheres) e na indústria de construção (74 mulheres). No componente denominado “Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas”, temos a presença de 420 mulheres. Como a tabela explicita em nota de rodapé, neste item também estão inclusos as pessoas que se declararam empregadas da NOVACAP. A contribuição dos servidores da empresa nesse grupo atingia mais de 80%, o que de acordo com a finalidade única da empresa era gerenciar e coordenar a construção. Não obstante, a

participação das mulheres na indústria da construção não parece ser significativa para literatura e jornais da época denominá-las como pioneiras.

Os argumentos construídos sobre as mulheres, na maioria das vezes como observamos na discussão sobre a bibliografia produzida, aparecem em um plano secundário, sem explicitações, contribuindo assim, para uma simplificação da história dessas mulheres. No caso das mulheres negras essa invisibilidade é ainda mais evidente, uma vez que os textos e o Censo Experimental se detêm na reafirmação de uma inexpressividade numérica desse grupo étnico, desconsiderando o crescimento contínuo dessa população na consolidação da capital federal.

Ilka Boaventura Leite (1996) ao refletir sobre a de invisibilidade do negro do Sul do Brasil, afirma que a invisibilidade é um dos pilares da ideologia do branqueamento, presente em diferentes contextos e representações. Ralph Ellison em *Homem Invisível* (1990) foi um dos primeiros autores a utilizar o termo na literatura ficcional americana abordando a condição dos afro-americanos nos anos quarenta. O autor demonstra que o negro é invisível “porque os outros não o querem ver”, a negação da existência é uma estratégia resolutiva para uma questão que incomoda a sociedade, uma vez que não é possível bani-la completamente. Ancorando-se nas idéias de Ellison, Leite (1996) complementa a análise sobre a invisibilidade⁴² afirmando que esse recurso também é utilizado no Brasil e foi discutido por autores como Aníbal Gonçalves Fernandes (1989), Carlos Hasenbalg (1988), apresentando-se como uma das principais formas de manifestação do racismo. É deste modo, um dispositivo de negação do outro que “pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos” (Ibidem, p.41).

A negação das vozes femininas negras nos discursos que abordam a história de Brasília aponta na direção de um silêncio característico dos grupos invisíveis, subalternos. Pois, como afirma José Jorge de Carvalho (2001, p.120): “a condição de subalternidade é a condição do silêncio”. Silêncio que deve ser rompido, segundo o autor, com uma “descolonização das paisagens mentais”, nos diferentes campos do conhecimento das Ciências Humanas, implicando em uma revisão de suas práticas. Para esse caminho, o antropólogo nomeia como estratégia a escuta e o registro de vozes ainda não inscritas no cânone. Esse processo de aproximação e escuta segue as

⁴² O conceito possui uma gama de estudos desenvolvidos, dentre eles, podemos citar: Maruani (2004) no campo da sociologia do trabalho, Axel Honneth (2005) com a teoria do reconhecimento.

concepções de Gayatri Chakravorty Spivak (1999, p.30), que diz que para se aproximar da expressividade do outro, devemos ser “como leitores, dispostos a abrir-se à performatividade das outras linguagens”.

A inscrição de outras vozes na história de Brasília não foi o caminho seguido pela maioria dos autores que a abordaram a vida na nova capital no seu período de construção. O modelo direcional de relatar a história suprimindo das propagandas e das imagens registradas, a população negra é destacado por Videsott (2008) quando analisa as fotografias dos cinesjornais, os comerciais da época e as imagens de memória póstuma expostas nos painéis do Museu Vivo da Memória Candanga em Brasília.

Corroborando essa análise, Júlia de Araújo Carrari (2014) ao refletir a respeito da exposição “Poeira, lona e concreto” também exposta no referido museu mostra que nas fotografias dos integrantes da Missão Cruls, expedição que demarcou a área que seria construída a capital federal, não há presença visual dos negros. Na exposição, há pequenos registros fotográficos dos negros quando se refere aos “Operários em Construção”⁴³. Eles aparecem como candangos, usando-se esse termo de forma abrangente, não expondo quem são essas pessoas. A concepção é de um patrimônio cultural comum a todos. Nela a contribuição dos distintos grupos é silenciada. Os homens negros aparecem em alguns registros da exposição trabalhando nas construções e nomeados como candangos. Entretanto, suas memórias e histórias não são apresentadas.

A sua identificação no espaço está sujeita ao seu papel anônimo, não são mulheres, negros ou nordestinos, não possuem identificação própria, apenas atente pelo nome que os massifica, os iguais e os torna homogêneos. Não se leva em consideração suas origens, sua cultura, sua identidade, mesmo sabendo que eles são provenientes de vários locais do Brasil [...] Os negros são invisíveis na história da construção de Brasília e na formação do Distrito Federal (CARRARI, 2014, p. 33)

Essas observações também foram identificadas na revisão bibliográfica que realizei nos trabalhos de Souza (1983), Júnior (2008), dentre outros. Os conteúdos das palavras candango e pioneiro expressam bem os cruzamentos que eram realizados no campo do gênero, classe e raça. Observa-se nas relações sociais os seguintes aspectos: a) nas relações de classe os usos dos referidos termos estão diretamente relacionados à posição de classe de homens e mulheres. O termo pioneiro carregava um *status* social

⁴³ Um dos módulos da exposição que retrata as cotidianidades das obras em Brasília.

perante o grupo, que se fazia presente também nas habitações em que os trabalhadores e trabalhadoras residiam. Os pioneiros moravam em casas bem mais estruturadas que os ditos candangos. Contudo, no caso das mulheres, apenas Eleonora é denominada como pioneira nos jornais de época, ainda que se observe um crescimento gradativo das mulheres trabalhando na construção de Brasília⁴⁴. A vivência de Eleonora é um exemplo de número diminuto de mulheres da classe média que conseguiram trabalhar no campo da terraplanagem na construção de Brasília. Contudo, tal fato não é observado quando falamos das mulheres de classe mais pobres, em especial as mulheres negras, como observamos nos jornais. b) no que diz respeito ao gênero, nota-se um discurso reafirmador da naturalização de comportamentos e posturas próprias de homens e mulheres tanto no âmbito doméstico como no espaço do trabalho. Elas aparecem em alguns momentos sem denominação de um termo (candangas ou pioneiras), em outros como candangos, utilizando o referido termo no masculino; c) nas relações sociais de raça vemos um processo de segregação espacial que se fazia presente quando observamos que os trabalhadores negros e negras residiam nas regiões mais distantes e precárias da nova capital como Núcleo Provisório Bananal e na Zona Rural. Nos jornais não aparecem como pioneiras e sim como candangas. Não tiveram o direito de morar próximo do centro de Brasília e foram remanejados para as cidades administrativas⁴⁵ após inauguração da capital. A distinção entre candangos e pioneiros formou, segundo Marcio Oliveira (2005, p. 244), “dois tipos de população que estariam presentes no momento da capital ser inaugurada: um que iria construir a cidade, mas estaria privado dos direitos a ela e outro que iria chegar com plenos direitos a uma cidade já construída”. Negros e negras fazem parte desta população de quem foi retirada seu direito de usufruir da cidade, fato que também contribuiu para que as memórias deste grupo étnico não fossem apresentadas na história da cidade. Essas constatações nos levam a pensar no que Kergoat (2010, p. 20) afirma de que há a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” para não reproduzi-las.

Lavadeiras em Brasília: trabalho (in) visível

Sabão um pedacinho assim
Olha água um pinguinho assim
O tanque um tanquinho a assim e a
roupa um tantão assim

⁴⁴ Estimulado por fatores migratórios.

⁴⁵ Cidades que surgiram e se consolidaram no entorno da nova capital.

Para lavar a roupa da minha sinhá
Para lavar a roupa da minha sinhá
Para lavar a roupa da minha sinhá
Para lavar a roupa da minha sinhá

Quintal um Quintalzinho assim
A corda uma cordinha assim
O sol um solzinho assim
E a roupa um tantão assim

Para secar a roupa da minha sinhá
Para secar a roupa da minha sinhá
Para secar a roupa da minha sinhá
Para secar a roupa da minha sinhá

A sala uma salinha assim
A mesa uma mezinha assim
O ferro um ferrinho assim e a roupa
um tantão assim

Para passar a roupa da minha sinhá
Para passar a roupa da minha sinhá
Para passar a roupa da minha sinhá
Para passar a roupa da minha sinhá

Trabalho um tantão assim
Cansaço é bastante sim

A roupa um tantão assim
Dinheiro um tiquinho assim

Para lavar a roupa da minha sinhá
Para secar a roupa da minha sinhá
Para passar a roupa da minha sinhá
Para passar a roupa da minha sinhá

(Monsueto Campos Menezes, O
LAMENTO DA LAVADEIRA).

A composição de Monsueto “Lamento da Lavadeira”⁴⁶ de 1956 descreve o difícil cotidiano de trabalho das lavadeiras para as senhoras da alta sociedade. Essa é uma atividade que atravessou décadas e revela a condição de vida de muitas mulheres no Brasil.

Aline Lemos da Cunha (s/d) ao refletir a respeito ancestralidade e atualidade de mulheres afro-brasileiras e a construção de saberes em espaços não-formais na cidade do Rio Grande (RS) tece comentários sobre o ofício das lavadeiras. Utilizando-se dos

⁴⁶ Essa composição foi feita em conjunto com João Violão e Nilo Chagas.

registros de Debret⁴⁷, datados do início do séc. XIX, para pensar a lavagem de roupas no Brasil, a autora diz que essa atividade era realizada pelos escravos e que, com a chegada de estrangeiros à capital por ocasião da “sagração do imperador”⁴⁸, tornou-se um vantajoso negócio. Assim, muitas famílias brasileiras da classe média alugavam uma chácara perto do rio com o objetivo de empregar as negras como lavadeiras, aquelas consideradas mais inteligentes eram incumbidas de passar a roupa, e a de maior confiança fazia a entrega na cidade e também recebia o pagamento pelo serviço. A descrição de Debret sobre as lavadeiras expressa, de distintas formas, como havia historicamente um saber específico para a execução deste ofício.

Ainda que os relatos de Debret tratem da lavagem de roupas como um trabalho “do escravo”, “do negro”, suas citações encontram-se no feminino, revelando que essa era uma prática que as mulheres exerciam. Atividade que geralmente reunia as mulheres, um dos poucos momentos que conversavam descontraidamente às margens dos rios, riachos, poços e nascentes.

Mesmo depois do término do sistema escravista, a atividade de lavar roupas ao longo dos anos continuou presente entre as mulheres pobres negras para prover de forma complementar ou não as necessidades básicas do núcleo familiar. Fato que demonstra uma relação de atualização e perpetuação de um passado escravagista. Um ciclo que não possibilitou que as filhas e netas dessas mulheres alcançassem uma boa escolaridade, o que dificultou o acesso delas a melhores condições de trabalho.

Maria Izilda Mattos e Andrea Borelli (2012) ao discutirem o espaço feminino no mercado de trabalho expõem que na última década do século XIX com a intensificação do processo de “modernização” do Brasil as mulheres continuavam sendo tratadas, inclusive pela imprensa, como trabalhadoras indefesas e passivas. Após as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino⁴⁹ (que aconteceram entre 1917 e 1919) sobrevieram demissões, dificultando a inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que os empregadores as consideravam além de frágeis, também dispendiosas. No caso das mulheres negras, as autoras sublinham que elas encontravam mais obstáculos para encontrar trabalho, em função do preconceito. Uma das alternativas para garantir

⁴⁷ O pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) retratou em suas telas não apenas a paisagem, mas principalmente a sociedade brasileira, destacando a presença dos escravos neste contexto.

⁴⁸ Momento em que o Imperador D. Pedro I, através da bênção de um sacerdote, foi consagrado Imperador do Brasil.

⁴⁹ Medidas que proibiram a jornada noturna das mulheres e a atividade durante o último mês de gravidez e do primeiro puerpério.

uma fonte de renda foi o trabalho doméstico, ou seja, atividades realizadas na própria residência seja para empresas ou para pessoas individualmente.

Com isso, as negras acabavam se concentrando em postos ainda menos valorizados e pior remunerados como os de doméstica, cozinheira, lavadeira e catadora de restos. Apesar dos míseros ganhos, o trabalho de lavadeiras foi uma das ocupações mais procuradas pelas mulheres dos setores populares. A atividade de lavadeira era exercida fora das casas dos clientes, também nos portos e nas ferrovias, onde se encarregavam da roupa suja que chegava com as embarcações e os trens (2012, p. 132)

No Brasil, o trabalho doméstico é geralmente ocupado por mulheres negras e o exercício de lavar roupas é uma extensão desta atividade. Suely Kofes (1982) partindo da crítica às discussões feministas de inspiração marxista na década de 1970 elabora uma etnografia da relação social entre patroas e empregadas domésticas a partir da observação de campo em diferentes unidades domésticas e fontes históricas que possibilitaram analisar as representações do trabalho doméstico assalariado. Na pesquisa apresenta a complexidade das relações sociais no interior da casa, sublinhando que “as relações de classe e trabalho são também sobrecodificadas pelas relações familiares e marcadas pelas distinções de gênero” (SIMÕES, 2002, p.150).

Se pensarmos essas questões no contexto da construção de Brasília (1956-1960), período em que a concepção de trabalho doméstico era parte da condição da mulher, e que a busca por uma atividade que gerasse renda fazia parte da condição da mulher pobre, compreenderemos melhor as notícias dos jornais do período em Brasília, que expõem o contexto no qual se encontravam as mulheres negras: morando, em sua maioria, nas áreas mais pobres da capital e lavando roupas à margem do lago.

O jornal *Tribuna da Imprensa* de 24 de fevereiro de 1960 apresenta um texto jornalístico que expõe entre outros aspectos a localização das duas maiores “favelas” de Brasília, a Vila IAPI e o Núcleo Provisório Bananal, locais onde viviam muitas lavadeiras, assim como o depoimento de uma delas indica. A respeito da Vila IAPI é exposto que:

A 10 quilômetros do plano-piloto e no centro da cidade-livre, onde os pioneiros moram em casas de madeira, localiza-se uma das favelas de Brasília, com 300 barracos, cerca de duas mil pessoas e a capela de madeira onde foi rezada a primeira missa para o sr. Juscelino Kubitschek.

Os favelados, a maioria seminua e descalça, vivem entre fossas servindo de esgotos, o barro, mósca, mosquitos, insetos, restos de comida em putrefação, poças d'água, poeira, lama e mau-cheiro. Habitam barracos de madeira com menos de dois metros de comprimento, em média.

Mas a maioria dos favelados tem geladeira a óleo, fogão a gás e água de cisterna, embora cheia de mosquitos e insetos, demonstrando que têm posses mas não encontram local ou não conseguem "pistolão" junto à NOVACAP para obter terreno e construir casas. Os homens das favelas ou são operários trabalhando no plano-piloto ou caixeiros-viajantes que ganham a média de Cr\$ 30 mil de ordenado mensalmente.

O córrego do Riacho Fundo cortava a "favela" e lá as mulheres lavavam roupas para os operários e outros habitantes que procurassem seus serviços, ganhando até CR\$ 9 mil por mês. A lavagem de roupa constituía fonte de renda para muitas mulheres e crianças nos primeiros anos de Brasília. De acordo com o referido jornal, todas as tardes era possível encontrar mulheres e crianças no riacho realizando esse trabalho. Existiam casos de uma mulher lavadeira conseguir sustentar o marido (que não tinha mais trabalho) e os filhos. No local, também se encontravam muitas crianças nuas e sujas andando ou chorando.

Essa descrição das mulheres assumindo a posição econômica principal da família nos lembra a reflexão de Sueli Carneiro (2016, p.2) a respeito do mito da fragilidade feminina:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós mulheres negras, fazemos parte de um contingente de

mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesma esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas....

Quando falamos em romper o mito da rainha do lar, da musa idolatradas dos poetas de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético da mulher é mulher branca.

As palavras da autora são apropriadas para pensar o contexto no qual as mulheres negras são apresentadas nos jornais no período da construção da Brasília. Vivências que demonstram que o trabalho não apenas no âmbito familiar, mas também como fonte de sobrevivência da família constitui um elemento há muito tempo experienciado por essas mulheres, pois os seus passos de luta “vêm de longe”⁵⁰, parafraseando Jurema Werneck.

Uma árdua experiência aparece descrita nos jornais. No local onde viviam essas mulheres quando chovia o riacho transbordava, inundando muitos barracos e arrastando os pertences dos moradores pela águas. Maria de Oliveira, fumando cachimbo e lavando roupas à beira do riacho declara: “Moço, pobre não tem vez na capital, mas Dr. Israel⁵¹ não consegue tirar a gente daqui não, de jeito nenhum” (*Tribuna da Imprensa*).

A outra “favela” situava-se no Núcleo Bananal (onde 41,2% era constituída pela população negra), e conhecida posteriormente como Vila Amaury⁵². Possuía 5.700 barracos, 30 mil habitantes e ficava dentro do Plano Piloto, atrás do luxuoso Brasília Palace Hotel. No referido local, encontravam-se quatorze ruas, chamadas de A a N, de três quilômetros cada. Durante o dia, o local ficava silencioso em função do trabalho dos operários que se digiram para as obras. Esse silêncio era quebrado algumas vezes pelo vento e a maré do lago Paranoá e outras pelas batidas das roupas de lavadeiras.

Uma particularidade da criação da Vila é o fato de estar intencionalmente fixada em um terreno a ser submergido. Ribeiro (2008, p. 249) utilizando como fonte de pesquisa o *Diário de Brasília* de 1959, transcreve o discurso de Israel Pinheiro:

⁵⁰ Expressão que ganhou visibilidade na escrita e na voz de Jurema Werneck para lembrar a ancestralidade de mulheres negras e todo o processo de lutas que enfrentaram.

⁵¹ Referência a Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP e primeiro Administrador da cidade de Brasília.

⁵² De acordo com Santos (2009, p.30) “A Vila ganhou este nome em homenagem a Amaury de Almeida, funcionário da Novacap, que almejava uma carreira política. Assim como os outros acampamentos a Vila Amaury deixou uma herança histórica muito rica, pois, aquele pequeno espaço foi palco de movimentos pró-fixação de moradias”.

A localização do acampamento dos trabalhadores na construção dos ministérios, na zona a ser inundada pelo lago teve em vistas ocupar uma zona completamente livre de qualquer serviço de urbanização uma vez que essa zona só será atingida pelas águas em janeiro ou fevereiro, de acordo com a intensidade das chuvas.

Essa informação também é respaldada na pesquisa de Gleison Fernando Lima Cordeiro (2009), que a partir de relatos de ex-moradores da Vila, afirma que eles também estavam cientes da provisoriedade daqueles barracos e de que em breve aquela região seria despovoada e convertida em um lago.

Segundo Ribeiro (2008) o fato permite visualizar os recursos utilizados para os problemas de habitação no período: soluções temporárias orientadas pela concepção de que no ato da inauguração da capital federal os trabalhadores retornariam para seus locais de origem ou se direcionariam para outras frentes de trabalho. Expediente, que segundo o antropólogo, é característico dos grandes projetos, uma vez que se idealiza a temporalidade da participação de grande parte da população.

Todavia, houve resistência da população que se organizou para lutar por uma transferência com o apoio da NOVACAP para outro lugar. Nesse momento, surge a associação de moradores liderada por Amauri Almeida, que pleiteava que a Novacap autorizasse e amparasse a transferência dos habitantes da Vila para uma cidade-satélite. Nesse contexto, em 27 de outubro de 1959 foi emitido um documento com o nome de Plano da Transferência da População da Vila Amaury para as Cidades Satélites, ou Comissão de Transferência dos Moradores da Vila Amaury, para Ernesto Silva, diretor da Novacap. No seu conteúdo estão expostas as preocupações com o desenvolvimento de pequenas favelas na Nova Capital e o recurso encontrado para a retirada das famílias que residiam na Vila Amaury.

A solução de emergência encontrada para resolver o problema foi a inundação da área pelas águas do Lago e a transferência dessas famílias para as Cidades de Sobradinho e Taguatinga.

Ainda outras providências foram sugeridas e solicitadas, visando principalmente à urbanização das áreas das Cidades Satélites a serem utilizadas, a fim de que não se repetissem as dificuldades observadas na ocupação de Taguatinga.

A efetivação desses procedimentos ficou a cargo das repartições competentes da Novacap, que conheciam os prazos previstos para o fechamento da barragem e inundação da área da Vila Amaury e, assim para a transferência de sua população.

[...] O documento aponta que a Vila Amaury tinha aproximadamente 4.000 mil famílias entre as quais seriam enviadas para Taguatinga. No entanto, Taguatinga já comportava muitas famílias que já haviam sido transferidas de outros acampamentos e ficaria inchada populacionalmente se recebesse todos

os moradores da Vila Amaury. A solução encontrada pelas autoridades foi criar uma segunda cidade satélite que receberia o nome de Sobradinho. (CORDEIRO, 2009, p. 51).

Assim, a cidade de Sobradinho foi inicialmente o espaço que mais recebeu os moradores da Vila Amaury. Segundo Ribeiro (2008, p. 252) são as tensões sobrevividas da carência de habitações para os operários que os conduz a organização em movimento político. E é a habitação que determina no que concerne aos movimentos políticos populares, “o cenário onde se desenrola o drama da construção da capital federal antes da inauguração. Esse drama obviamente se estende após 21 de abril de 1960, chegando seus últimos atos até o presente”.

É neste contexto que localizamos sociologicamente o ofício de lavadeira. As mulheres levavam as roupas para suas casas, não precisando deslocar-se para a execução da atividade nas residências de seus clientes. Conjugavam, portanto, o trabalho com os cuidados da própria casa e dos filhos. É importante sublinhar que esse era um ofício que também era exercido muitas vezes pelas filhas na família. Vemos, portanto o alargamento dessa atividade doméstica, naturalizada e invisível, no interior da rede familiar, sendo restrito às mulheres, assim como intercorrendo gerações nas mesmas funções.

Andréa Monteiro da Costa (2012) ao realizar um retrato sociológico de uma lavadeira em Natal expõe que o ato de levar a roupa do contratado para a casa da lavadeira proporciona certa autonomia na execução do ofício, pois a ação fica distante do olhar vigilante de quem contrata o serviço. Demonstra também a confiança naquela que irá realizar o serviço.

Diferentemente, do que a referida autora identificou em sua pesquisa, pois a atividade era um negócio realizado apenas entre mulheres, tanto na contratação quanto no pagamento. Em Brasília, eram os operários que geralmente contratavam os serviços da lavadeira. O ofício permeava o trabalho doméstico e era visto como uma atividade essencial, uma vez que a cidade não possuía lavanderias. Existia uma intersecção entre a oferta e a procura do serviço.

Essa é uma atividade que exigia das mulheres algumas habilidades, tais como: atenção no uso dos produtos, pois precisavam calcular a quantidade necessária que deveriam gastar em cada lavagem de roupas; cuidado no momento da lavagem para retirar as manchas e não danificar as roupas; olhar atento no momento de passar as

roupas, que precisavam ficar perfeitas; e também habilidades com cálculos matemáticos para cobrar e receber pelo serviço prestado.

Dois aspectos precisam ser considerados nessa profissão: ainda que seja um ofício pouco valorizado na sociedade por não ter um valor econômico reconhecido, e serem latentes os elementos relacionados às desigualdades de gênero, racial e de classe; também é possível identificar um movimento de resistência em relação às precariedades das condições de vida que eram impostas a essas mulheres, pois as mesmas buscavam adquirir uma fonte de renda que as ajudassem em sua sobrevivência e muitas vezes garantiam também a subsistência de toda a família. Assim sendo, conseguiam um *status* diferenciado na relação com seus companheiros, conquistando um lugar mais assertivo na estrutura familiar. Esse fato nos leva ao seguinte questionamento: não teríamos aqui uma resistência invisível das mulheres a partir de suas experiências cotidianas?

Se enveredarmos pelo caminho proposto por Daniela Palma (2017) ao realizar uma leitura comparada de três livros de Carolina de Jesus⁵³ (*Quarto de despejo*, *Casa de Alvenaria* e *Diário de Bitita*) e apresentar a casa como um espaço feminino de resistência, escrita e memória, perceberemos que nas experiências das mulheres negras descritas nos jornais também é possível identificar a casa como elemento narrativo tanto de opressão, quanto de resistência. A casa é, portanto, pensada como:

Lugar de confinamento, erige-se, na combinação com o corpo, como *lócus* fundamental de agência e elaboração de narrativas por mulheres – em meio a afazeres de limpeza, preparo do alimento e de cuidado aos filhos, no tempo cíclico do cotidiano (p. 4)

Essa forma de interpretar a casa, também está presente nos escritos de bell hooks (1990) e na biografia de Sueli Carneiro escrita por Borges (2009). A primeira ao rememorar suas experiências na idade infantil e jovem sublinha que sua escrita só é possível hoje porque sua mãe, Rosa Bell, a educou de forma libertadora, apesar de viverem em um lar marcado pela pobreza e pelo sexismo. “In our Young minds houses belonged to women, were their special domain, not as a property, but as places where all that truly mattered in life took place” (bell hooks, 1990, p. 383). A casa é pensada como um espaço de resistência feminina no contexto de desigualdades de gênero e de raça.

⁵³ Carolina de Jesus é considerada uma das mais importantes escritoras negras do Brasil. Viveu boa parte de sua vida na favela do Canindé, na zona norte de São Paulo, trabalhando para sustentar a si mesma e seus três filhos como catadora de papéis. Em 1958, o jornalista Audálio Dantas publicou o diário de Carolina intitulado *Quarto de Despejo*. Nos anos seguintes, outras obras também foram publicadas, contudo os livros da autora conseguiram mais visibilidade após seu falecimento em 1977.

Nas memórias de Sueli Carneiro, Eva, sua mãe, é definida como “uma mulher militante caseira do feminismo”, pois era no espaço doméstico que ensinava as filhas as primeiras letras, assim como a difícil tarefa do trabalho doméstico.

Nesta perspectiva, Palma (2017, p. 5) percebe a casa não apenas como lugar da obscuridade, mas também como um espaço de refúgio da negação do espaço público. Isso se acentua, sobretudo, nas experiências das mulheres negras que buscam possibilidades de reconfigurar seu corpo em espaços menos ásperos e violentos.

O lar é, assim, um lugar de significados não estáveis, pode oscilar como espaço atravessado pelas relações de poder colonial e também permeado por ficções que permitem experiências de resistência, sentimentos reconfortantes e vislumbres de liberdade.

Nesta perspectiva, podemos pensar as experiências femininas das mulheres negras da/na casa descritos nos periódicos de Brasília como ações organizadoras que sinalizam para a noção de resistência, não no sentido de militância político-partidária, mas no cenário possível de sobrevivência do cotidiano da mulher negra, pobre, migrante. Destarte, trabalhar para conseguir sua própria renda ou ainda para garantir o alimento da família, ensinar as filhas desde cedo as arestas do trabalho doméstico, o cuidado no trabalho com a lavagem de roupas, é também uma forma de apresentar as filhas os caminhos para conseguirem sua própria renda e não dependerem financeiramente de terceiros, desenvolver nas filhas um olhar mais atencioso para as atividades do comércio, ensinar o manuseio do dinheiro - uma vez que precisavam conhecer os cálculos matemáticos básicos -, também podem ser interpretados como movimentos para a inserção na nova capital.

Deste modo, as ações das mulheres como o cuidado materno, atividades de organização do lar e também a realização de trabalhos no âmbito doméstico evidenciam as dificuldades e a luta da mulher negra pobre pela inclusão em uma sociedade branca e masculina.

Esse universo de representação feminina pelo enquadramento do sacrifício materno, ao mesmo tempo que reafirma o “papel natural” da mulher, joga luz sobre a performance da resistência dessas mães em construir um sentido de família e comunidade em meio à diversidade (PALMA, 2017, p. 6)

Este cenário que a mulher negra aparece nos jornais, dialoga com o livro *Becos da Memória* (2006) de Conceição Evaristo, que possui um recorte biográfico e memorialístico. A história do livro é composta de memórias individuais e coletivas dos

moradores de uma favela em processo de demolição no contexto do século XX. As narrativas problematizam as questões de gênero, raça e classe. Nesta obra, apresenta a concepção de *escrevivência* como a escrita de um corpo (dimensão de afirmação e desconstrução de estereótipos); de uma condição (processo de troca e partilha dos personagens na obra); de uma experiência negra na sociedade brasileira (vivências empíricas da autora dialogam com experiências apresentadas na personagem Maria Nova). O termo é, portanto, o ato de escrever a vivência nas dimensões da realidade, ficcional e estética.

Segundo Luiz Henrique Silva de Oliveira (2009) é o universo das mulheres negras que moram nas favelas das grandes cidades, em especial daquelas oriundas de famílias que possuem por matriarcas lavadeiras, que é exposto em *Becos da Memória*. Destarte, observa-se na escrita de Evaristo que a personagem do livro - narradora -, Maria Nova, tecem a luta pela sobrevivência em condições desfavoráveis, como as mulheres que moravam no início da construção de Brasília nas chamadas “invasões” ou “favelas”.

Outro aspecto que considero importante diz respeito à questão da sociabilidade que circundava o ofício de lavadeira. De acordo com Costa (2012) o trabalho de lavagem de roupas às margens de um lago, de um rio, possibilitava a essas mulheres um espaço de sociabilidade, de trocas horizontais, uma vez que ficavam distantes dos olhares dos contratantes, maridos e pais. Era também um momento de brincadeiras, “fôfocas”, descontração.

Nos jornais, assim como na literatura que aborda a história de Brasília, as mulheres negras, as lavadeiras aparecem em pouquíssimos momentos. Constrói-se uma invisibilidade a respeito das vivências dessas mulheres. Como as operárias descritas por Elisabeth Souza-Lobo (2011), são visíveis apenas como objetos especiais amparadas por lentes de aumento, mas invisíveis quando se analisa a história da capital federal. Nesta direção, cabe retomar as reflexões de Kergoat (1982) que afirma que o rompimento de um determinado enfoque não consegue dar conta de uma análise que agregue as relações sociais e suas inferências às práticas sociais.

Para a referida autora, as relações sociais não podem ser colocadas no mesmo plano, assim como não podem ser fragmentadas das práticas sociais. Para ela é fundamental historicizar as relações sociais, pensando conjuntamente as dimensões de dominações, para não contribuir para sua reprodução. Nesta perspectiva, consideramos que ao abordar as vivências das mulheres negras no contexto da história de formação da

capital federal encontramos no cruzamento das relações sociais de classe, de gênero e raça um dos paradigmas possíveis de consubstancialidade.

Mulheres em Brasília e a construção das ações de resistência

Os textos dos jornais também evidenciam ações de resistência protagonizadas pelas mulheres: movimentos⁵⁴ das donas de casa e das profissionais da área de saúde e educação.

No primeiro caso, temos um movimento organizado pelas mulheres que exerciam o trabalho doméstico não remunerado: a Liga de Defesa contra o Roubo. Foi um movimento que buscou combater os preços altos dos produtos vendidos no comércio com a liderança de Zulmira Botelho, esposa de um funcionário público. As integrantes da Liga também eram esposas de funcionários do governo. Foi, portanto, um movimento de um grupo que possuía uma condição sócio-econômica mais privilegiada do que aquelas mulheres que moravam nos acampamentos que tinham uma infraestrutura mais precária.

Cristina Bruschini (2006) ao analisar o trabalho doméstico realizado por donas de casas utilizando como referência o número médio de horas semanais dedicadas à realização de “afazeres domésticos”, elaborado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2002 defende a tese de que a quantidade de horas envolvidas nessas tarefas, geralmente executadas por mulheres, constitui um trabalho, sendo legítimo, portanto, ser utilizado à categoria trabalho não-remunerado.

A autora expõe que os censos pautaram durante muito tempo por uma concepção de trabalho correlacionada ao emprego capitalista, não considerando outras formas de organização do trabalho, seja em áreas rurais ou em áreas urbanas (pequena produção independente e trabalho doméstico⁵⁵). Foi a partir dos anos 1970 que o feminismo contemporâneo teorizou sobre a divisão sexual do trabalho em outra configuração, que mostrava as relações associadas ao trabalho, elaborando novas concepções na teoria crítica e colocando em questão o conceito de trabalho que era mencionado somente

⁵⁴ Utilizo o conceito de movimento social no sentido atribuído por Gohn (2010) que define como a expressão social coletiva que decorre de lutas sociais, políticas, econômicas e culturais.

⁵⁵ Eram empregados critérios propostos pela Organização Internacional do Trabalho para estabelecer a condição de ocupação e preceitos das Nações Unidas sobre contas nacionais, na PNAD, “a noção de ocupação estava associada à realização de um trabalho com remuneração, e excepcionalmente, a uma situação de trabalho não remunerado, mas com uma jornada de trabalho mínima (15 horas)” (DEDECCA, 1998, p.105).

como produtivo, e assim discutido nas ciências sociais, economia, e nas políticas nacionais e internacionais. A reestruturação do conceito de trabalho para pensar a esfera da produção econômica e da reprodução é parte de um processo político e de reflexões que se erguem a partir do movimento feminista. Isso aconteceu porque as estudiosas da divisão sexual do trabalho “que se inscrevem na tradição da teoria crítica, do materialismo histórico, produziram uma ruptura epistemológica ao redefinir o conceito de trabalho a partir da esfera produtiva e reprodutiva” (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 15).

Deste modo, no início dos anos 90, impulsionados pelas críticas de novos estudos e também pelos movimentos sociais, especialmente o de mulheres, que a PNAD buscou apreender uma nova dinâmica socioeconômica em relação ao conceito de trabalho e desemprego (DEDECCA, 1998). De tal modo, que:

A definição de trabalho passou a ser a de ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou mercadorias, ou somente benefícios. A jornada de trabalho não-remunerado considerado ocupação passou a pelo menos uma hora por semana. Foi incorporado o conceito de trabalho para autoconsumo e autoconstrução, desde que realizados com jornada superior a uma hora por semana. Estas alterações, além de darem conta das novas condições de funcionamento do mercado de trabalho, visavam se adequar às recomendações da 13a Conferência Internacional sobre Estatísticas do Trabalho, da OIT.

Para Dedecca, a mudança metodológica trouxe vantagens, entre as quais uma análise mais precisa das mudanças em curso no mercado de trabalho e uma melhor mensuração do desemprego. Entretanto, afirma ele, os novos critérios também são passíveis de controvérsia, como a jornada de uma hora ou mais para autoconsumo e autoconstrução, ou ainda o desprezo em relação a uma forma de atividade muito mais recorrente em nossa sociedade: o trabalho das mulheres dedicado à reprodução de suas famílias (BRUSCHINI, 2006, p.123)

Segundo Bruschini (2006), a ausência de um conceito que desse visibilidade ao trabalho doméstico ficou durante muito tempo recôndito nas análises estatísticas e também nas pesquisas sobre trabalho. Ainda que os estudos sobre divisão sexual do trabalho já estivessem discutindo o vínculo entre trabalho remunerado e não remunerado, articulando a esfera de produção econômica e da reprodução social, o trabalho doméstico realizado por essas mulheres não foi amplamente discutido quando abordado no contexto de movimentos de resistência formados por elas.

Sabemos que as desigualdades socioeconômicas contribuem para significações distintas quanto ao trabalho doméstico realizado, assim como das experiências vivenciadas. Contudo, a organização de um movimento de mulheres que exercem atividades não remuneradas na década 50 evidencia arranjos que saem do espaço

particular e restrito que foi “disponibilizado” à mulher para adentrar no mundo público, destinado aos homens.

A naturalização das características biológicas, assim como o conceito de trabalho atrelado às atividades sociais produtivas, converteram ao longo dos anos na exclusão das mulheres de narrativas que revelassem a participação desse grupo nas histórias sociais, culturais e econômicas da nossa sociedade.

Nesta perspectiva, compreendemos que as integrantes da Liga de Defesa contra o Roubo não apenas modificaram o espaço público como abriram a possibilidade de construir novos diálogos no âmbito institucional, uma vez que elas organizaram audiências com representantes do governo JK para solicitar mudanças nos valores dos preços praticados nas mercadorias vendidas no comércio em Brasília. A ação abre um processo complexo de mudança cultural, assinalado por contradições. Pois, ainda que a domesticidade seja considerada como um lugar feminino extremamente valorizado neste período, as mulheres demonstraram práticas de novas inserções na vida social.

Contudo, essas práticas presentes nos jornais de 1956 a 1960 são dissonantes dos discursos apresentados sobre a construção de Brasília, que pautam suas narrativas no trabalho dos homens que estavam diretamente vinculados à construção civil, ou seja, a um trabalho remunerado. Esse fato sinaliza para duas questões: primeiro a dificuldade dos pesquisadores pensarem a atividade realizada no âmbito doméstico conceitualmente como trabalho e os desdobramentos dessa atividade nos espaços público e privado, contribuindo assim para o não reconhecimento e invisibilização do trabalho doméstico; a desvalorização secular das atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço da casa por não representar uma contribuição monetária para o orçamento familiar, desconsiderando que a economia motivada pela realização dos trabalhos domésticos retorna em ganhos para a família e para a sociedade (HIRATA e KERGOAT (2007), LAVINAS e NICOLL (2005), BRUSCHINI (2006), DURAN (1983).

Complementando a reflexão me reporto a Duran (1983, p. 20) quando descreve o exercício desta atividade:

A dona-de-casa (sic) maneja objetos cujo valor de uso transforma, depositando neles seu trabalho e aumentando seu valor. Seu trabalho de transformação material de bens é tão necessário que uma greve geral das donas-de-casa produziria um desabamento imediato de toda a economia [...]. Não existe nenhum trabalho tão necessário em nossa economia como o das donas-de-casa e nas condições atuais, a divisão das tarefas que elas fazem, entre os trabalhadores da economia exterior, requereria uma massa de

trabalhadores três vezes maior do que o número atual de trabalhadoras nas economias domésticas.

Luciana da Silva Santos e Gláucia Ribeiro Diniz Starling (2011) ao pesquisar os discursos de três mulheres denominadas como donas de casa, de diferentes estratificações sociais revela a necessidade de se pensar essas experiências articuladas a diversas categorias como classe social, raça e gênero para dar conta da multiplicidade que envolve essas vivências. Complementando essa reflexão, Kergoat (2010) expõe que as desigualdades de classe e de raça entre as mulheres são, historicamente, um determinante da sua inserção na relação trabalho doméstico e trabalho assalariado. Pois a atividade doméstica sempre foi atribuída às mulheres, independente do estrato social a que pertence. Ao refletirmos a atuação da Liga de Defesa contra o Roubo em Brasília, movimento de mulheres esposas de funcionários públicos, percebemos um nível de conhecimento quanto aos direitos que elas possuíam, concepções talvez pautadas pelo recorte socioeconômico e educacional dessas mulheres. Não conseguimos obter informações no que diz respeito à questão racial presente neste movimento, contudo sabemos que de acordo com o *Censo Experimental de Brasília*, havia um número ínfimo de mulheres negras nessa camada social. A ação da Liga também mostra dimensões novas do espaço privado, pois as mulheres assumem práticas de contestação organizadas, ao mesmo tempo em que reafirma posições tradicionais de gênero, com discursos jornalísticos que colocam o homem provedor da família e desbravador de um novo projeto, e a mulher como a principal responsável pela família, lar e cuidado com os filhos: a companheira do “Pioneiro”.

O segundo movimento de resistência que quero mencionar é das trabalhadoras das áreas de saúde (enfermeiras, médicas e funcionárias do Hospital Juscelino Kubitscheck) e educação (professoras primárias e secundárias), grupos constituídos por mulheres negras e não negras. Em ambos, o foco estava centrado na questão da habitação. Pois essas funcionárias residiam em barracos de madeira, nos acampamentos ou em grupos de três e quatro nos apartamentos de sala e quarto. Cabe ressaltar que essas mulheres continuavam responsáveis pelo trabalho doméstico e também pelo trabalho assalariado.

A ação das professoras foi contida com a promessa de construção de novos apartamentos. O mesmo não aconteceu com as professoras de ensino secundário e com os/as profissionais da área da saúde que resistiram mais tempo no movimento de greve.

Os jornais não expõem o desfecho da greve das enfermeiras, médicos e médicas e demais profissionais. O jornal registra apenas uma mudança de estratégia diante da ameaça da Guarda Especial de Brasília, conhecida por ser muito violenta, de receber ordens para retirar grevistas do Pátio do Palácio do Planalto. Assim sendo, manifestantes decidiram acampar em frente ao hospital JK.

No caso das professoras secundárias, o *Jornal do Brasil* de 17 de setembro de 1960 afirma que o presidente JK autorizou o Ministério da Educação a utilizar uma verba para a construção dos imóveis no prazo de quatro meses.

Os movimentos aqui expostos exemplificam as diferentes atuações das mulheres, em especial das mulheres negras. Demonstrando que elas estavam presentes em diferentes espaços, e que nesses ambientes suas práticas iam além de uma postura conformista. Histórias e memórias silenciadas e que muitas vezes são apresentadas como algo comum a todos. Ao falarmos da (re) construção das narrativas negras e sua importância no contexto da história de Brasília, verificamos que a vida da mulher negra era mais dinâmica do que a execução das tarefas domésticas, como muitos estudos apresentaram, ou melhor, não revelaram, pois como vimos as mulheres negras não formaram presença marcante na literatura sobre a construção da nova capital. Os recortes de jornais mostram que a mulher negra contribuiu não apenas para a sobrevivência familiar, mas também para o processo de transformação vivida pela nova capital. Os diferentes caminhos encontrados por essas mulheres são marcados por questões socioeconômicas, raciais e de gênero, configurando um cenário de experiências singulares que explicitam os caminhos escolhidos.

Foi a partir desses concisos registros históricos que consegui perceber o processo de desconstrução do modelo social vigente naquele período, que era pautado por espaços bem marcados da participação de homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito às ações coletivas de mulheres. Encontramos exemplificações de movimentos que politizaram espaços públicos antes silenciados na esfera privada, como no caso da Liga de Defesa contra o Roubo.

Essas informações nos levam a pensar nas reflexões de Gloria Gohn (2010) a respeito dos movimentos populares organizados por mulheres na luta por melhores condições de vida e trabalho. De acordo com a autora, embora haja uma invisibilidade das mulheres na construção histórica da nossa sociedade, os dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm evidenciado que as mulheres constituem historicamente uma importante força mobilizadora para a luta

por questões coletivas, no espaço público. Verificamos tal fato ao analisarmos os jornais que retrataram a construção de Brasília. Ainda que apareçam poucos achados empíricos, principalmente a respeito da mulher negra, conseguimos perceber o envolvimento dessas mulheres em diferentes lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

É importante levar em consideração que, neste cenário de mobilização, as prioridades dos movimentos são distintas, uma vez que as mulheres pertenciam a diferentes camadas sociais possuindo, portanto, recursos de ordem materiais e simbólicas marcados pela desigualdade social de maneiras distintas. Isto porque as questões expostas pelas mulheres são pautadas muitas vezes por suas experiências. Deste modo, as mulheres que moravam em barracos afastados do centro da cidade tinham demandas de serviços públicos, como melhoria no transporte, educação, mas também reivindicações mais amplas como a luta por moradia. A significação dos recursos produzidos por essas mulheres acontece no contexto da experiência, uma vez que através do discurso, “os processos históricos posicionam sujeitos e produzem suas experiências” (SCOTT, 1998, p. 304). Segundo Joan Scott “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1998, p. 304).

Ao considerarmos as experiências das mulheres que vivam privações econômicas, sociais e culturais como elemento base para a sua prática reivindicatória percebemos a experiência como uma fundamento legítimo para a construção de novos conhecimentos (BAIRROS, 1995). Para Patrícia Hill Collins (1989), as concepções das mulheres das periferias e/ou negras é determinada pelo lugar que elas ocupam na estrutura social. O que demonstra que a análise de qualquer movimento deve estar associada ao contexto de sua enunciação.

Essas “vozes” também precisam estar presentes na história do nosso país, revelando a multiplicidade de olhares que abarcam a luta das mulheres. São “histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas” (FERREIRA; AMADO, 2005, p. 14), que precisamos (re) construir para trazer à tona o olhar desses sujeitos e, desse modo, produzir novos repertórios simbólicos a respeito de processos sociais envolvidos, dentre outras questões, com a memória. É neste cenário que identificamos que a força de trabalho feminina, que executa o trabalho doméstico e o trabalho assalariado, não é analisada, sobretudo em suas implicações em termos de intersecções entre gênero, classe e raça, para compreender as relações sociais que se constituíram na formação de Brasília.

Alguns aspectos observados por Kergoat (1987), ao analisar a literatura que discutia a classe operária, podem ser trazidos para falar da literatura sobre Brasília: primeiro, os textos ao abordarem os “construtores”⁵⁶ de Brasília referem-se a um único grupo: homens; as mulheres aparecem ora como esposas dedicadas aos seus companheiros e dispostas a enfrentar o desafio de morar na nova capital, ora como força de trabalho complementar de renda, mas não como protagonistas sociais, como pioneiras desse projeto desenvolvimentista. Entretanto, os registros esparsos sobre as mulheres negras e não negras mostram que elas estavam presentes desde os primeiros anos da construção da capital em espaços públicos, ainda que restritos a certas áreas. Vemos, portanto que os discursos sociológicos, políticos e históricos ainda (re) criam narrativas que negam a participação das mulheres na construção de Brasília, direcionando para a existência de apenas um grupo como constituinte da formação da cidade: os homens. Invisibilizando assim, que as mulheres apareçam como sujeitos dessa história.

Gênero, raça e classe: configurações e (re) elaboração nos jornais de 1956 a 1960.

A análise dos jornais nos trouxeram algumas observações, ainda que provisórias, no sentido de refletirmos a respeito das dimensões de gênero, raça e classe.

Os registros esparsos sobre as mulheres indicam que elas estavam presentes desde as primeiras expedições para a construção da nova capital. Contudo, observa-se que ela é apresentada em imagens e textos geralmente como mulher não negra, casada e de estrato social médio urbano. Um número considerável aponta para um modo de viver com muitas restrições, principalmente no campo da moradia, uma vez que eram poucos trabalhadores e trabalhadoras que viviam em espaço com uma boa infraestrutura. Não obstante, todos estavam trabalhando para construir Brasília. Essa ideia, muito propagada nos meios de comunicação (rádio, jornais e revistas) era o principal instrumento discursivo de Kubitscheck.

Neste sentido, podemos dizer que os jornais funcionavam como importantes mediadores e difusores de ideias que consolidavam aspectos culturais que afirmavam

⁵⁶ Utilizo-me de um termo de Nair Heloísa Bicalho de Sousa do livro *Construtores de Brasília*. Contudo, em seu trabalho, a autora emprega este termo para referir-se aos operários da construção civil. Nesta pesquisa, utilizo o termo de forma mais ampla, como aquele que constrói algo, seja de forma material ou não. Assim, compreendo que todos nós somos continuamente construtores na vida em sociedade.

padrões normativos de comportamentos. Vemos, portanto, um empenho de alguns jornalistas de elaborar um discurso que estivesse em sintonia com o projeto de Nação na formação de um caráter viril, aventureiro, com vigor físico e mental. Atributos aspirados na construção de um Brasil moderno.

Nesta proposta, não cabe a mulher aparecer como pioneira da nova capital, pois era a masculinidade que ocupava um lugar de destaque na ideologia do nacionalismo.

O nacionalismo retumbante percorreu o mundo ocidental, na primeira metade do século XX, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, trazendo para o centro das políticas culturais, os investimentos sobre o corpo físico saudável e moralizado de homens e mulheres, mas muito marcadamente sobre o caráter e a honradez dos homens, de modo inelutável. No período, o discurso sobre a crise da Europa, mais precisamente sobre a crise da cultura ocidental, enunciava como sintoma a falta de virilidade das nações ou a feminização da cultura.

Segundo George Mosse (1985) a concepção de masculinidade constituiu ponto chave para a ideologia do nacionalismo no contexto das guerras mundiais, dos estados fascistas, nazistas, estado-novistas e estados liberais.

Segundo Cristiane Bereta da Silva e Maria Bernardete Ramos Flores (2010, p.95):

No Brasil, no período em questão, em meio ao discurso eugenista, à cruzada moralista da Igreja Católica, ao movimento espiritualizante do integralismo, à ideologia militarista e nacionalista na perspectiva da invenção da etnia brasileira, ou do processo de modernização e civilização, os investimentos no corpo de homens e mulheres tinham, por princípio, a definição clara, ou redefinição, do que deveria ser o masculino e o feminino.

É um contexto discursivo nos quais homens e mulheres se transformam em reprodutores de um corpo saudável e disciplinado (LENHARO, 1986), mas um corpo que tem em sua base a desigualdade na formação dos dois sexos (SALGADO, 1949).

Claudia Maia (2017, p.132) ao discutir a relação entre gênero e nação a partir da forma como as mulheres foram pensadas e excluídas no processo de construção das nações modernas, em particular no Brasil, e como elas participaram de tal processo através da escrita literária da segunda metade do século XIX, expõe que:

As nações modernas, constituídas ao longo do século XIX, tiveram como principal expressão o republicanismo que apregoava princípios universais e igualitários, mas que, na prática, produziu a exclusão das mulheres da esfera pública e dos direitos, utilizando como justificativa e fundamento a diferença sexual. A necessária inclusão das mulheres nos projetos burgueses de nação, entretanto, ocorreu de forma inconsistente e em função do papel que elas

deveriam desempenhar como esposas e mães dos cidadãos que dariam à pátria, não podendo elas mesmas se constituírem em cidadãs efetivas.

Candice Vidal e Souza (1996) ao discutir, a partir dos autores do pensamento social brasileiro, Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr., a relação entre gênero e raça como categorias de ordenamento dos discursos construtores da Nação, expõem que essas narrativas:

formulam um enredo capaz de acomodar na totalidade político-cultural mensagens relativas ao caráter da cidadania especificamente masculina e feminina. Homens e mulheres recebem tarefas civis diferenciadas, cuja definição pressupõe um conceito de gênero: os atributos do masculino e do feminino que indicam as atribuições apropriadas às suas capacidades e habilidades.

A partir dessas reflexões podemos compreender melhor o processo de exclusão das mulheres negras na história de Brasília. Porquanto, o projeto de construção de masculinidade, isto é, de homens para a Nação, promove códigos gênero e raça para designar lugares físicos e cívicos para homens, mulheres, negros e não negros. Nos periódicos analisados, observou-se que a referência central é a do homem branco forte e impetuoso, quando as mulheres surgem, o relevo é para suas virtudes de âmbito doméstico, como esposas e mães cuidadosas, a exceção para esse cenário foi Eleonora Quadros. E assim, se constroem a história oficial da nova capital com qualidades direcionadas para a força, a coragem e a ousadia – características marcadamente atribuídas aos homens.

A naturalização de comportamentos e posturas direcionadas para os homens e mulheres tanto no âmbito doméstico como no campo do trabalho estão associados às relações de classe e de raça. No que tange às relações de classe, verificou-se que os usos dos termos pioneiro e candango estavam diretamente relacionados aos estratos sociais a que homens e mulheres pertenciam. Sublinhamos que no caso das mulheres, a partir do levantamento realizado, apenas Eleonora é denominada como pioneira, ainda que se observe que exista um número crescente de mulheres trabalhando na construção de Brasília. Os dados do Censo Experimental indicam uma participação feminina na indústria de construção de 74 mulheres. Na Relação dos funcionários integrantes dos quadros provisórios e permanentes datados de 1969, do Fundo do Gabinete do Governador, no ArPDF, as mulheres aparecem exercendo as funções de arquitetas,

operadoras de máquina leves, motorista, encarregada de turma mista⁵⁷, eletricitista operadora; documento que conseguimos visualizar a inserção cada vez maior das mulheres na construção civil.

Esses fatos demonstram como diria Kergoat que “a classe operária que construiu Brasília tem dois sexos”. Afirmação que contradiz o uso corrente do termo pioneiro em sua maioria para homens. Assim, como se torna necessário frisar que a história de Brasília é permeada por uma relação assimétrica e truncada da participação das mulheres, em especial as negras, no contexto de formação da cidade. Demonstrando, como diz Perrot (1984), um discurso normativo sobre as mulheres que, insiste na forma como elas deveriam ser, contribuindo assim, para mascará-las.

Todavia, como afirmou a socióloga Vieira (2007, p.4) ainda que, o trabalho na construção civil seja eminentemente masculino, há possibilidades de incluir as mulheres na história de Brasília, reescrevendo a história e “fazendo uma análise da divisão do trabalho no canteiro de obras sob a perspectiva de gênero, ou ainda, uma reflexão do trabalho da prostituta num canteiro de obras isolado ou do trabalho doméstico, por exemplo”.

A autora aponta para um dos aspectos que ainda precisam de adensamentos teóricos nos campos sociológicos e históricos: a prostituição. Se considerarmos essa atividade como laboral⁵⁸, veremos que a presença do trabalho feminino em Brasília ultrapassava muito, o que os dados estatísticos nos apresentam.

A prostituição é citada na bibliografia que expõe a memória da cidade e também nos jornais do período. Um dos trabalhos que expõe, a partir de recortes de jornais, a atividade desenvolvida por essas mulheres, é o livro *A bailarina empoeirada* de Luiz Humberto Del’Isola e Noemia Babosa Bolanovsky (2013). O título é uma referência a forma como as mulheres que trabalhavam nos espaços de prostituição da cidade eram chamadas: Bailarinas. O livro apresenta aspectos gerais da formação da cidade, e no último capítulo discorre sobre o universo da prostituição. Inicia o texto descrevendo as dificuldades de trabalhar com o assunto: “Não há dados oficiais a respeito da prostituição no canteiro de obras”. Não obstante, “No memorialismo, sim, há referências: às prostitutas as suas coisas, às suas condições de vida” (p.1191).

⁵⁷ Supervisão do trabalho realizado na obra.

⁵⁸ Em 2002 o Ministério do Trabalho reconheceu, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a prostituição como atividade profissional, indexando-a com o número 5198-05, na categoria de “prestador de serviço”.

Assim, “pelos mulheres, falam apenas fontes documentais: boletins de ocorrências policial e reportagens de matérias jornalísticas, quase sempre no espaço dedicado a polícia” (p. 1232). A pesquisa evidencia o grande número de mulheres que exerciam essa atividade no período da construção. Contudo, por este ser um fenômeno que se inscreve numa economia do desejo, baseado nas relações de troca e codificações morais não é comumente discutido da história de Brasília. Deixando-se assim de, como diz Margareth Rago (2011, p. 224), de “historicizar o acontecimento e problematizar a experiência”.

Nas relações sociais de raça observa-se a racialização presente nos documentos: os trabalhadores negros e negras eram denominados de candangos e não pioneiros, não possuindo, portanto, o status de construtores iniciais da capital; a maioria desse grupo fenotípico residia nas regiões mais precárias, assim como não tiveram o direito de continuar morando próximo ao Plano Piloto, sendo transferidos antes da inauguração da capital para as regiões administrativas que circundam Brasília.

A vida das mulheres negras estava marcada por duas dimensões: o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. Deste modo, muitas mulheres realizavam as atividades diárias da casa e também longas horas de atividades remuneradas lavando roupas, trabalhando em hospitais, escolas etc. O trabalho é, portanto, um elemento importante para compreender as experiências das mulheres no período em questão.

Nos estudos sobre Brasília, a dessimetria entre as práticas de homens e mulheres, e em especial a de mulheres negras e não negras não é problematizada. É uma atitude sociológica que não possibilita refletir a heterogeneidade das narrativas que constituem a formação da cidade, inclusive em termos de repertórios simbólicos.

Este trabalho busca conhecer essas distintas narrativas e no capítulo seguinte mergulhamos nas histórias das mulheres negras contadas por elas. São narrativas em que a cidade aparece como elemento de subjetivação e também como espaço de empoderamento. Parafraseando Carvalho (2002), são histórias que tocam em profusos campos do indizível como: o patriarcalismo, a dominação, a subjugação, a sexualidade, e o silenciamento.

CAPÍTULO 3

(Entre) cruzando histórias e trajetórias: “eu vivi”.

Não há vidas sem sentido, não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecemos, por essa razão, obscuras.

Daphe Patai (*História Oral, Feminismo e Política*, 2010, p.19.)

O fragmento exposto sublinha a diversidade de histórias que constitui os grupos sociais, muitas ainda invisíveis nas narrativas públicas e oficiais. Neste capítulo, apresento as histórias de vidas das mulheres negras que vivenciaram o início da construção, formação e consolidação de Brasília.

Escutar histórias de vida é um momento de entrega total de quem escuta e de quem narra: um projeto que exige confiança, concentração e receptividade. Muitos relatos tristes me deixaram emocionada, outros trouxeram sorrisos. Não obstante, todos fortaleceram a minha caminhada. Como diz Daphe Patai (2010) é impossível levar para a escrita a intensidade desses momentos, mas é essencial apresentar de forma respeitosa cada narrativa, evitando criar cenários de exotismos, apresentando os relatos como uma construção individual de experiências.

No contexto social na qual estão inseridas, as mulheres que participaram desta pesquisa são professoras, donas de casa, servidoras públicas aposentadas, além de mães e avós. Foram registradas suas histórias de vida, seus desejos e concepções em torno das relações afetivas, trabalho e da cidade, além das motivações que as impelem a superar os obstáculos cotidianos.

As narrativas foram construídas no contexto de entrevistas. E é fundamental explicitar como foram esses momentos. As entrevistas foram sempre realizadas em ambientes escolhidos pelas participantes da pesquisa. Aquelas que foram realizadas nas residências das narradoras⁵⁹ tiveram como suporte na descrição das histórias referências como fotos, livros, quadros, utensílios ou outros objetos que possuíam significado afetivo. Esses elementos auxiliaram na compreensão de cada narrativa. Entretanto,

⁵⁹ Utilizo o termo narradora no sentido de cada participante é sujeito de sua própria história.

entrevistá-las em outros ambientes também foi uma vivência gratificante, pois os espaços escolhidos constituíam elementos simbólicos de significação de cada experiência, possibilitando assim conhecer outras dimensões de suas vidas, como o trabalho e o ativismo desenvolvido em determinados grupos.

Embora houvesse a possibilidade de manter o anonimato das entrevistadas, nenhuma das mulheres optou por essa alternativa. Tal fato é mais um indicativo de que as participantes desta pesquisa anseiam que suas narrativas também sejam contadas e se tornem visíveis na história da capital federal.

Sublinho que a “história oficial” de Brasília, no período analisado nesta pesquisa, apresenta em vários momentos versões distintas daquelas narradas pelas mulheres que dialogaram comigo. Destarte, não temos narrativas unificadas, mas olhares múltiplos e distintos a respeito do projeto desenvolvimentista de JK, das dificuldades que migrantes encontraram para fixar-se aqui, tais como: poucas condições financeiras, trabalho intenso, relações de vizinhança, dentre outros. As diferenciações dos relatos também são marcadas pelo pertencimento de classes sociais distintas. Assim sendo, mulheres negras mais pobres e com pouca instrução enfatizaram sua relação com o trabalho e as tarefas de casa, enquanto mulheres que possuíam uma melhor qualidade de vida ressaltaram, em suas narrativas, as atividades domésticas e também a organização de pequenos movimentos que geralmente aconteciam via relações de amizade para buscar junto às autoridades melhor infraestrutura no local em que moravam.

Apesar do interesse na intersecção entre gênero, raça e classe, as entrevistas foram conduzidas de forma a indagar como ela aparecia ou não nos relatos. Não fiz um conjunto de perguntas direcionadas apenas para esse propósito⁶⁰. Procurei por meio de questionamentos gerais, observar o que era latente nas narrativas, para assim aprofundar tais aspectos nas entrevistas. Desta forma, são apresentados neste trabalho os temas destacados em cada diálogo com as participantes da pesquisa.

O esforço em transmitir a riqueza e a complexidade dessas vivências direcionou-me para a seleção de um número menor de histórias de vida. Cada história foi transcrita considerando as pausas na fala - marcadas por reticências, muitas vezes indicadoras de mudanças de rumo; silêncios - que buscavam não relatar um fato; auto-interrupções para reflexão ou correção.

⁶⁰ Conforme pode ser observado no roteiro de entrevista anexo.

Apresento neste capítulo os relatos das participantes da pesquisa, narrações de suas experiências como mulher negra na cidade. Cada história apresenta um olhar, enfatiza um aspecto, entretanto as histórias aqui trazidas não devem ser pensadas de forma fragmentada, pois “as histórias de vida geralmente passeiam por muitos temas e ânímos, não se ajustando confortavelmente a categorias restritas” (PATAI, p. 41).

3.1. “Nós já estávamos aqui”: as quilombolas Mesquita

Benedita Teixeira Magalhães



Uma mulher de sorriso constante e muitas histórias para contar. Gosta de cantar e dançar nas festividades do Mesquita. Sua residência está em construção, é um lugar movimentado pela presença constante de netos e vizinhos. Ao lado da casa encontramos muitas árvores frondosas.

E foi com um belo sorriso que Benedita, ou melhor, Nadir, como gosta de ser chamada me recebeu em sua casa. A “goiana do pé rachado”, como se autodenomina, nasceu em 13 de agosto de 1940. Foi gerada há 1km do lugar que hoje é a sua morada no quilombo. O pai era carpinteiro e a mãe trabalhava na roça, plantando e colhendo. Teve seis irmãos, sendo dois homens e quatro mulheres. O pai faleceu quando ela tinha apenas 1 ano e seis meses. Após o falecimento, a situação financeira da família ficou mais difícil, conforme descrição abaixo:

Filha, a situação de todo mundo é precária. Um trabalhava um tiquinho para um que não tinha, dividia com o outro que não tinha e por aí foi, plantando coisinha. Antigamente, não comia, lambia igual mosquito. Mosquito não come, lambe e ainda agradece a Deus.

Ela, a mãe e os irmãos foram morar em um rancho. Neste local, a mãe fazia peneiras, abanos, além das atividades que realizava no racho. Aos oito anos, Benedita já trabalhava para os fazendeiros, cozinhando e lavando roupas. E assim, também aconteceu com os irmãos, que logo começaram a trabalhar na roça. Descreve esse momento como um período difícil.

Minha mãe ia criando a gente, buscando água no córrego. Antigamente, não tinha nem lata, tinha o querosene que vinha na embalagem em uma lata ainda. Mas, só que a gente usava mais era a cabaça. Aí, de nós se quebrássemos uma cabaça.

Estudou pouco, pois o trabalho era prioridade para a sobrevivência da família. Passava três dias trabalhando na roça e dois eram dedicados à escola. Entretanto, lembra das atividades escolares com alegria: “Eu estudei a cartilha da D. Júlia. Estudava no Mesquita mesmo, ali tinha um casarão, perto do bisavó dele⁶¹, Zé Pereira. Ali, a gente estudava [...] Lembro do dia que li o primeiro nome soletrando um vidro de remédio”. Aprender a ler foi um fato marcante para Nadir: “eu era criança, isso ficou guardado”.

As brincadeiras aconteciam nos poucos intervalos do trabalho e eram com as bonecas de sabugo de milho e correndo pelos matos com outras crianças: “A gente enrolava sabugo e ia brincar de comidinha. Sinto saudades. Brincava pelos matos, descia pelas galhas. Eu era a cabeça de tudo. Quando tinha tempo, brincava”.

As memórias da construção de Brasília são formadas a partir de pequenas visitas que realizava à capital.

Eu alembro da construção que foi uma vez, eu, minha mãe, Silvestre e duas senhoras que tentei lembrar quem era ela. Levar as coisas para vender. Laranja, banana, mandioca.....passamos pelas estradas, comemos lá [...] eu alembro até da comida que era arroz, carne, feijão. Eu alembro de muita casinha de tábuas, muito bode, muita galinha, porco criado ao léu. A gente olhava e contava os tratores. Eu fui essa vez que estava começando Brasília. Agora quando Brasília estava bem alicerçada a gente foi. Camargo Correa ficava vindo de Brasília para cá. E a gente levava as coisas lá, muita gente de carroça aqui [...] mandioca, mamão, batata, cana de açúcar, marmelada, pokan, melado. O avô dele (Walisson) levava marmelada, essas coisas.

⁶¹ Referindo-se ao avô do Walisson que estava me acompanhando na entrevista.

Rememora com alegria os bailes que frequentava com as amigas na cidade de Luziânia. Locais frequentados pelos mesquites e também por trabalhadores da construção de Brasília.

Eu chegava numa festa, entrava ali no forró primeiro. Elas queriam ir embora, e eu queria ficar. Não tinha terminado de dançar com a rapaziada. Eu enrolava elas dizendo: eu to indo, eu vou enjoada. E, assim, ia ficando. Os candangos de Brasília iam de caminhão. Brasília estava em construção. Eu dançava tudo que queria. Apelidaram eu de pé de valsa. Elas ficavam enciumadas porque os rapazes queriam dançar comigo.

Casou-se aos vinte anos com um motorista natural de João Pinheiro (MG) que veio para trabalhar em Brasília. As lembranças do encontro com o marido revelam o trajeto de muitos migrantes para a capital, assim como as atividades que alguns quilombolas exerceram nas cidades próximas.

A agrovila era São Sebastião. Era muita cerâmica, precisou de motorista. Buscavam um bocado de gente em Goiânia e ele veio no meio da embalagem [...]
E eu era cozinheira lá em São Sebastião, me buscaram para trabalhar lá, uma irmã minha que morou lá, me buscou. Eu tinha 19 anos, no outro ano eu casei. E ele então, se chegou no meio. Eu um dia cozinhando, a patroa mandou trazer eu e minha irmã na estrada. Ele conversando me pediu em namoro. Eu bem vergonhosa, bobalhona. Começamos a namorar. Ele bem simpático um crioulo bonito. E nós com cinco meses conhecendo, casamos.

Eles se casaram no quilombo, em um mutirão comunitário. A cerimônia foi realizada por um padre que estava em missão e ficava hospedado na casa de Aleixo. Viveram casados quarenta e um anos e tiveram doze filhos, sendo que dois já faleceram. Depois do matrimônio, eles viveram um período no Mesquita e logo mudaram para o local que hoje é denominado como Região Administrativa São Sebastião. Nessa área localizavam-se várias olarias. O marido era caminhoneiro das empresas que prestavam serviços para o empreendimento em Brasília. A cerâmica na qual o companheiro dela trabalhava ficava nesta região e por esta razão fixaram residência no local. Lá Nadir teve quatro filhos. Cuidava dos filhos e também preparava refeições para os trabalhadores da construção de Brasília ou “peões”, como ela denomina. As refeições eram servidas em sua casa e os trabalhadores pagavam mensalmente o serviço prestado.

O trabalho do companheiro era intenso, as folgas aconteciam aos domingos para aqueles que não queriam ganhar um dinheiro extra. Nas viagens mais distantes, Nadir

acompanhava o marido e foi assim que aprendeu a dirigir caminhão. Saíram da região

de São Sebastião depois que a empresa foi à falência e dirigiram-se para a cidade de Luziânia que fica a 58 quilômetros da capital federal.

Em Luziânia, o marido conseguiu emprego em outra empresa. Neste local, viveram mais alguns anos, onde Nadir teve mais duas filhas. O marido de Nadir carregava gado e tijolos, dentre outros objetos. Nadir o acompanhou em várias viagens, momentos no qual o companheiro a ensinou a dirigir o caminhão. Ela dirigia em alguns momentos na estrada para ajudar o marido.

As lembranças da capital também estão atreladas a fatos que são registrados na memória oficial, como a morte de um dos primeiros diretores da Novacap: “Eu alembro quando Bernardo Sayão morreu, o dia que trouxe de onde, diz o povo que ele foi assassinato pelos índios. Bernardo Sayão não teve sentinela (guarda) como tem muitos. Não entrar nesses detalhes”.

Para Nadir, o quilombo deveria ter uma estrutura organizacional diferente da atual: “Que fosse todo dividido, o que é seu é seu, e o que é meu, é meu. Divide-se o quilombo para todo mundo saber onde mora”. Essa forma de pensar está atrelada à perda das terras que a mãe de Nadir sofreu quando estava doente.

A minha mãe adoeceu, perdeu a memória. Um homem pegou ela dizendo que ia arrumar a aposentadoria dela. Levou ela na prefeitura e fez ela colocar o dedo, era analfabeta, ela pôs e quando ela pôs disse: “oh, Joana, acaba de passar tantos hectares de terra para fulano”. Ela pôs a mão e disse: “eu não, você falou que ia arrumar a minha aposentadoria, e as minhas filhas onde elas vão ficar?”

Esta experiência leva Nadir a acreditar que a documentação dos limites de cada área é um fator importante. Pois, de acordo com seu relato, muitas famílias moram em terras diferentes das originárias.

Nadir revela que Mesquita ficou mais movimentada depois da proximidade do asfalto da Cidade Ocidental e da chegada do ônibus ao local. A oferta de empréstimos dos bancos aos quilombolas impulsionou muitos moradores a solicitarem o crédito para a construção ou reforma de casa. Nadir não realizou nenhum acordo bancário porque com a renda um salário mínimo que recebe da aposentadoria por idade, não conseguiria pagar um empréstimo e adquirir itens necessários à sua sobrevivência.

O marido trabalhou como motorista por quarenta e oito anos. Contudo, Nadir não conseguiu receber a pensão do marido. Relata que foram inúmeras as justificativas dadas pelo INSS para ela não ter direito ao benefício.

Joana Pereira⁶²



Mulher de fala suave e olhar profundo que gosta de receber os visitantes em uma extensão aberta de sua casa que possui um fogão a lenha, local de preparo dos pães e biscoitos de queijo e de um café semprequentinho. É comum chegarmos à casa de Joana e encontrá-la envolvida nas atividades domésticas ou no preparo das garrafadas⁶³. Mora no início do Mesquita em uma área fechada por um grande portão de madeira e com cães que ficam geralmente na entrada da residência. Sua casa fica cercada de muitas árvores frutíferas e também da plantação de raízes como a mandioca.

Filha de mãe parteira, o pai não participou de sua história de vida. Por esta razão não menciona aspectos que lhe dizem respeito. Tem quatro irmãos e duas irmãs. Todos criados por sua mãe, que trabalhava nas fazendas cozinhando para sustentar a família. Joana, desde cedo, começou a ajudar a mãe em suas atividades: “onde ela ia, eu ia atrás ajudando. Os outros irmãos eram mais crioulos, ficavam mais em casa”. Começaram a acompanhá-las à medida que iam adquirindo mais idade.

A mãe e a tia foram pessoas presentes na vida de Joana. As lembranças de infância remetem geralmente a fatos contados por essas mulheres. Como as histórias de um tempo que logo brotaria:

A história que ela (mãe) contava eram as coisas de Deus, que o povo ia mudar, que Deus ia mudar tudo. Ela falava que tinha um eropane, nós vai morrer e o eropane vai passar aí, nós não vai tá aqui, vocês é que tá. Eropane era o avião e nós não sabia.

⁶² Não quis revelar sua data de nascimento.

⁶³ Preparados realizados com ervas e raízes para os diferentes tipos de doenças.

A tia também falava de situações futuras:

Dizia que ia desmanchar morro e fazer morros. Como estão fazendo, as estradas, o asfalto. Que ia cortar terra. Não sei como falavam isso tudo para a gente, não tinham leitura.
Disse que o mundo ia ser todo traçado de espinhos e tá traçado de espinhos, olha o tanto de arame cercado tudo.

São essas histórias que tecem o enredo da infância de Joana. Uma espécie de rememorar meditativo que agrega os ensinamentos dos antepassados com a cotidianidade.

Ela cresceu com os irmãos ajudando a mãe a trabalhar na roça. Casou-se com 15 anos, com um homem mineiro que conheceu no Mesquita, quando ele vinha serrar as tábuas para a produção do marmelo. Período no qual o doce era intensamente produzido pelos mesquitenses: “Nós fazia muita marmelada [...] era mês a mês fazendo marmelada, rapadura”.

O casamento não foi uma escolha de Joana, mas uma orientação severa de sua mãe que teve que seguir. Desta união, nasceram onze filhos, sendo cinco homens e seis mulheres. Viveram casados aproximadamente quarenta anos, até a separação.

Joana aprendeu a ser parteira realizando seus próprios partos. No povoado Mesquita é conhecida como parteira e rezadeira.

Desde que comecei a parir, fazia parto demais. Curava imbigo, hoje não pode mexer com isso. Larguei. Qualquer coisinha dá cadeia.
Eu cortava o imbigo, queimava e punha azeite [...] Azeite de mamona. Para curar imbigo não tem como.... azeite de manona.

Joana também relembra do “tempo dos escravos”, como denomina. Um período de trabalho intenso em Luziânia.

Tinha que fazer do jeito que eles queria, se não fizesse apanhava.

Os escravos trabalhavam demais aqui, Luziânia [...] Eu conheci um bocado deles. Conheci lá em Luziânia. A igreja de São Benedito foi escravo que fez, carregava aqueles pauzão lá.
Eles eram muito forte. Era cada músculo que só você vendo.

As lembranças dizem respeito a um período pós-escravidão. Quando Joana ia à cidade de Luziânia para plantar café em sua chácara. Essa é a única referência que faz diretamente ao período em questão.

Mas o trabalho de Joana, assim como de outros mesquitenses, foi sendo modificado com a chegada da construção da nova capital. As mulheres ocuparam principalmente os postos do âmbito doméstico. Joana trabalhou durante dez anos realizando atividades de cozinhar, lavar e passar na casa de uma amiga. Também trabalhou lavando roupas e vendendo verduras e frango para os operários do empreendimento na capital.

Brasília tava só construindo, casa demais. Eu comecei a trabalhar lá no cerrado. Eles desmatando. Eu trabalhava para aqueles moços que trabalhavam nos tratores, eu que lavava a roupa e levava verduras para eles. Era chão puro.

As roupas eram lavadas em sua casa. Neste período morava no Buritizinho, próximo ao acampamento dos operários. Saiu do lugar porque as crianças precisavam estudar e na região próximo ao Mesquita já havia acesso às escolas.

Ao falar do conhecimento que possui das ervas, diz que este foi se desenvolvendo desde pequena. Como cresceu na roça, desde cedo aprendeu a sentir cheiros e reconhecer as formas e utilidades das plantas. Sabedoria que lhe proporcionou aos vinte anos fazer as primeiras garrafadas para os mais diversos tipos de doença, tanto para os moradores do Mesquita, quanto para os residentes da Cidade Ocidental e Brasília. Essa é uma das atividades que Joana ainda realiza em sua casa. Cabe destacar que ela não apenas comercializa as garrafadas, como também indica a forma adequada de preparo e consumo das ervas de acordo com o problema de cada pessoa que a procura.

O marido também era raizeiro. Entretanto, dedicava-se mais ao trabalho nas fazendas, realizando as atividades chamadas “meias”, prática em que o trabalhador dividia em porcentagem igual com o patrão o que era “apanhado” no roçado.

Além de raizeira, Joana também continua benzendo as pessoas e consultando de acordo com os espíritos que recebe. Esta última atividade é praticada em uma casa nos fundos de sua residência. O reconhecimento desse “dom” veio num primeiro momento acompanhado da rejeição da mãe, que acreditava que a filha estava ficando louca. Assim, ocorreram situações de muita repressão dentro de casa, até o momento que a mãe reconheceu que a filha possuía o “dom” de comunicar-se com os espíritos.

Eu já nasci preparada. Nasci com dom.
Minha mãe batia em mim, dizendo que eu tava doida , doidura nada, coisa de Deus. Eu era criança. Depois que foi reconhecendo (mãe), largou pra lá. Ignorância, né?

Esse é um dos aspectos que Joana não explora muito em sua narrativa, definindo a comunicação com os espíritos como um “dom, coisa de Deus”. Seus conhecimentos são revelados apenas nos momentos de atendimento, mostra-se bem reservada neste assunto.

“Melhorei minha vida aqui”: Anna dos Santos de Oliveira⁶⁴



Carioca comunicativa, nascida em 1939 e uma das moradoras mais conhecidas do Cruzeiro⁶⁵. Saiu do Rio de Janeiro em 1959 para conhecer a capital a pedido do então noivo Sabino que trabalhava como estereotipista⁶⁶ na Imprensa Nacional e estava em Brasília trabalhando com o pai. Eles iniciaram o trabalho na Imprensa em 1958. A família do noivo morava no Acampamento da Imprensa Nacional.

Quando chegou teve uma péssima impressão da cidade, onde não havia nada, além da poeira e muitas moscas. Sentiu vontade de desistir do noivado. Mas a pedido da mãe continuou o compromisso.

Era um lugar feio, feio mesmo. Mosca em todos os lugares, poeira então....
Pensei: como vou morar aqui? Esse lugar não tem nada. Vou sair do Rio para ficar desse jeito, nem pensar. Nessa cidade não dá para construir as coisas,

⁶⁴ Não manifestou interesse em fazer o registro fotográfico.

⁶⁵ O nome da Região Administrativa faz referência ao Cruzeiro, local onde foi celebrada a primeira missa da capital, em 3 de maio de 1957.

⁶⁶ Profissional que confecciona clichês de impressão.

uma vida. Qualquer pessoa que chegasse também tinha essa impressão. Aqui não tinha nada.

Foram quatro anos de noivado. No final dos anos 1963, casou-se. Os dois foram morar inicialmente em Taguatinga (seis meses) em um barraco nos fundos da casa de sua prima. Depois compraram um barraco no Núcleo Bandeirante próximo ao Clube Grêmio, enquanto aguardavam uma casa no Cruzeiro. O Núcleo Bandeirante neste período tinha muitos bares, boates e também uma forte concentração de prostituição. Contudo, como geralmente não era uma área de conflitos violentos, Anna se sentia tranquila residindo neste lugar. Esses movimentos de mudança de moradia evidenciam a luta pela manutenção de um lugar na cidade.

Anna foi morar no Cruzeiro em 1964, no período de crescimento da cidade que foi formada antes da inauguração da capital, em 1959. Inicialmente, o Cruzeiro era um bloco de dez casas geminadas construídas para abrigar funcionários públicos de menor escalão que chegassem à nova capital. Era o Setor de Residências Econômicas Sul (SRES), aproximadamente dez quilômetros do Plano Piloto. Foi crescendo de acordo com as demandas que iam surgindo e recebeu principalmente pessoas provenientes do Rio de Janeiro. Como era localizada em um espaço de mato alto, os primeiros moradores do Cruzeiro compartilharam o espaço com cobras, gaviões e outros animais que circulavam constantemente pelas ruas. Água e luz também não existiam (SOUZA, 2010).

Na distribuição das casas no Cruzeiro em 1964, a primeira cota foi para os trabalhadores da Imprensa Nacional e posteriormente para aqueles que atuavam da Guarda Especial de Brasília (GEB). Assim sendo, o marido de Anna foi logo contemplado. Entretanto, quando chegaram para morar na casa encontraram uma mulher com seus filhos já residindo e durante seis meses moraram as duas famílias juntas até que a senhora conseguiu uma nova residência.

As vivências de Anna e o marido Sabino em diferentes regiões administrativas são exemplos de um dos principais problemas que enfrentava a capital federal: a habitação. Desde 1958, o governo buscava caminhos para conter moradias populares construídas sem nenhuma infraestrutura próximas ao Plano Piloto⁶⁷, a região de Taguatinga - lugar onde Anna morou - surge para abrigar essas “invasões”, em especial os moradores da Sara Kubitscheck (SOUSA, MACHADO, JACCOUD, 1996).

⁶⁷Termo que designava o Eixo Rodoviário (ou "Eixão") no sentido norte-sul, e Eixo Monumental no sentido leste-oeste.

Foi nesse período que Anna retomou seu trabalho em casa como cabeleireira e manicure, profissão que já exercia no Rio. O marido não queria que ela trabalhasse fora de casa. Era uma das poucas profissionais que sabia cuidar dos cabelos afros. Após realizar um procedimento capilar em uma senhora do Cruzeiro e muitas vizinhas aprovarem o resultado, começou a ser procurada para tratar de outros cabelos afro. Esse foi o impulso para tomar a decisão de abrir o salão. Inicialmente, o marido não aceitou, mas depois de muita insistência, ele concordou.

No salão as mulheres conversavam os mais variados assuntos, entretanto eu sempre alertava para evitarem fofocas com o objetivo de prevenir brigas entre vizinhos. O salão era bem movimentado, mas não deixava acontecerem conversinhas. Eu cuidava para ter um ambiente bom.

Sabino, marido de Anna, gostava muito de samba e logo se envolveu com um grupo de moradores do bairro do Gavião (antigo nome do Cruzeiro) que se reuniam nos fundos da casa de Paulo Costa, na quadra 14, para formar uma entidade que promovesse o lazer, a cultura dos moradores. Esse grupo assume um importante papel integrador na comunidade, principalmente no que diz respeito à questão cultural. Assim, em 21 de outubro de 1961 formaram a Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro⁶⁸ – ARUC. Como a maioria dos membros era formada por cariocas, uma das primeiras deliberações foi à constituição do Departamento de Escola de Samba, base para a Escola de Samba Unidos do Cruzeiro.

Anna, que também gostava de samba começou a participar da Escola do Cruzeiro. Revela que essa é uma de suas paixões. Em suas memórias, a formação da ARUC trouxe além de um novo espaço de lazer, o estreitamento dos laços comunitários.

Sabino foi inicialmente o puxador de samba e depois presidente por um período. Foi sob o comando dele que a ARUC assumiu a condição de maior escola de Samba do Distrito Federal. Anna também era membro da diretoria da escola.

Era muito bom, todos se reuniam com um único objetivo: fazer o melhor pela escola. Fazíamos parte da Ala Política Forte. Organizávamos nossa escola com muita dedicação. Era um momento de união aqui. Eu gostava muito, um dos melhores momentos que vivi aqui no Cruzeiro. Samba também é uma das minhas paixões.

⁶⁸ Hoje é chamada de Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro ou ARUC. A escola de Samba é considerada Patrimônio cultural do DF.

Após o falecimento do marido, em 1981, Anna ainda continuou trabalhando na ARUC por quinze anos.

Continuei o trabalho, pelo amor que tenho a escola e também por mim. Tenho um grande amor pela escola que construímos. Eu e meu marido construímos juntos esse sonho. Fiquei até quando foi possível, depois deixei. Temos um novo grupo que está levando a diante esse projeto.

A ARUC é uma das principais referências da história do Cruzeiro, constitui um elemento identitário dos moradores.

A cabeleireira vivenciou o tempo da nova expansão da cidade que ocorreu em 1967 com a construção de um conjunto de edifícios ao sul do Cruzeiro. A proposta era seguir o que havia sido projetado por Lúcio Costa para as quadras 400 do Plano Piloto. Entretanto, com a especulação imobiliária os prédios passaram a ter mais um andar. Destarte, o Setor Habitações Coletivas Econômicas Sul (SHCES), passou a ser denominado de Cruzeiro Novo, uma alusão à nova moeda que estava sendo instituída no Brasil e o conjunto de casas que originou a cidade de Cruzeiro Velho. Segundo, Anna as novas construções trouxeram um aumento populacional que não foi acompanhado de infraestrutura para as pessoas que moravam no Cruzeiro.

Os filhos de Anna estudaram em escolas públicas do Plano Piloto, pois eram consideradas as melhores escolas. Entretanto, Anna destaca que eram poucos os negros que estudavam nessas escolas, razão pela qual, em sua opinião, o filho mais velho sofreu preconceito racial, pois era o único negro na sala e recebeu vários apelidos pejorativos. Esse é um dado que evidencia que a maioria das crianças negras estudavam em escolas que ficavam distantes do Plano. Uma segregação espacial e econômica reveladora da configuração da cidade em formação.

Apesar de perceber o racismo presente nessas ações, Anna pondera dizendo que essa prática muitas vezes é escamoteada de acordo com a posição social que o negro ocupa: “Algumas vezes o racismo aparece, outras não. Se você pertence a uma classe mais baixa, ele é mais constante, mas se você tem uma posição melhor, isso muda. É assim que funciona”.

Mostra-se feliz com a sua trajetória e mantém uma relação de afeto com a cidade: “não tinha nada no Rio de Janeiro, consegui ter uma moradia. Melhorei minha vida. Brasília é tudo para mim”.

“Somos mulheres que aprendemos a lutar”: Lydia Garcia



Uma senhora de voz calma e postura firme, anda sempre de cabeça ereta, cabelos trançados e vestida elegantemente com roupas e adornos afro. É uma pessoa muito conhecida no ambiente educacional pela sua trajetória de luta na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF)⁶⁹ pela inclusão dos negros e negras. Mora em uma casa na 706 Sul desde que chegou a Brasília.

Carioca, de uma família pequena, possui apenas um irmão mais velho. A mãe - Izabel - de formação primária era costureira em uma empresa tradicional de modas do Rio de Janeiro. O pai, também de formação primária, era funcionário da Prefeitura.

Lydia frequentou durante sua infância e adolescência o teatro, concertos e outros lugares pouco comuns a pessoas negras. Participou também de reuniões, encontros nos espaços denominados periferia da cidade. Graduou-se em Música no Rio de Janeiro. Essa educação proporcionada pelos pais é destacada por Lydia como um amadurecimento de seu lugar no mundo:

Com essa educação que marcou minha infância eu pude também trazer junto comigo outras pessoas, outros negros. Eu sempre fui uma pessoa que admirei e soube frequentar todo tipo de lugares, tanto os lugares mais sofisticados quanto os mais simples, até hoje.

Ser de uma família pobre, uma família negra frequentando os lugares da minha família, os subúrbios do Rio de Janeiro, chegue a subir no morro porque tinha primos que moravam no morro. Mas isso não me fez uma preta elitista, me fez uma mulher consciente de sua posição com a sociedade.

⁶⁹ Aposentou-se da SEEDF em 1994.

Chegou a Brasília em 1959, aos 22 anos. Saiu do Rio para acompanhar o marido Willy Bezzera de Mello⁷⁰ que veio para integrar a equipe de trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer. Posteriormente, Willy também se tornou artista plástico, adotando como pseudônimo Olumello⁷¹.

Quando cheguei em Brasília a cidade não tinha nada, só tinha o Núcleo Bandeirante e aqui hoje onde nós estamos, essa casa aqui tem a idade de Brasília, 55 anos, só que era uma casa simples, sem tantas exigências da própria administração de Brasília.

Lydia e Willy tiveram cinco filhos, sendo quatro meninas e um menino. Todos receberam nomes de origem africana: Kênya, Mali, Ialê, Kwame e Luena.

Então, em 1960 quando tive a primeira filha, nós resolvemos colocar o nome africano, isso marcou muito a nossa vida em Brasília. Então, a nossa primeira filha se chamou Kênya, isso já dá uma identidade, já começa as pessoas, mas Kênya por que? Por que não Maria Clara, Júlia?

Quando chegou a Brasília era uma das poucas mulheres negras que pertencia ao grupo de convivência dos arquitetos, topógrafos, desenhistas, assessores, ou seja, ao grupo que possuía alguns benefícios em relação aos trabalhadores das obras. Foi morar em uma casa na Asa Sul⁷², um núcleo residencial para os funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e também para aqueles que possuíam uma posição hierárquica elevada no projeto de construção da nova capital. Destarte, Lydia foi vizinha de Oscar Niemeyer e Athos Bulcão. Os funcionários da referida empresa que viessem acompanhados de suas esposas tinham direito a ganhar uma casa para morar, os solteiros dividiam a casa com mais quatro pessoas. Assim, antes de sua chegada o marido dividia a residência com outros funcionários.

A experiência da professora no que tange à moradia revela bem a configuração espacial que foi realizada no início da construção da cidade a partir das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. O local que Lydia morava era considerado um espaço privilegiado, uma vez que as outras moradias, como os acampamentos Vila Amauri e Vila Sara Kubitscheck, possuíam péssimas condições.

⁷⁰ Em 1964 recebeu o prêmio “Referências Especiais” de pintura do I Salão de Arte Moderna do Distrito Federal.

⁷¹ Nos primeiros anos de sua carreira como artista plástico dedicou-se a representar o cotidiano das mulheres negras e depois produziu trabalhos centrados em elementos figurativos e abstratos. No ano de 2012 foi lançada a exposição *Olumello afrografismos* no Museu Nacional da República de Brasília.

⁷² A Asa Sul é o espaço mais antigo e também mais populoso que a Asa Norte.

A professora descreve como percebia a relação entre homens e mulheres no período de construção de Brasília:

Não presenciei casos de violência. A coisa é interessante que chega até a ser de humor é quando nós saímos na rua, e às vezes passava um caminhão com os trabalhadores e eles gritavam: olha lá uma mulher, olha lá uma mulher. Mas eles passavam no caminhão [...] Nós mulheres casadas, a gente sempre ficava de olhos abertos, porque também começavam a chegar mulheres solteiras em Brasília, e aí já viu, os bonitões.

A relação social que a professora tinha como os arquitetos, engenheiros também marca a diferenciação socioeconômica. Logo, os espaços de lazer vivenciados também remetem a esse *status* diferenciado: “nos divertíamos na casa dos amigos com o jogo de biriba, tocar violão, cantar. Cada um leva algo de comer e ali brincávamos e conversávamos”.

Entretanto, as mulheres negras de sua convivência, que eram poucas, não possuíam a experiência cotidiana de lutar pela valorização da cultura negra. No Rio, a professora de música já frequentava as atividades do Renascença Clube⁷³ – fundado em 1951 por pessoas negras pertencentes à classe média. O clube faz parte da história de luta dos negros para mudança das relações raciais no Rio, especial para que eles também tivessem o direito de frequentar os clubes.

É seguindo este itinerário que Lydia depois três anos em Brasília, decide fazer concurso para a Secretaria de Educação e em 1964 foi convidada para trabalhar como professora de Música na Escola Parque de Brasília. Ressalta que no início era percebida com certo estranhamento pelas pessoas, pois era uma das poucas professoras negras na nova capital. Contudo, revela que os colegas de trabalho a tratavam com respeito. Mas que vivenciou situações de preconceito racial quando foi para o Colégio de Aplicação da Escola Normal de Brasília. Em 1986, Lydia foi chamada para lecionar na extinta Faculdade de Artes Dulcina de Moraes.

Na década de 70, no contexto da ditadura militar, a Universidade de Brasília fez um convênio para trazer estudantes africanos para Brasília. A casa da professora passou a receber os estudantes, ou a ser como diz sua amiga e militante do Movimento Negro, Neide Rafael, a 1ª Embaixada Negra de Brasília. Assim sendo, nos finais de semana

⁷³ No contexto dos anos 50, “um grupo de negros foram impedidos de ingressar em uma festa de um famoso clube carioca, onde a frequência era exclusivamente de associados brancos da classe média do Rio de Janeiro. Tal fato motivou a criação do Renascença Clube por parte deste grupo composto por 3 negros e suas respectivas esposas em 17 de fevereiro de 1951 no bairro do Méier, zona norte da cidade do Rio de Janeiro” (<http://renascencaclub.blogspot.com/p/historia.html>).

reuniam os estudantes de outros lugares com aqueles que estudavam em Brasília para discutir questões referentes à discriminação racial e representação política. Para o contexto histórico essa é uma ação inovadora e audaz: “esse movimento foi muito importante para reunir mais homens e mulheres negras de Brasília”.

Essa vivência proporcionou reflexão a respeito do lugar do negro na sociedade, em especial dos espaços dos homens e mulheres negras na nova capital. Foi um instrumento mobilizador de novas práticas. Assim, em 1980, a professora junto com seu marido e outros amigos organizaram a 1ª Semana de Estudos Afro-brasileiros com a presença de intelectuais como Joel Rufino, Cloves Moura e Kabengele Munanga, dentre outros. Segundo a professora “esse foi um dos momentos mais lindos que viveu na cidade. Tivemos a oportunidade de discutir, aprender juntos e o mais importante de perceber que poderíamos nos organizar mais como movimento negro em Brasília”.

Deste movimento, surgiram outros organizados pelo Movimento Negro Unificado do qual Lydia também participou. A professora considera fundamental o engajamento das mulheres no Movimento Social Negro, uma vez que o preconceito racial se faz tão presente em nossa sociedade. Exemplificou o fato com o seguinte relato:

Certa vez, uma pessoa bateu na minha casa e fui atender. A moça olhou para mim e disse: vá chamar a dona da casa. Eu falei que a dona era eu e ela saiu inconformada. Não acreditou. Quando falo que mora na Asa Sul, algumas pessoas acham que eu não estou dizendo a verdade. Negro não pode morar no Plano Piloto?

Esse relato nos reporta à reflexão de Alex Ratts (2018) ao pensar no trânsito das mulheres negras entre os espaços públicos e privados nos centros urbanos e que são regularmente alocadas pelo olhar do outro como empregada doméstica, ainda que hoje ocupem outra posição social, como por exemplo, escritoras, professoras etc.

Segundo Lydia os fatores determinantes do preconceito são:

A ignorância, precisamos de educação. Eles deixaram uma margem de muitos anos, a própria estrutural governamental. Há muitos anos o negro ficou a margem. A questão da violência, da pobreza, a questão que negro tem que morar na favela. Porque o poder aquisitivo domina. Nós ficamos à margem muito tempo. Porque a gente não podia ler, não podia isso, não tinha direito a isso, aquilo, a própria questão do senhor de fazenda e ter domínio, de utilizar a mulher negra como instrumento sexual e foi ficando aquela raiz implantada.

Neste itinerário ativista, a professora se tornou a primeira presidente do Conselho do Negro do DF e também a primeira presidente da Associação de Artes

Educadoras de Brasília. Os dois campos de atuação, no Conselho do Negro e na Educação, possibilitou: “o nosso crescimento como movimento em Brasília. Foi um trajeto longo, desde o início da cidade, quando não tinha muita coisa, mas o desejo de construir algo para nossa sociedade melhor, mais igualitário nos impulsionou”.

Lydia também foi uma das idealizadoras do bloco carnavalesco Asé Dudu, fundado em 1987 na região de Taguatinga. O bloco tem como objetivo difundir a cultura afro-brasileira e incentivar a troca das relações culturais entre os diferentes grupos sociais do DF. Um movimento de resistência que Lydia considera fundamental em áreas distantes do centro de Brasília.

“A dor às vezes parece não ter fim”: Francisca de Sousa Almeida⁷⁴

Piauiense, nascida em 12 de maio de 1940, filha de pai açougueiro e lavrador e mãe dona de casa, teve oito irmãos. Depois de alguns anos se mudaram para o Maranhão, e lá a família continuou a trabalhar na roça. Seguindo o caminho de muitas crianças filhas de pais agricultores no Brasil, Francisca aos 13 anos iniciou seu trabalho quebrando coco, trabalhando na colheita do arroz, coletando manga e bananas. Aos 16 anos casou-se com um lavrador escolhido pelo pai e aos 17 anos teve seu primeiro filho de parto normal, em casa. Desta união, nasceram sete filhos.

Eles sonharam com a promessa de uma vida próspera, mensagem tão divulgada nas rádios e jornais a respeito de Brasília e em agosto de 1968, ela saiu do Maranhão grávida para acompanhar o marido, que conseguiu emprego como pedreiro na Cristinail em Brasília. Quando chegaram, foram morar na 4^a Avenida do Núcleo Bandeirante. Os primeiros dias foram difíceis, pois os alimentos eram caros e a família não tinha muitos recursos: “A impressão foi uma negação para mim. Eu acostumada na roça, cheia de arroz, milho. Quando cheguei aqui, cadê?”.

Após vinte e oito dias de trabalho, o marido sofreu um acidente e faleceu. O contexto do acidente revela as condições que os trabalhadores vivenciaram no período: “O caminhão que levava peão. Ele ia sentado na beirada na carroceria. Levavam muitos homens. O motorista da van cortou o caminhão. Os homens caíram e três morreram na hora e ficou muita gente doente”.

⁷⁴ Recusou-se a tirar fotografia.

Quando o fato aconteceu, ela estava de resguardo da filha e recebeu apoio dos amigos do marido que sempre levavam alimentos para ela e os filhos. Esse foi um dos momentos mais difíceis para Francisca, que estava com cinco filhos, não tinha como pagar aluguel e não sabia como conseguir trabalho em Brasília.

Sem saber trabalhar, nem limpar um chão como esse eu sabia. Lá não tinha chão. O chão era só varrido. Era só chão aterrado, mas era limpinho. A gente vestia uma roupa nova de ano em ano. A gente tinha a nossa costureira que arrumava tudo.

Quando nós viemos para cá era nos matos, não tinha dinheiro para comprar barraco. A parede eram os lençóis segurando, as camas eram colocadas no relento, dormia no relento. Até arrumar dinheiro para colocar meus filhos para dentro.

Trabalhou como lavadeira, inicialmente nos hotéis do Núcleo Bandeirante e posteriormente em uma lavanderia no Plano Piloto em tempo integral. Quando os filhos ficaram maiores, também foi trabalhar na casa de uma família nos finais de semana. O trabalho de lavadeira foi um dos recursos mais utilizados pelas mulheres no início da construção da cidade, como observamos nos relatos e também nos recortes de jornais.

No sábado trabalhava na lavanderia até meio-dia, às 12h30 chegava uma senhora do Lago Sul, dizendo: vou levar para você passar minha roupa. Lá ela ia dançar a noite. Ficava com dois meninos. Lá eu lavava roupa, botava para secar, fazia limpeza na cozinha, quando ela chegava era 5 horas da manhã com o marido. As crianças estavam dormindo. Os meninos eram bons, dormiam até meio-dia.

Quando estava em casa na companhia dos filhos, preocupa-se com o desempenho e a conduta deles: “A noite olhava se tinha ido para a escola, se trazia coisas que não eram deles. Dizia: não quero coisa de ninguém. Ninguém acha nada, perdeu, entrega, não quero aqui”.

Francisca morou com os filhos próximo da linha do trem da então chamada Cidade Livre - Núcleo Bandeirante -, pela descrição do relato, era na Vila Mercedes. “Invasão” localizada ao lado do Núcleo Bandeirante que serviu como delimitação física da área urbana. Como a então Cidade Livre, fundada em 1956 pela NOVACAP, tinha como objetivo atender os trabalhadores da construção civil com seu comércio⁷⁵, e deveria deixar de existir antes da inauguração da cidade, houve uma forte pressão governamental para a saída dos moradores do local. Em 1964, com a investidura dos militares, o interesse de consolidação da cidade, assim como as ideias de integração e

⁷⁵ Os lotes eram cedidos por regime de comodato por quatro anos e não pagavam impostos.

segurança nacional é restabelecido. Fomentou-se uma vigilância de ocupação do território organizado pela Comissão Permanente de Controle e Remoção de Invasões, criada em 1965 (BRITO, 2009). Houve uma intensa coibição aos movimentos sociais que lutavam pela fixação de suas moradias e estimularam-se as transferências para os arredores da cidade.

Neste contexto, a organização popular iniciada em 1961, em especial dos comerciantes da Cidade Livre, chamada de Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, conseguiu a permanência de parte da população no local. As pessoas mais pobres e que viviam nos espaços considerados “invasões” foram afastados como, por exemplo, Francisca e sua família. Assim, na década de 1970, Francisca é retirada do Núcleo Bandeirante, para morar na Ceilândia⁷⁶, nome formado a partir da sigla CEI, correspondente a Companhia de Erradicação de Invasões. A respeito deste processo, Francisca descreve:

Foi muito difícil. Tiraram os pobres e jogaram para Ceilândia nos matos e o Bandeirante ficou só de chácara, restaurante, hotel, de gente rica. Chegavam os agentes da Administração os trabalhadores para fazer o serviço, colocavam no caminhão as coisas para deixar no local que estava demarcado lá na Ceilândia. A gente não tinha ideia de como ia ser. O caminhão vinha e jogava aqui e voltava para pegar outro. As mesmas pessoas que eram meus amigos lá ficaram aqui.

A área destinada não possuía infraestrutura básica nem rede de serviços urbanos disponíveis para receber os novos moradores. Após dois meses Francisca conseguiu construir um novo barraco de madeira para abrigar a todos.

Os momentos difíceis foram acalentados na sua crença em Deus, em conversas diárias que manifestavam um pedido de socorro.

Quando cheguei aqui que não tinha nada disso, eu quase enlouqueço. Falei para Deus, me ajoelhei no chão, falei com ele: “Senhor, não tenho muita coisa para te pedir, mas a única coisa que vou te pedir mesmo, é um canto para mim morar e meus filhos criados, só isso o Senhor me dando estou satisfeita”.

Apesar de trabalhar intensamente, ela só transformou a casa de madeira em alvenaria com a ajuda de terceiros, em especial do namorado da irmã.

Ele era do bombeiro e disse: vou construir sua casa comadre. E foi devagarzinho. Disse: a senhora compra material e bota aqui e eu vou construindo. Vou tirar do chão. A senhora compra laje e eu assento.

⁷⁶ Segundo Ávila, entre 1971 e 1972, a Ceilândia recebeu mais de 4 mil famílias removidas das mais distintas invasões da cidade

Fui na minha firma, Ouro Fino. Pedi ao Garibaldi ,um dos patrões, um paizão para todo mundo. Me deu as minhas contas [...]

A construção da casa é um dos fatos marcantes na história de vida de Francisca: “Quando colocou a laje e as portas, passei para dentro de uma casa de alvenaria. Fui toda feliz, nunca tinha morado em casa de alvenaria”.

Os aspectos afetivos de Francisca também se revelaram em alguns momentos de sua história. Depois de três anos viúva, começou a namorar. Foram momentos nem sempre agradáveis, como expressa seu relato:

Fui namorar, ia para o hotel. Nunca tinha sabido que era hotel, fui com medo. O povo diz que a gente não se prostitui, mas eu acho que me prostitui. Alguém gostou de mim e me deu alguma coisa e se me deu alguma coisa, o que eu dei de troca? Um abraço, um aperto, um beijo, um sexo sem vontade.

Eles eram bons comigo, minha casa ficou sem rebocar. Eu namorei um mestre de obra, não me deu dinheiro, não me deu nada, mas eu namorei ele um tempo. E ele perguntou: Francisca o que eu vou fazer por você? Quero te ajudar? Vou assentar suas portas. Ele era mestre de obras e vou pagar um cara para rebocar sua casa [...] pegava dois peões da empresa e trazia para trabalhar na minha casa. Já era corrupção. Às vezes fico pensando lá em casa.

Alguns anos depois, seu filho mais velho sofreu um acidente de moto e ficou tetraplégico, depois de uma pneumonia, faleceu aos 30 anos. Após esse fato e da conclusão da construção da casa, Francisca começou a sair para conhecer os lugares de lazer de Brasília, em especial as festas de forró, que descreve como: “bons momentos com os amigos. Em Brasília, o melhor lugar para quem não tem condições se divertir é nesses forrós”.

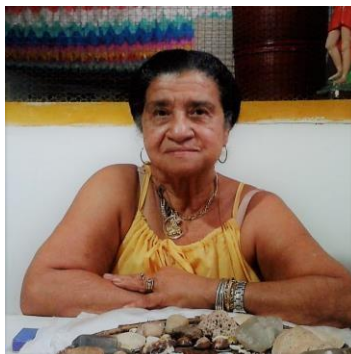
Em 1992, conheceu a Associação dos Idosos da Ceilândia e fez novas amizades. Foi uma fase de muitas conquistas pessoais, principalmente no âmbito de conhecer outros lugares.

Gostei de freqüentar, fiz vários passeios com uma amiga, a Léa. Fui para Bom Jesus da Lapa, Campos do Jordão, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro. Eu tinha vontade de andar de avião e uma amiga também do Sindicato viajou comigo para São Paulo. Nesse tempo estava forte. A diabete é quem tem me arrebatado.

A diabetes tornou-se o principal empecilho para a locomoção de Francisca que hoje apresenta problemas articulatorios e cansaço constante. Entretanto, esse fato não a afastou da associação. Hoje está à frente de algumas atividades e tem o desejo de

transformar o espaço em um Centro de Convivência da Pessoa Idosa – CCI⁷⁷. Porém, ainda enfrenta obstáculos governamentais para a legalização da Associação.

“Sempre fui atrevida”: Lindaura Lina Vila Real



Baiana que ficou conhecida na espiritualidade com Dal, morou desde criança no Rio de Janeiro. Mulher alegre e receptiva a todos que chegam a sua casa que fica no mesmo lote da Tenda Espírita São Jerônimo, localizado na rua central do Núcleo Bandeirante.

Depois de receber uma carta da irmã que foi criada por outra família e estava morando em Brasília, decidiu sair do Rio aos 20 anos para morar na nova capital. Conseguiu a passagem de avião e veio pela FAB no ano de inauguração da cidade. Quando chegou, viu apenas a poeira que levantava com a passagem dos carros, uma visão desagradável.

Foi morar com a irmã no Núcleo Bandeirante. Um barraco próximo à boate ZBN. As constantes brigas no lugar chamaram sua atenção. Era o momento que todos fechavam suas portas e ficavam em silêncio. Certo dia, perguntou ao proprietário dos barracos o que acontecia naquele lugar, e ele respondeu: “é como o mangue do rio”. Ela, sem entender, indagou mais uma vez a um rapaz também morador das proximidades e ele respondeu: “o mangue no rio é onde fica os cabarés, bebida, mulheres e tudo mais.”

Quando compreendeu o que acontecia na ZBN, decidiu sair do barraco. Ao comunicar a decisão à irmã, ela ficou desesperada e disse a Lina: “não, pelo amor de Deus, mulher não pode morar sozinha aqui que os homens invadem. Essa era a fama

⁷⁷ O CCI tem o objetivo de contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, oferecendo aos participantes oficinas de artesanato, palestras, bailes etc.

antes da inauguração”. Esta era uma concepção comum na época, pois devido ao número menor de mulheres do que homens na cidade não se aconselhavam que elas ficassem sozinhas. Lina mudou-se do local e depois de alguns dias, sua irmã decidiu ir também.

Lina começou a procurar trabalho e conseguiu emprego como garçomete em um bar. Após o casamento da irmã, começou também a morar em um quarto nos fundos do estabelecimento: “Seu João (responsável pelo aluguel dos quartos) me adotou. Trabalhava o dia todo, a noite voltava cansada e ia dormir. A esposa do João deixava a minha janta pronta em cima do fogão”.

Foi nesse bar que conheceu o marido, que era escrivão da Guarda Especial de Brasília (GEB). Segundo Lindaura, como ele sabia escrever e ler bem e esses eram os requisitos necessários para aprovação na seleção da Guarda, logo se tornou membro. Aqueles que trabalhavam nas ruas não precisavam atender a essas condições.

Os dois decidiram casar, entretanto os casamentos eram realizados no Rio de Janeiro. Como a família dele morava no Rio, foram para a cidade para realizar a união. Contudo, ao conhecer a família do futuro marido enfrentou o preconceito de sua mãe pelo fato de ser negra e ele branco: “A velha esperava uma loirona e foi essa baixinha negra. Os irmãos foram a favor. Voltamos dia do ano novo, mas casamos lá”.

Gonzalez (1994), ao dissertar sobre a sua experiência pessoal de casar com um homem não negro, expõe que a formalização de uma união entre uma mulher negra e um homem não negro não é aceita em função do regime matrimonial dos dois serem percebidos apenas como o de “concubinagem” - a combinação de concubinato e “sacanagem”- uma vez que, no imaginário de uma sociedade racista, a mulher negra não deveria ter um enlace formal com um homem não negro. Concepção que evidencia que as moralidades afetivas e sexuais são racializadas.

Após o casamento, Lindaura e o marido retornaram para Brasília. Ele decidiu abrir uma pensão para Lina trabalhar vendendo comida. Ela preparava a comida para o marido e os cinco irmãos que trabalhavam na construção da cidade. Eles almoçavam e jantavam na casa para depois seguir para o Acampamento da NOVACAP.

Lindaura, como geralmente acontece com outros médiuns, foi levada à Umbanda depois de ter suas atividades regulares comprometida por uma doença. Ela foi acometida de uma anemia profunda e decidiu procurar a vidente Iracema, que tinha um barraco humilde nos fundos de uma casa no Núcleo Bandeirante. Depois da consulta espiritual com o caboclo Pedra Preta, que dá retirada do espírito obsessivo, ela conta que

se deu a cura da enfermidade. Ao chegar a sua casa, disse ao marido: “fui à macumba”. E o marido a olhou de forma a desaprovar a atitude, embora não tenha tecido muitos comentários a respeito do assunto.

Após alguns anos começou a frequentar o Centro dirigido por Samuel Pereira e desenvolver cada vez mais sua mediunidade, realizando posteriormente os rituais para zeladora de santo⁷⁸, como gosta de ser chamada. Era conhecida no centro como espoleta, atrevida porque sempre questionava as situações. Após o falecimento do dirigente, assumiu a casa que preside até hoje.

Quando nasci o santo já existia. Médiun não é superior a ninguém. Mas algumas pessoas não entendem isso. O mais difícil é as pessoas compreenderem a sua missão. Eu não faço certas coisas, mas o outro faz e faz porque só pensa no financeiro. Eu também cobro o valor do meu trabalho, mas não vou sair por aí destruindo famílias.

Lindaaura mostra-se preocupada com o direcionamento que é dado em muitas casas de terreiro que realizam todos os tipos de trabalho em troca do dinheiro que é ofertado pelo cliente. Na sua concepção, existem determinados trabalhos como matar um pai ou uma mãe, desfazer um casamento, que não devem ser realizados.

A zeladora de santo, diz que sempre foi conhecida por ter “a língua afiada” e dizer e agir conforme suas concepções. Cabe sublinhar na narrativa de Lindaaura a idéia de atrevimento presente em seu relato. No livro *Rebeliões da Senzala* (1988), de Clóvis Moura, o negro aparece como um sujeito ativo do rompimento do modo de produção escravocrata, destacando as dimensões de revolta, insurreição e antagonismos presentes na relação entre senhores e escravos. Em outras palavras, a não aceitação da sujeição revelava-se em formas de “rebeldia ativa” (MOURA, 1988) que provocavam movimentos de resistência.

Ao mesmo tempo que assim procedia, o escravo criava novos níveis de desajustes, novos elementos de assimetria social, pois, ao retardar o processo de produção, fazia com que, no pólo intermediário, se desenvolvessem elementos que também impulsionavam a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. Isto quer dizer que defluíam, depois,

⁷⁸ Pai de santo procede do termo afro Babalorixá. Baba significa pai, e orixás foram sincretizados com os santos. O termo provém do africano e muitos consideram mais adequado o uso para os cultos de origem africana, como o Candomblé. Zelador de Santo é outra compreensão sobre o termo Babalaô. O primeiro questionamento a respeito do assunto é se Santo tem pai. Logo, o papel do pai de santo é zelar pela estrutura física, os assentamentos dos Orixás e também pelos membros que compõem o centro em questão, razão pela qual muitos médiuns preferem ser chamados de zeladores de santo.

como reflexo da sua atividade rebelde, outras formas de comportamento “divergente” em camadas diversas (MOURA, 1989, p. 270).

Essas ideias nos levam a compreender a postura de Lindaura quando afirma que é “atrevida” e busca não se conformar diante das situações. Comportar-se de maneira rebelde é uma forma de resistência contra as desigualdades sociais. Logo, a inquietação e o atrevimento, não podem ser pensados apenas como traços da personalidade dessas mulheres, pois são condutas que revelam negação de uma realidade e posicionamento crítico diante do fato. Assim, Lina diz “eu não aceito as pessoas dizerem que não posso fazer tal coisa, por exemplo, por ser mulher, ou ser pobre” ou nas palavras de Francisca “não podemos aceitar tudo”. São ações que demonstram o propósito de mudança social. Essas frases nos reportam mais uma vez as ideias de Moura (1988, p. 275) quando diz que: “a rebeldia era, portanto uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade e servia não apenas para equacionar, mas para dinamizar a sociedade”.

É nesta direção que Conceição Evaristo constrói sua escrita mostrando os cerceamentos impostos, assim como as formas propositivas de questionamentos e lutas, evidenciando as distintas configurações de resistência construídas historicamente pelas mulheres negras.

“Vamos ganhar a Vila”: Vicentina de Cássia



Vicentina é conhecida na Vila Planalto como Maria do Chapeu. Mineira alegre, nascida em Pirangas - MG, criada em uma fazenda com os pais. Desde cedo acompanhou a mãe nas rezas e benzeções das crianças que nasciam ou ficavam doentes. Foi na companhia da mãe que aprendeu também a reconhecer as plantas medicinais. Recorda que esse aprendizado se fazia presente em suas brincadeiras quando também benzia as bonecas. Assim, quando os filhos das tias iam nascendo, elas solicitavam a

Maria que também rezasse para curar logo o umbigo da criança. Essa é uma atividade que até hoje exerce gratuitamente em sua casa.

Acompanhar minha mãe foi um grande aprendizado. Foi a minha escola. Acho que tenho o dom de benzer, rezar, mas o que despertou isso em mim foi estar ao lado de minha mãe e ver o que ela fazia. As pessoas da família perceberam primeiro que eu poderia também rezar. Essas coisas são assim mesmo, você vai aprendendo a cada dia.

Chegou a Brasília um mês depois da inauguração. Trabalhava em casa lavando roupas e consertando as camisas dos trabalhadores das obras. Segundo Maria do Chapéu, conseguia um bom dinheiro com essa atividade. Seu marido trabalhava como carpinteiro. Do casamento, vieram quatro filhos, sendo duas mulheres e dois homens. Moraram no acampamento da Vila Planalto.

A Vila Planalto surge em 1957, em uma região central do Plano Piloto. Foi uma organização de moradia sem planejamento da NOVACAP para receber as famílias migrantes. Contudo, em 1956 as construtoras Rabello e Pacheco Fernandes Dantas, encarregadas das obras do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace Hotel, já haviam se instalado no local (ZARUR, 1991).

Entre 1959 e 1961, a Vila possuía o maior número de acampamentos e assentamentos espontâneos, Sandra Beatriz Barbosa de Cerqueira Zarur (1991) identificou as seguintes construtoras: ADIL, ATLAS, CONSISPA, CVB, DFL, DTUI, EBE, ECISA, EMULPRESS, ESOL, ECIL, MINEIROS, NACIONAL, PACHECO FERNANES DANTAS, PEDERNEIRAS, PLANALTO, RABELLO, TELBRAS, WSK.

Após a conclusão dos prédios considerados fundamentais ao funcionamento da cidade, ocorreu o desmonte progressivo dos principais canteiros de obras e a retirada de algumas firmas e seus respectivos acampamentos. Foi neste cenário, que a Vila Amauri ficou submersa com as águas do Lago Paranoá, reduzindo o tamanho da Vila de 310 hectares para 56. Assim sendo, muitos serviços proporcionados pelas firmas foram abolidos.

Em 1962, o marido decidiu colocar um comércio em casa para Maria administrar. Nele vendiam comida e itens diversos de uso pessoal e coletivo. Os irmãos do marido também ajudavam no armazém.

Foi muito bom trabalhar na venda, aqui conhecia todas as pessoas da Vila e também os problemas, conversávamos sobre tudo. Muitas vezes eu sabia de uma dificuldade de alguém que estava chegando aqui no acampamento e

corria com os outros amigos para tentar resolver. Apesar das dificuldades éramos unidos.

Sempre muito ativa, Maria posteriormente começou a participar da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁷⁹ como voluntária com o grupo de mais nove mulheres. Era chamado do Grupo das 10. O marido também realizava esporadicamente o voluntariado construindo armários e bancos para o local. No comércio que gerenciava, também recebia as mulheres que vinham do norte e nordeste para explicar como era a dinâmica da cidade. Em alguns momentos, levava essas mulheres ao ponto de ônibus para explicar como poderiam se organizar para pegar o ônibus e realizar as compras que precisavam. Também levava o receituário dos remédios ao órgão assistencial para conseguir medicamentos para as mulheres e crianças.

Contudo, morar na Vila Planalto ainda era muito inseguro, pois a concepção governamental de retirada dos moradores deste local persistia. Segundo Zarur (1996) foram trinta anos de resistência, que tiveram início com uma oposição pacífica dos moradores de permanecerem no local e buscarem apoio dos fiscais. Mas à medida que a cidade ia se consolidando surgiram outros mecanismos para enfrentar as tentativas de remoção, como a Associação dos Moradores, da qual Maria do Chapeu era membro e tinha a função de chamar as pessoas da Vila para participarem.

Contudo, em dois anos de formação pouco havia sido feito, em especial pela fixação dos moradores. O Grupo das Dez, que em 1987 foi registrado como Centro Social da Vila Planalto, continuava participando da Associação, mas demonstravam insatisfação no direcionamento das ações. Neste período, a Vila também já possuía o Centro de Bem-Estar das Crianças Carentes que também contava com a participação do Grupo das Dez.

Após a discordar das novas ideias propostas pelo diretor da Associação, Maria junto com outras participantes do Grupo das Dez, dentre elas Albaniza, Celina, Luciara, Gracione, Dora, Almerita, Jandira, Vanda, Ione decidiram formar seu próprio movimento. Este grupo passou a atuar de forma intensa em prol da fixação da Vila. Com a orientação do Instituto de Patrimônio Histórico também compreenderam o que poderia ser feito ou não na Vila Planalto, uma vez que o principal objetivo era conseguir a permanência dos moradores na Vila ou como Chapéu denomina: “conseguir a Vila Planalto”.

⁷⁹ Órgão assistencial público que distribuía leite, remédios e roupas para as famílias mais carentes.

O grupo das 10 depois se tornou grupo das 20, 30... devido ao número de participantes que começaram a integrar o movimento. Contudo, as principais ações continuaram sendo lideradas por Maria Vicentina e Albaniza.

Ao retornarem de uma das reuniões, Maria Vicentina e Albaniza tiveram a ideia de escrever uma carta para o então presidente José Sarney para solicitar a permanência na Vila. Após elaborarem a carta juntamente com Leliane que na época tinha 10 anos de idade, organizaram um plano para fazer a entrega. Leiliane ficou responsável de “furar” a guarda no Congresso e entregar a carta, fato que ocorreu, com a promessa de resposta do presidente no prazo de oito dias. Maria Vicentina descreve o fato com grande entusiasmo.

Quando o homem foi saindo, a menina ficou de pé aguardando. A menina saiu correndo com as cartas na mão. Ela entrou rápido e guarda disse não pode. A menina gritou: quero falar com o presidente. O presidente disse: pode. E ele a abraçou. O presidente disse: que você quer? E ela respondeu: eu trouxe uma carta e quero a resposta urgente.

No período estipulado, a resposta chegou acompanhada da imprensa, *Correio Braziliense*, concedendo autorização para o grupo das Dez conversar com o então governador José Aparecido a respeito da fixação da Vila. Elas tiveram a conversa com o governador, mas não a resposta documental que tanto almejavam.

No final da década de 80 com a abertura política os movimentos sociais conseguiram ganhar mais espaços e foram se ampliando. Assim, ocorreu também com o grupo das Dez que recebeu um número maior de participantes. Foi neste contexto que a “cidade despertou o interesse de organismos internacionais como candidata ao tombamento de Patrimônio Cultural da Humanidade, fato que contribuiu para legitimar o movimento” (ZARUR, 1991, p. 108). Em 1988, a Vila recebeu o título da UNESCO, no mesmo ano e no final do mandato José Aparecido assinou o documento de liberação dos lotes de terra. Contudo, a assinatura da forma como foi apresentada não possibilitava mudanças nas casas que deveriam continuar sendo de madeiras, fato que não atendeu as expectativas dos moradores, que desejavam construir casas de alvenaria.

Assim, o grupo continuou a se mobilizar junto ao IPHAN para verificar a possibilidade de criar um novo documento para que as casas pudessem ser modificadas. Após vários encontros e negociações com o governo e o IPHAN conseguiram um documento que regulamentava as modificações que poderiam ser feitas nas residências.

Com a idade mais avançada das participantes, assim como o desejo de dedicar-se também aos netos foi reduzindo a participação do Grupo das Dez no movimento.

Atualmente, Maria Vicentina, participa de poucas atividades em função de sua dificuldade de mobilidade, contudo não deixou de ser referência na Vila para a organização movimentos comunitários.

O reconhecimento de Maria Vicentina no Movimento de Fixação da Vila Planalto aconteceu em 2002 quando recebeu o título de Cidadã Honorária de Brasília da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

“Não foi fácil, mas valeu à pena”: Celina Quitéria Seferina



Uma mineira que gosta de contar histórias. Uma das moradoras mais antigas da Vila Planalto. Nasceu no dia 23 de março de 1934 em Esmeralda - MG é de uma família composta por sete irmãos, todos já falecidos.

Com o adoecimento da mãe por tuberculose, foi criada pelos padrinhos de batismo desde os oito anos de idade. Saiu da escola no terceiro ano do Ensino Fundamental I para cuidar da esposa de seu padrinho que estava doente. Foi um momento muito difícil, pois tinha o desejo de continuar estudando. Diante da situação, o padrinho solicitou a sua filha que ensinasse Celina após o almoço, e assim ela aprendeu a ler e também a realizar alguns cálculos matemáticos básicos.

Eu fiquei três anos no primeiro ano [...] Aí quando saí meu padrinho falou assim: nós vamos tirar você da escola para você tomar conta da minha madrinha que ela é doente, velinha, está doente [...] Oh, menina, chorei tanto, as meninas passavam para a escola, e eu chorava.

E assim eu tinha aquela vontade de ler direito. Eu tinha inveja das meninas passando para a escola, eu chorava.

Depois de alguns anos morando com eles, veio para a Bahia com sua madrinha de Crisma. Ao chegar ao estado da Bahia foi trabalhar como doméstica na casa de um

também morador de sua cidade. Contudo, não se adaptou bem com a dona da casa – Eliane e com sua mãe – e achou melhor sair do emprego.

Trabalhar na casa dos outros não é fácil, às vezes você fica em um bom lugar, outros não tão bom. Tem lugar que a esposa manda, a mãe da mulher também e você não sabe quem tem razão. É muita confusão. Nunca gostei de trabalhar em lugar assim. Eu não tenho muita paciência para essas coisas.

Com as notícias de oportunidade de uma vida melhor em Brasília, começou a procurar o novo emprego no jornal. Foi quando recebeu o convite de uma carioca para trabalhar em Brasília com o compromisso de receber um salário maior do que o emprego anterior.

Sabe, falou em ganhar mais, o nosso olho cresce. Foi isso que aconteceu. Vim esperando ganhar melhor e viver melhor. Como a notícia era essa, eu resolvi tentar. Era a oportunidade de conseguir ter as minhas coisas. Todo mundo que ter ser lugar, suas coisas. Achei que seria bom.

Chegou a Brasília no ano de sua inauguração, aos 26 anos de idade, para trabalhar em uma casa com mais três empregadas domésticas. Logo, conseguiu estabelecer amizade com as senhoras que trabalhavam na casa e nos dias de folga elas saíam juntas para os bailes nos clubes frequentados pelas empregadas domésticas e por pessoas que pertenciam aos estratos sociais mais baixos, chamado de Clube do Alaor. Esses passeios ao clube é uma das lembranças que faz Celina sorrir com grande entusiasmo.

Foi em um desses bailes que conheceu seu marido, também mineiro. Casou-se com 28 anos, o marido trabalhava como letrista fazendo placas de sinalização. Foram morar na casa do irmão dele durante um período. Como descreve Celina: “não poderia um só morar porque o lote era grande. Vida de sofrimento, hoje estou no céu”. Para construir o barraco, Celina vendeu uma máquina de costura para comprar as primeiras madeiras. Pois, em seus sonhos estava presente a compra de uma casa e uma vida mais confortável.

Conheceu Vicentina por intermédio do marido, conhecido como Chapeu. Sem demora, os casais se tornaram amigos. Selina fez parte do grupo das Dez e descreve esse movimento como agregador das mulheres na Vila Planalto: “saíamos em marcha, chamando as outras mulheres. Tínhamos que lutar pela nossa permanência aqui”. De acordo com Celina, a formação do grupo trouxe boas mudanças.

Não tinha nada para fazer, reunia e fazia os cursos. Fazia pão [...] fizemos uns cursos bonitos. Movimentávamos essa Vila. Éramos mais próximas para fazer as coisas. A vida não era fácil, mas tínhamos a companhia um do outro. Era bom, agora tá parado.

Sua narração e reflexão do movimento enfatizam a ausência de um espaço não apenas físico, mas também significativo para as mulheres, espaço de trocas pessoais e sociais, dinamizador das demandas da Vila Planalto. Assim, o que antes era um ambiente de poucas mulheres em busca de “resolver” os pequenos problemas da Vila, logo se tornou um movimento de luta por moradia.

Não é fácil morar num lugar que você sabe que a qualquer hora podem te tirar. Imagina você com filhos? É uma angústia que não tem tamanho. Muitas famílias viveram dessa forma. Tínhamos que fazer alguma coisa e nos unimos para ficar aqui. Nós formamos essa Vila.

Relembra que depois de alguns anos lutando para a regularização da Vila, os moradores receberam a carta com o nome de cada proprietário da casa no governo Roriz (1988-1990), tal ato fez com que o referido governador se tornasse estimado por muitos moradores e tornasse a Vila uma de suas arenas eleitorais.

Roriz era como um rei aqui. Foi no governo dele que conseguimos receber o documento com o nosso nome. Imagina isso para um povo que vivia com a ameaça de sair do lugar onde mora a qualquer momento? Então, esse homem trouxe a segurança, como não gostar dele?

Celina descreve como um dos melhores momentos de sua vida receber o documento: “quando tive a carta na mão, recebi em meu nome foi uma felicidade, pois sabia que era um passo importante para ficarmos aqui”. O fato é resultado do movimento de resistência que ela foi integrante e que tornou o que era uma área de assentamento em patrimônio do Distrito Federal, em 1988. Atualmente, a Vila é constituída por remanescentes de seis acampamentos: Rabelo, Pacheco Fernandes, DFL, Tamboril, Emulpress, EBE e Acampamento da Nacional.

“É na luta que conseguimos o nosso espaço”: Waldicéia Moraes Teixeira da Silva



Uma mulher de sorriso largo e voz firme, que geralmente utiliza trajes com motivos africanos. Carioca, nascida no dia 07 de março de 1958. É professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), pastora da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Liberdade e Vida, primeira Igreja da Convenção Evangélica das Assembleias de Deus do Distrito Federal e da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB) a ser presidida por uma mulher. Prefere ser identificada como professora e pastora Wal, denominação utilizada entre as pessoas de sua convivência. A referida denominação tem uma justificativa:

No senso comum existe a ideia de que as mulheres das organizações religiosas são alienadas, resignadas, não se posicionam para lutar por seus direitos e no meu caso tenho uma postura totalmente diferenciada, sou ativista do movimento negro, do movimento social de mulheres, do movimento social, do movimento social educacional e do movimento social religioso. Eu coordeno o Coletivo de Mulheres das organizações Religiosas.

Neta de quilombolas, Mercedes e Isidoro, de São José da Serra no Rio de Janeiro. A mãe de Wal casou-se com um homem oriundo de um dos quilombos de Campos do Boi Tacazes – RJ e foram morar na favela do Parque Proletário da Penha no Rio de Janeiro, local onde Waldicéia residiu até os 5 (cinco) anos de idade. Saíram do local por determinação do governador Lacerda, que construiu casas distantes do centro do Rio para transferir os moradores. Todos os moradores, na sua maioria negros e negras, foram transferidos para as casas populares na Vila Kenedy, local sem calçamento, transporte, água e luz. Na Vila, Waldicéia morou até os 21 anos de idade. E foi neste espaço que Wal iniciou suas experiências no Movimento Social Negro, mobilizando-se com outros residentes para denominar as ruas da Vila com os nomes dos

países africanos. Uma conquista, segundo a narradora, do Movimento Social Negro do Rio de Janeiro.

Fundamentada nesses fatos Waldicéia diz: “fui criada em uma família que sempre lutou, resistiu e sempre sobreviveu tanto na sociedade civil como na sociedade eclesiástica para a inclusão dos negros e negras”.

Esses fatos nos levam a dois pontos de análise: a “consciência da negritude” para Wal está vinculada à ancestralidade e a sua condição de classe; segundo a ênfase de quando começou seu engajamento no Movimento Negro. No primeiro, utiliza-se das vivências dos pais e também dos avôs - que lutaram pela inclusão dos negros e negras na nave do templo da Assembléia de São Cristovão – RJ, ou seja, pela autonomia de cada um, escolher o local que gostariam de ficar na igreja -, assim como da percepção de que homens e mulheres negras pobres eram o principal alvo de remoção dos grandes centros urbanos, para sublinhar a sua percepção como mulher negra. Nesta direção, a participação no Movimento Social Negro surge como mais um elemento de fortalecimento de sua identidade.

Em 1979, casou-se com Wilson (também pastor). Chegou a Brasília em 1980, ainda durante o regime militar. “Quando cheguei aqui já tinha uma história do movimento social negro do Rio de Janeiro na sociedade civil. É uma história do movimento social negro dentro da Igreja Assembleia de Deus”. Ela sublinha que a primeira surpresa que teve na cidade diz respeito à “guerra” entre as religiões de matriz africana e as cristãs. Ser cristã evangélica não constituiu para ela um impedimento para conviver de forma respeitosa com mães-de-santo e católicos. Segundo Wal, na rua que morava na Vila Kenedy, existia um terreiro de Candomblé e outro de Umbanda e eles mantinham uma boa convivência. Mercedes - avó de Wal - tinha um quintal em casa e plantava verduras e legumes, na colheita distribuía a todos. De acordo com Wal, muitos espíritas Kardecistas, umbandistas participaram das atividades na Assembléia e em agradecimento sua família também participou de algumas atividades nos centros espíritas. Essas experiências tornaram-se exemplos de que o respeito compõe o principal elemento da vida em comum.

Entretanto, na primeira reunião do Movimento Negro em Brasília, Wal enfrentou obstáculos na reunião ao se identificar como protestante e pastora. Vivenciou o afastamento dos presentes na reunião.

Primeira reunião ninguém sentou porque eu me identifiquei como professora e pastora. É aquilo que te falei, por isso eu faço questão de me identificar assim. Quando chegou a hora de falar eu fui a primeira a me inscrever e fui a

sexta falar porque colocaram um monte de gente na minha frente e deu deixo. Quando chegou na minha vez de falar, eu disse: olha eu queria registrar em primeiro lugar meu repúdio porque a primeira pessoa que levantou a mão aqui fui eu, e vocês colocaram fulano, e eu anotei os nomes das pessoas que iam falando, fulano, cicrano, tudo na minha frente. Nós não estamos brigando por igualdade, que igualdade é essa? Em que a gente tem atitude como essa dentro do próprio movimento social negro?

Tal fato impulsionou Waldiceia a iniciar a luta dentro do movimento negro por um Movimento Social Religioso. Depois de alguns anos conseguiu reunir católicos negros, protestantes, representantes de matriz africana, espírita para formar o Conselho de Negros no Brasil e Distrito Federal. Foi esse movimento que lutou, enquanto movimento social negro, para a criação da SEPPIR-DF. O Conselho foi, portanto, a construção inicial de um diálogo entre os diferentes segmentos religiosos. Em 2010 foi eleita presidente da ANEB nacional, posteriormente também criou no Distrito Federal.

Assim sendo, é em Brasília que vivência, segundo a professora e pastora, as experiências mais desafiadoras. Pois, encontrou na cidade fortes traços de resistência, principalmente a religiosa. Destaca que, essa sua forma de perceber as distintas religiões não é bem recebida por todos no protestantismo e que ela e o marido já sofreram sanções.

Para você ter uma ideia tem igreja que eu chego para ministrar uma vez e não volto mais, porque a minha ministração é de inclusão, de libertação, de restauração. Infelizmente, a maioria dos cristãos são legalistas, religiosos e tradicionais. Sinto muito, essa é a realidade. Eles foram colonizados e suas mentes ainda estão colonizadas.

Outro momento que Waldiceia destaca em suas lembranças é a perda do filho em um acidente dentro de casa. “O meu mais novo faleceu com dois anos e meio em um acidente dentro de casa com a babá. A babá deixou ele riscar o fósforo e pegou fogo no quarto dela e ele foi se abrigar no armário e acabou falecendo”.

As lembranças da professora e pastora oscilam entre os obstáculos enfrentados e movimentos de superação, evidenciando as identidades da mulher negra ativista, da mulher negra mãe, da mulher negra profissional, da mulher negra cristã.

A trajetória de ativismo de Wal também se fez presente na implementação da 10.639/2003 nas escolas públicas do Distrito Federal. Realizou vários projetos nas unidades escolares voltados para a valorização da história da população negra, “um trabalho que não é fácil, porém necessário para a construção de uma sociedade mais justa”.

Um dos fatos que a professora e pastora destaca como uma conquista que realizou em Brasília foi a realização da Conferência Livre de Mulheres Negras das Organizações Religiosas que reuniu diferentes segmentos religiosos para discutir a presença da mulher negra nos movimentos religiosos, assim como deliberar ações de combate a intolerância. Observa-se que as experiências de Wal na cidade são marcadas principalmente pelo contexto de fortalecimento dos movimentos sociais. Em suas lembranças Brasília é construída em comparação a cidade onde nasceu e viveu - RJ-, experiências que são tomadas como referências de sua ação em Brasília.

Waldiceia também analisa o percurso dessa caminhada no Movimento Social Negro.

Hoje nós avançamos bastante, porque essa rejeição inicial que o Movimento Social Negro do DF teve comigo mudou [...] a medida que as pessoas foram me vendo me posicionando nos seminários, nos encontros, dentro da Secretaria de Educação na luta pela inclusão, criação de projetos com os alunos, trabalhando a história e cultura da África na sala de aula, fora da sala de aula[...] elas começaram a ver que tinha alguma coisa diferente. Hoje ainda eu sofro discriminação por ser pastora dentro do Movimento Social Negro, mas eu percebo que geralmente acontece com quem não me conhece, não sabem da minha luta, não sabem da minha história. Quem sabe, das lideranças do Movimento Social Negro do DF, já me tratam de forma diferente.

A professora e pastora agora inicia um novo desafio: está se preparando para assumir a tarefa de disputar as eleições de 2018 como deputada distrital em Brasília pelo Partido dos Trabalhadores.

“Cada dia é um novo passo”: Adna Santos



Também conhecida como Mãe Baiana, em função de suas atividades na espiritualidade como mãe de santo⁸⁰. Baiana, nascida em Novo Mundo, no sertão da Bahia. Filha de pai agricultor, nascido de família africana. A mãe trabalhava em casa e pertencia a uma família de classe social com bons recursos financeiros. A família possuía uma das maiores torrefarias do Brasil, denominada de Rui Barbosa. A diferença social foi o principal obstáculo para a união dos dois. Fato que culminou com a fuga de Terezinha -mãe de Adna- para se casar.

Adna foi criada pela avó Maria Inês até aproximadamente aos oito anos e essa vivência assume um significado importante para a sua vida: “Eu sou hoje o que ela me ensinou. Foi a inspiração para eu sair de Novo Mundo”. Deste modo, sua avó assume um papel fundamental na construção de sua identidade.

Eu sei exatamente onde estão minhas raízes. Se a agente, todos nós negros, tivéssemos acesso às nossas raízes, nossa vida seria diferente. Nossos nomes, sobrenomes, orixás não puderam assumir o lugar em nossas vidas. Nós foi tirado muita coisa, criaram uma falsa identidade.

Uma das lembranças de Adna com a avó diz respeito ao terreiro que ela possuía nos fundos de sua casa. Espaço simples que recebia as pessoas que lhe procuravam. Ainda que não tivesse a compreensão clara do que aquilo representava, já sentia uma forte presença da espiritualidade. Esses momentos foram constituidores das primeiras experiências de Adna com a espiritualidade. O olhar atencioso ao que a avó realizava tornou-se importante para o processo do aprender:

Eu sentia, acompanhava. Eu fui aprendendo com ela o que via. Com as folhas eu já mexia antes de ser do Santo, porque aprendi com ela.
Eu cresci vendo tudo. Eu era a criança que liderava. Chamava todas as crianças nos dias de festas para comer. Se minha avó fosse dormir às 4h da manhã eu fazia o mesmo. De manhã ela ia pilar café e eu estava ali pilando. Era assim, sempre juntas. Minha avó era uma mulher forte e sábia.

Entretanto, depois de viver anos em um ambiente de violência provocado pelo pai, que tinha ciúmes excessivos de Terezinha – mãe de Adna – e não aceitava o fato de um dos filhos ser homossexual, Terezinha e os filhos fugiram de casa para Feira de Santana-BA.

Ao chegarem a Feira de Santana, dormiram na rua em cima de uma lona até a mãe conseguir um lugar para morar. Adna, então começou a trabalhar vendendo os

⁸⁰ Forma como Adna gosta de ser chamada.

produtos de costura da mãe. Aos 10 anos, iniciou o trabalho como doméstica na casa de uma família cuidando de duas crianças gêmeas. Ela descreve a experiência da seguinte forma: “Era uma criança tomando conta de duas crianças”. Entretanto, ficou apenas três meses nesta residência, pois começou a ser assediada pelo filho da outra empregada.

Este fato demonstra como essa atividade é herdeira história do patriarcalismo, da servidão e da escravatura, cooptando meninas, geralmente do interior, para o trabalho doméstico em troca de comida e moradia. Reflexo, segundo bell hooks (1995), da atuação do sexismo e do racismo como propagadores de uma iconografia de representação negra que (re) produz na consciência cultural coletiva a ideia de que a mulher negra pobre está na sociedade para servir aos outros.

Alex Ratts (2003, p. 4) ao refletir a respeito da questão expõe:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecidor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina tal como instituída pela cultura hegemônica.

É desta forma que Adna vive até obter emprego numa fábrica artesanal de sapatos onde aprendeu a costurar a mão os sapatos e depois a máquina, tornando-se como ela chama de “costureira de couro”. Como precisava ajudar a mãe para garantir o sustento da família, estudou até o 5º ano do ensino fundamental.

Adna sublinha que a vida lhe ensinou a importância da palavra na história de homem e de uma mulher.

O que mais preservo na minha vida é a palavra. Se eu der minha palavra, pode contar que farei do jeito que disser, independente de qualquer coisa. Para a honra. Palavra tem força, muita força astral. Nossa cultura ancestral é oral, para o nosso povo a oralidade sempre foi mais forte. Ainda que assine um contrato, minha palavra é mais forte.

Chegou a Brasília em 1982 e foi morar em Valparaíso-GO. Abriu um bar e neste espaço que teve a possibilidade de fazer muitas amizades. Em 1987, “fez o Santo”⁸¹ e

⁸¹ Ritual de iniciação do Candomblé.

em 1989 começou a sentir mais forte a presença de Iansã para trabalhar na espiritualidade.

No ano 1988, “nasceu” como ela mesma diz: “a Adna Santos militante”. Após participar de um ato contra a Intolerância Religiosa no Salão Verde da Câmara dos Deputados em Brasília e conhecer de forma mais presente o Movimento Negro Unificado e lideranças como Jacira e Graça do Nzinga, decidiu participar do movimento: “foi a partir dá que comecei a entender meu lugar no mundo. Eu vim conhecer minha história em Brasília”.

Brasília é, portanto, o cenário do processo de enegrecer de Adna. Pois segundo Lélia Gonzalez (in RATTIS e RIOS, 2010, p. 16), não se nasce negro, torna-se: “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista”. Complementando essa concepção Mara Fernanda Chiari Pires (2010, p. 4), descreve:

Reconhecer-se como mulher negra é se saber herdeira de um legado deixado por outras mulheres, que na cor da pele imprimiram sua insubordinação ao jugo, à intimidação, ao sofrimento, em um processo que reafirma, corajosamente, sua opção pela vida em liberdade. Ser mulher e negra é viver um processo de construção identitária que rompe com tendências naturalizantes, essencializantes e racializantes. Ao mesmo tempo, é escapar dos múltiplos e difusos elementos que determinam uma “performance cultural” estigmatizante, que, assimila a mulher negra a uma “lógica de mercado” e a um espaço restrito que a reduz e desqualifica (PIRES, 2010, p.4)

Neste processo, Adna estabelece um percurso em Brasília de realização pessoal, tanto no campo da espiritualidade quanto na militância política. Em 2007, levantou o terreiro *Ilê Axé OyáBagan*, na época dividia seu tempo entre as atividades de direção do hospital em Valparaíso-GO e o terreiro. Ao final de 2004, mudou-se para o Paranoá e na chácara constituiu a nova sede do *Ilê Axé OyáBagan*. A respeito de sua história na espiritualidade, Adna diz: “ser mãe de santo é muito difícil. Por isso que tem que ter um chamado. De fora você acha que dá conta, mas de dentro é que você vê o tamanho do desafio”.

Mulher, negra, nordestina, migrante, mãe de santo, militante do movimento negro não se calou diante dos entraves que lhe foram impostos. Assim, em 2007 quando seu terreiro foi derrubado por ser considerado irregular pelo governo do Distrito Federal, Adna se juntou a mãe de santo Vera, que também teve seu centro demolido, para organizar um movimento na Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília, onde hoje é uma das principais lideranças da diretoria. Organizaram seminários e encontros para discutir a regularização. Em um desses encontros Leonardo Bandarra,

representante do Ministério Público, a chamou e disse: “volte”. Eu e mãe Vera, respondemos: como? e ele falou: coloquem uma lona, levem suas coisas para lá”. Mãe Baiana e Mãe Vera seguiram a orientação e começaram a organizar aos poucos seus respectivos centros.

Foi um dos momentos mais difíceis ver o meu centro queimado de forma criminosa. Porque foi isso que aconteceu.
A intolerância leva os outros a destruir as coisas, não só materiais, mas também sonhos. Ele era um espaço de conquista, minha e de outras pessoas.

A mobilização em diferentes movimentos fez Mãe Baiana torna-se cada vez mais conhecida, assim em pouco tempo foi convidada para participar do Renafro (Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde). Posteriormente, também assumiu a incumbência de estar à frente com Veridiano da SEPPPIR-DF.

Observa-se que as memórias de Adna sobre Brasília estão entrelaçadas entre passado e presente, assinalados por movimentos de resistência que se fizeram cotidianamente. São lembranças que nos reportam as ideias de Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro no que diz respeito a “ser e estar no mundo como negro” é pertencer a um grupo que foi silenciado e esquecido pela história oficial brasileira. Um exemplo desse fato está descrito no poema “Ressurgir das cinzas” de Esmeralda Ribeiro⁸²:

Ressurgir das cinzas⁸³

Sou forte, sou guerreira,
Tenho nas veias sangue de ancestrais.
Levo a vida num ritmo de poema-canção,

Mesmo que haja versos assimétricos,
Mesmo que rabisquem, às vezes,
A poesia do meu ser,
Mesmo assim, tenho este mantra em meu coração:
“Nunca me verás caída ao chão.”
[...]

Sou guerreira como Luiza Mahin,
Sou inteligente como Lélia Gonzáles,
Sou entusiasta como Carolina Maria de Jesus,
Sou contemporânea como Firmina dos Reis
Sou herança de tantas outras ancestrais.
E, com isso, despertem ciúmes daqui e de lá,
mesmo com seus falsos poderes tentem me aniquilar,
mesmo que aos pés de Ogum coloquem espada da injustiça
mesmo assim tenho este mantra em meu coração:
“Nunca me verás caída ao chão.”

⁸² Jornalista, escritora e pesquisadora da literatura afro-brasileira.

⁸³ O poema é constituído por seis estrofes. Na descrição acima, transcrevi a primeira e a terceira estrofe.

(Ribeiro 2004: 63)

Neste poema temos o movimento da memória revelado no resgate das vozes femininas que foram invisibilizadas, a consciência da ancestralidade, a valorização da história das mulheres negras em diferentes campos, e em especial na escrita, ressignificando contextos nos quais estavam inseridas. Ao eleger mulheres como Luiza Mahim – líder da Revolta dos Malês -; Firmina dos Reis – escritora e jornalista -; Carolina de Jesus – escritora de obras literárias -; Lélia González – antropóloga brasileira, Ribeiro (2004) idealiza uma linhagem de construção de uma identidade afro-brasileira ao mesmo tempo que tematiza a memória, seja individual ou coletiva.

É, portanto, uma luta diária, um “Ressurgir das cinzas” viver uma história como de Adna marcada pelo machismo, racismo, sexismo e transformar esse obstáculos em força disparadora para a emancipação.

Atualmente, Adna trabalha com afinco na reconstrução de seu terreiro que sofreu um atentado, em 27 de novembro de 2015, quando foi incendiado. A reinauguração aconteceu em 5 de outubro de 2016, mas segundo Baiana “ainda há muito coisa que deve ser feita”. Também atua como coordenadora da Divisão de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro na Fundação Cultural Palmares (FCP) e destaca que esse ano conseguiu realizar um sonho antigo de militância.

É algo que busco há muito tempo. Finalmente, vamos entregar o mapeamento dos terreiros de Brasília, uma parceria com a Fundação Cultural Palmares, onde trabalho como coordenadora e a Universidade de Brasília. Uma conquista que não é só minha, mas de todo o movimento negro. Um direito de todas as Casas de Axé, de todos os povos de matriz africana.

No primeiro semestre de 2018, outro desejo de mãe Baiana foi concretizado: o lançamento do livro autobiográfico denominado de “Chão e Paz”. O livro como ela diz é resultado de “um movimento de luta, de resistência”.

Essas narrativas organizam memórias permeadas por muitos aspectos que no capítulo seguinte serão tematizadas de acordo com as experiências aqui expostas.

CAPÍTULO 4

PERCURSOS DA MEMÓRIA

Neste momento, iremos apresentar uma reflexão das narrativas das mulheres quilombolas e migrantes que vivenciaram distintas experiências no processo de construção e consolidação da cidade. Essa análise será apresentada nas seguintes temáticas:

- a) Memórias e resistências nas narrativas das quilombolas Mesquita
- b) Gênero, raça e classe
- c) Táticas de resistência e cidade
- d) Raça, religiosidade e cidade

Memórias e resistências nas narrativas das quilombolas Mesquita

Os relatos de Joana e Nadir nos remetem primeiramente a uma reflexão acerca da formação dos primeiros grupos sociais no Centro-oeste. A este respeito, nos reportamos ao trabalho de Carrari (2014), intitulado *Reflexões sobre a presença negra na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga – DF* que apresenta uma análise da exposição permanente do Museu da Memória Candanga, localizada na região administrativa do Núcleo Bandeirante - DF. A exposição data de 1990 e a proposta do autor é refletir sobre como os distintos objetos do acervo colocados no trabalho dialogam entre si e se a exposição atinge os seus objetivos. A análise expõe que uma das lacunas da exposição consiste em não apresentar o que havia no Planalto Central antes da construção da capital federal. Pois,

sabe-se que essa região não era um grande vazio populacional, uma vez que durante o período de colonização e também durante o período monárquico houve expedições que buscaram reconhecer o dito sertão do Brasil e há relatos de habitação dos “sertanejos”. Com o período da mineração, Goiás teve seu início de ocupação de forma mais intensa, mas com o ciclo do ouro goiano não foi longo, logo a atividade econômica foi substituída pela criação de gado, que se deslocava para Minas Gerais e São Paulo (CAMPOS, 1988). Com a atividade econômica agropecuária, sabe-se que existia a relação de trabalho baseada em escravos e senhores, onde se utilizava de mão-de-obra escrava para a lavoura, criação de gado e serviços domésticos (CARRARI, 2014, p. 47).

A citação contrapõe-se à ideia de vazio populacional na região, expondo de forma clara as primeiras formas de organização socioeconômica. Cabe sublinhar que a região onde hoje se encontra o Distrito Federal era designada à caça e à agricultura de subsistência de etnias indígenas pertencentes ao grupo Macro-Jê⁸⁴. Posteriormente, os portugueses ocuparam a região dos estados de Minas e Goiás. Com o declínio do comércio do açúcar, Portugal alargou seu empenho pela exploração do ouro, minério descoberto em grande quantidade nessas regiões. Em 1730 surgiram os povoados do Arraial da Sant'Ana (Cidade de Goiás) e o Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis) (BRASIL, 2011).

No que tange à presença dos colonizadores em Santa Luzia, atual Luziânia (município ao qual pertencia o Quilombo Mesquita), sua fundação ocorreu em 1746, com a chegada do bandeirante Antonio de Azevedo. Todavia, os componentes do grupo de Azevedo não foram os pioneiros do lugar pois, quando se instalaram, já havia sido estabelecido o Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis). Apesar disso, é fato que o Arraial de Santa Luzia se tornou conhecido em todo o Brasil e em Portugal devido a descoberta das minas de ouro.

Sua dimensão populacional foi referida em um censo de 1763 que apurou a presença de 16.529 pessoas. Dessas, 12.984 eram cativas e apenas 3.545 eram livres (BRASIL, 2011). Entre os “livres” figuravam também escravizados. Essa expressiva população, à época, era constituída por mais de três terços de negros (NERES, 2016, p.24-25)

A presença da família portuguesa Mesquita no município de Luziânia, e por conseguinte no Quilombo Mesquita, deve-se, em especial, aos bandeirantes.

De acordo com o Relatório Antropológico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2011, os escravizados de Goiás procediam de Santos, Rio de Janeiro e Salvador, sendo que na região de Luziânia prevaleceram as etnias Bantu, originários de Angola, Congo e Moçambique. No que diz respeito à presença dos colonizadores em Santa Luzia, atual Luziânia (município ao qual pertencia o quilombo Mesquita), Neres (2016) destaca a presença da família portuguesa Mesquita nos municípios de Ipameri e Pirenópolis, situados próximos a Luziânia. Complementado essa informação, Paulo Betran (2011) expõe que José Correa Mesquita foi um dos pioneiros a mudar do município de Ipameri, e fixar-se em Pirenópolis (povoado chamado no período em questão de Meia Ponte), fato que sugere que esse Mesquita foi o antigo proprietário e conseqüentemente o concessor de terras às três

⁸⁴ No grupo Macro-Jê, os indígenas subdividiam-se em: Kaiapó, no Vale do Corumbá, ao Sul; os Akroá ou Acwa, ao Norte; os Xavante, Xerente e Xakriabá.

mulheres negras forras que fixaram sua morada nas terras que foram denominada de Mesquita.

Segundo Neres (2016), é possível determinar no Quilombo Mesquita quatro troncos familiares que formam a ancestralidade africana: Pereira Braga, Pereira Dutra, Texeira Magalhães e Lisboa da Costa. Todos como sobrenomes possuem origem portuguesa, fato que encontra consonância no mito fundador do quilombo Mesquita.

A terra é outro aspecto que merece atenção. O significado da terra para os quilombolas é resultante das condições históricas da forma de ocupação que ocorreu a partir da doação de terras, pelo antigo proprietário, João Manoel Mesquita, aos escravos que ali trabalhavam.

Ivanise Rodrigues dos Santos (2010), utilizando-se das teorias do campesinato (WOORTMANN) e comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2002), desenvolve uma reflexão a respeito das categorias família, trabalho e terra a partir da produção do marmelo no Mesquita, que cabe trazer neste momento para a tela de discussão.

Neste contexto, a terra é considerada um patrimônio, ou “a forma pela qual podemos pensar uma comunidade negra enquanto uma unidade produtiva” (ALMEIDA, 2002, p. 50). Esta concepção de uma territorialidade negra e camponesa transformou-se em um instrumento definidor do pertencimento ou não dos membros da comunidade. Deste modo, a territorialidade negra é fundamentada em fronteiras étnicas que são demarcadas por processos de exclusão e inclusão que utilizam o parentesco para abalizar aqueles indivíduos de dentro e de fora na Mesquita. A demarcação dessas fronteiras compõe as regras de transferência das terras. Mas essas regras também perpassam pela negritude, uma vez que os negros nascidos em outros espaços territoriais foram considerados de dentro, ao passo que os não negros que realizaram o matrimônio com os membros da comunidade não o são. Seguindo esta perspectiva, a terra na Mesquita, assim como em outras comunidades negras, é

Particularizada por fornecer ao grupo que dela usufrui mecanismos próprios de identificação. É também espaço de atuação individual, familiar e coletivo. Pressupõe uma tradição histórica e cultural partilhada por grupos de descendência comum, centrada no parentesco (BRASILEIRO e SAMPAIO, 2002, p. 85-86).

A relação entre terra e família mesquitense constitui um importante elemento para compreendermos sua organização no território. A família emerge como condição

fundamental para a organização produtiva e a reprodução desta estrutura é apreendida no processo de socialização das crianças. Conforme os depoimentos de Joana e Nadir, desde muito cedo as crianças aprendem a lidar com a terra e dos produtos dela originados. Esse conhecimento agrega-se ao conjunto de normas e valores locais da socialização que as crianças recebem. Ao levarem as crianças para ao trabalho no roçado, plantação, dentre outros, os pais tinham a finalidade não apenas de aumentar o número de braços para o trabalho a ser executado, mas também o empenho de ensinar o valor daquele aprendizado. Assim sendo, quando adultas, aquelas crianças reproduziriam o saber-fazer.

Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber “técnico que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia d grupo doméstico. Exerce-se o poder porque se detém o saber [...] O saber “técnico” é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutural social (WOORTMANN, 1997, p.12).

Neste aprendizado, temos um conjunto de saberes que são sublinhados nos depoimentos dos mesquitenses: o respeito aos pais e às tradições locais, o conhecimento da terra e dos elementos que dela provém. Joana é um exemplo de como esse aprendizado está presente em sua história de vida, seja pela obediência aos pais para casar-se cedo ou pelo saber construído a respeito das ervas medicinais.

A relação entre a sabedoria popular e a identidade de gênero feminina é outro aspecto que também merece ser destacado. Pois as mulheres eram responsáveis pelo cultivo e preparo das plantas medicinais, aprendizado diário que se somava às atividades de organização da alimentação e cuidados com as crianças. Assim, quando algum membro da família estava enfermo, as mulheres preparavam os chás, unguentos, lambedores.

No caso de Joana, podemos dizer que houve um aprofundamento deste conhecimento, uma vez que ela é considerada no Mesquita uma referência no que tange ao uso das plantas. Joana possui o respeito e a gratidão das pessoas pelas atividades desenvolvidas com as ervas e também porque difunde os valores culturais referente ao seu uso. Uma prática importante em uma realidade onde poucos possuem recursos financeiros para pagar uma consulta médica.

Ser uma mulher erveira, benzedeira, curadora em uma comunidade também atribui *status* de poder perante as outras pessoas. É um prestígio que ofusca a presença masculina nas narrativas orais. O respeito dos membros da comunidade é fundamentado

no saber e na prática do “dom” curativo e na sua própria história de vida. Deste modo, o domínio sobre o universo da natureza e também do sobrenatural são elementos que aliados a outras experiências constituem a história de resistência da quilombola Joana.

Podemos pensar neste momento na concepção de empoderamento em uma perspectiva feminista como a descrita por Sardenberg (2006, p. 12), como um “processo de conquista da autonomia, da autodeterminação”, ou seja, “de um instrumento/meio e um fim em si próprio”. No contexto latino-americano, o principal objetivo consiste na desestruturação da ordem patriarcal que ampara a opressão de gênero, assim como o controle do próprio corpo e da vida.

Um dos exemplos do fluxo auto reflexivo de Joana manifesta-se ao dizer que se casou porque devia seguir as orientações da mãe e que não havia outro caminho naquele momento. Entretanto, compreende hoje que não deveria ser dessa forma e que cada pessoa precisa ter o poder de escolha, principalmente em suas relações afetivas. E foi essa reflexão que a fez decidir-se pela separação do marido para seguir sua vida com os filhos e filhas. As ações de Joana nos levam a pensar na perspectiva de empoderamento trazida por Naila Kabeer (1999), que expõe o processo de construção de escolhas estratégicas para a vida do sujeito, possibilidades antes negadas, proibidas. Em outras palavras, a ideia de poder como a capacidade de fazer escolhas, possuir alternativas, relacionando-se assim a uma certa concepção de ação, de agência. Essa possibilidade em uma perspectiva mais ampla é amparada em três dimensões interrelacionadas: Recursos - materiais e sociais e são pré-condições para a construção dessa possibilidade; Agência – diz respeito à capacidade da pessoa definir suas escolhas e lutar por esse objetivo – processo em si; e Realizações (os resultados).

O ato da dissolução do casamento surge como um elemento libertador na narrativa de Joana, manifestando-se na ideia de controle da própria vida. Uma das razões que podemos pensar nesse contexto é que o casamento heterossexual, como instituição, ainda privilegia os homens, o que faz com que muitas mulheres não se sintam felizes com essa união. Vale lembrar que ainda hoje ser uma mulher separada do marido não é algo percebido de forma positiva por muitas pessoas, gerando assim comentários preconceituosos. Joana consegue ressignificar o ato, não apenas para si, mas também para comunidade Mesquita, evidenciando sua autoestima, consciência das desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres, capacidade de gerar renda de forma independente. Aliado a esses aspectos, Joana também é a representante na comunidade de uma religião afro-brasileira, a umbanda. Observamos em sua história

como o processo de empoderamento vai se constituindo nas relações provocando uma mudança de postura das pessoas em relação à religião e aos espaços sociais que as mulheres negras podem ocupar.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

(COSTA, 2012, p. 9)

E assim, a parteira e erveira do Mesquita segue caminhos no âmbito do trabalho que ultrapassam o quilombo quando, por exemplo, começa a trabalhar nos primeiros anos da construção de Brasília lavando roupas para os peões ou vendendo verduras e frangos. A história de Joana lembra as narrativas evaristianas que apresentam mulheres independentes que buscam ultrapassar os obstáculos da vida sem atrelar-se à companhia de um homem.

Nesse movimento, percebemos as práticas de vida cotidiana de Joana integrar-se em um processo que retira a mulher do contexto de segundo plano na história do Mesquita e conseqüentemente na formação da capital federal. Temos a ruptura do silêncio, que por muitos anos obstruiu o reconhecimento da participação das mulheres negras em contextos diferenciados na história de Brasília. A respeito do silêncio, Silva (2007, p. 88) diz:

[...] na mesma intensidade que a ideologia, o silêncio também tem matizes, também tem dimensões. Igualmente, o silêncio manifesta-se de formas diferenciadas, e a forma de silêncio que mais interessa é aquela ligada à sua dimensão política, isto é, a dimensão do silenciamento porque esta é a que melhor dá sentido à minha proposta crítica. É nessa dimensão que se encontra

toda a problemática de —cercear a palavra, de —tirar a palavra, de —conduzir a palavra, a partir dos atos de obrigar a dizer, de fazer calar, da interdição de dizer, enfim, de silenciar ambígua e intencionalmente.

A difusão do conhecimento entre as diversas gerações no Mesquita também apresenta outro ponto importante: a relação entre oralidade e memória para a tradição africana. Os escritos de Conceição Evaristo expõem o valor das narrativas para os povos de tradição oral africana, ao proferir os seguintes versos:

(...) eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e

sangue. Não, eu não esqueço essas senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias.
(Olhos d'água, p. 15 -19, 2014)

A memória e a história dos ancestrais também se fazem presentes nas narrativas de Nadir e Joana em alguns momentos pelas histórias que as mães contavam, em outros pelas práticas de religiosidade. E, assim, as vozes ancestrais silenciadas durante séculos de exclusão se tornam audíveis não apenas para os membros da comunidade, mas para todos que tem acesso aos escritos que versam sobre a história do quilombo Mesquita.

Santos (2010) ao investigar a constituição de Mesquita apresentam sua história a partir da produção da marmelada, dividindo-a em dois momentos: primeiro o doce é mostrado como afirmação e resistência dos quilombolas. Posteriormente, o movimento de ascensão e queda do marmelo e no século XXI a retomada da marmelada como símbolo identitário da Mesquita e instrumento de luta pelo território quilombola.

Nos relatos de Joana e Nadir a marmelada surge em um contexto no qual os mesquitenses sobreviviam da terra utilizando a marmelada, a farinha de mandioca, o feijão, dentre outros produtos do roçado, como instrumentos comercializáveis para o sustento dos membros do Mesquita. A marmelada é considerada na comunidade a comprovação de uma ancestralidade dos negros que foram escravizados e remonta os tempos do Brasil Colônia.

De acordo com Benedito de Araujo Melo (2000), os registros do primeiro pé de marmelo assentado no município de Santa Luzia foram por volta de 1770, na fazenda Engenho da Palma, próximo à região onde posteriormente se construiria o povoado Mesquita. Contudo, Santos (2012, p.18) aponta que as lembranças mais antigas dos moradores em relação às extensas plantações dizem respeito ao período durante o qual Aleixo Pereira Braga possuía a maior plantação de marmelo da Fazenda Mesquita e empregava outros mesquitenses, todos membros da família. Uma relação de trabalho permanente na qual os empregados recebiam o dinheiro e também animais, como o porco, pelos serviços prestados.

Os mutirões aconteciam nos períodos de poda do marmelo ou de capina do roçado. Eles constituem uma das formas de construção e reprodução dos laços de solidariedade entre as famílias Mesquita.

Os relatos de Nadir e Joana evidenciam a importância do marmelo na economia do quilombo e também como elemento integrador dos membros da comunidade. Nadir, em suas lembranças, expõe os momentos de produção intensa da marmelada - doce

cristalizado feito do marmelo - no qual a comunidade se reunia para organizar a produção e muitas vezes chamavam pessoas de “fora” do quilombo para produzirem as caixas que seriam armazenadas o doce. Foi em uma dessas atividades que conheceu seu marido.

A marmelada produzida no Mesquita, assim como a farinha de mandioca, a rapadura, dentre outros produtos, era vendida em uma feira em Santa Luzia. A respeito da comercialização da marmelada e sua importância enquanto produto de troca, Santos (2012, p. 18) expõe que:

A feira também é um importante espaço de realização do produtor, e decorrem dela relações comerciais importantes para a manutenção não somente da unidade familiar em si, como também do próprio valor que esta carrega na estrutura social da comunidade negra rural.

Com a migração dos operários para trabalhar no empreendimento em Brasília, Mesquita começa a vender a produção excedente. A racionalidade desenvolvimentista e capitalista ocasionou mudanças na relação de trabalho em Mesquita e conseqüentemente no meio ambiente e na forma de produção artesanal (RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO, 2011). Assim sendo, algumas mulheres eram responsáveis pelas hortas, enquanto os homens organizavam o transporte dos alimentos até os núcleos de obras. Outras cuidavam da preparação das refeições, lavavam roupas para os operários.

Fundamentando-se no depoimento do quilombola Sinfrônio Lisboa da Costa, Souza (2012) destaca o papel estratégico do espaço do Mesquita em relação à construção da capital. Por muitas vezes Sifrônio Costa hospedou Kubitscheck e o engenheiro Bernardo Sayão em sua casa. Segundo ele, os dois consideravam o quilombo um ponto estratégico, uma vez que “era o mais próximo de onde foi feito o Marco Zero⁸⁵ e também das obras da estrada de ferro que hoje atravessa a região” (SOUZA, 2012, p. 30).

A partir de 1960 e 1970, temos a inclusão de grandes investimentos que trazem mais uma vez para o cenário a mineração entre as atividades relevantes do Estado. Com o surgimento das novas tecnologias de plantio para o cerrado e expansão da agroindústria, temos o crescimento dos investidores e fazendeiros das regiões mais próximas. Neste contexto, as práticas tradicionais foram sugadas pelas práticas

⁸⁵ **Marco zero de Brasília** - nome atribuído ao cruzamento dos eixos Rodoviário e Monumental. Também como Marco Zero identifica-se a foto aérea dos eixos que se cruzam no planalto ainda coberto de vegetação e que se tornou um ícone do início da construção de Brasília.

produtivas que se estabeleciam e Mesquita não fica alheio a esse processo. Atrélada a essas mudanças, a plantação de marmelo também é atacada com doenças causadas por bactérias e fungos. Destarte, o trabalho que antes era pago com alimentos, passa a ser interposto por dinheiro e muitos quilombolas iniciam neste novo sistema de trabalho, sem perceber os impactos que essa prática promoveria na comunidade. Um dos principais impactos dessas mudanças foi o declínio da produção do marmelo.

Assim para dar suporte à construção de Brasília, necessitou-se da mão-de-obra, de produtos, de uso do território... A cidade demanda oferecendo dinheiro em troca dos serviços e dos produtos. Este processo iniciou uma série de mudanças que reinseriu a comunidade em uma nova ordem econômica. Diga-se de antemão que o acesso e a possibilidade de integração com a sociedade envolvente para um grupo que vivia até então semi-isolado com estigma da escravidão, eram elementos dotados de um capital simbólico que por si já respondiam expectativas de melhorias para a comunidade.

[...] consegue-se mobilizar uma massa de mão-de-obra que, em condições anteriores, estaria em uma atividade produtiva tradicional.
(RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO, 2011, pp. 120-121).

E assim muitos quilombolas começam a desenvolver atividades laborais de forma mais intensiva como ajudantes na construção, cozinhas, empregadas domésticas. Entretanto, da mesma forma súbita que o capital adentrou na comunidade, ele se retirou ou reduziu sua presença após exaurir os recursos que lhe interessavam, deixando como lastro a dependência na troca mediada por dinheiro. Um impacto social e territorial em uma comunidade antes sustentável em sua subsistência e que retorna ao aprisionamento do sistema capitalista. Destarte, “a eficácia simbólica da chegada do progresso esconde em sua forma de entrada o reordenamento dos grupos menos favorecidos” (RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO, 2011, p.121).

Cabe destacar que com a intensa migração para o Centro-Oeste, a terra do Mesquita torna-se alvo de negociação, que se utilizava, segundo a perspectiva dos mesquitenses exposta no Relatório Antropológico (2011), nos seguintes aspectos: a) permissão de uso-prática comum intra-familiar, assentimento que não se perde o território. Contudo, o que acontecia era o comércio sobre a terra; b) negociações desproporcionais que versavam sobre tratamentos odontológicos e demais serviços de saúde e advocatícios.

Essas questões no cenário de expansão da urbanização alcançaram proporções gigantescas e prejudiciais aos mesquitenses, visto que algumas famílias venderam suas terras por preços baixos para mudar-se para Luziânia. Essas vendas trouxeram como

consequências: a entrada de pessoas de outras localidades para viver no povoado, terras parceladas, ocupação de áreas além do limite acordado.

Fatos que ao longo dos anos foram se desdobrando na edificação de condomínios que ocupam parte das terras da Mesquita, casos de roubos e furtos, além do acentuado processo de desmatamento na área e contaminação pelo aterro sanitário de uma das principais nascentes de água.

É inegável também que a construção da Cidade Ocidental-GO, estabelecida em 1976, tenha interferido no cotidiano do Mesquita. Pois, houve um forte movimento imobiliário na região, surgindo bairros bem próximos ao quilombo, tais como, o Jardim ABC e o Condomínio Dom Bosco, localizados a menos de 5 (cinco) quilômetros do seu centro.

Na comunidade há uma escola, Aleixo Pereira Braga, um posto de saúde, uma igreja erguida pelos quilombolas, a sede da Associação AREME, um pequeno comércio local e alguns bares. Na época do Relatório antropológico os quilombolas possuíam sob sua posse 345 casas.

Atualmente são as mulheres quem lideram as principais ações que buscam trazer melhorias para a comunidade. Sandra Braga e a irmã Célia Braga estão à frente deste movimento. Em 2018, as ações têm como foco a Resolução de 17 de maio do Conselho Diretor do INCRA que aprovou um requerimento apresentado por uma associação de moradores que declara como território do Mesquita somente o espaço onde vivem os remanescentes de quilombolas e uma área de vegetação, hidrografia e sistema viário de 971,4 hectares, ou seja, uma redução expressiva da área que hoje é de 4,2 mil hectares (determinada após estudo técnico e antropológico da Fundação Cultural Palmares).

Observa-se nas narrativas de Joana e Nadir experiências pessoais e coletivas contextualizadas à construção de Brasília, algumas enfatizando as oportunidades de comercialização dos produtos e conseqüentemente o aumento da renda, as relações estabelecidas com os trabalhadores da construção civil e demais migrantes, outras o crescimento e a pressão dos investidores pelas terras do Mesquita, dentre outros aspectos. São lembranças que ressaltam as experiências de mulheres que já habitavam essas terras vivendo em um contexto diferenciado em termos espaciais, culturais e identitários das mulheres migrantes que veremos a seguir.

Gênero, classe e raça

Os relatos de Anna e Lydia nos proporcionam reflexões a respeito da história construídas por essas mulheres em um contexto marcado para homens e mulheres não negros se destacarem. Entretanto, as duas apresentam narrativas que se contrapõem a esse movimento, conquistando juntas e também separadas de seus companheiros espaços de voz para a mulher negra.

Anna, ao relatar decepções e alegrias, rememora ações permeadas por conflitos que tem como substrato a classe social (evidenciada nos espaços em que morou), gênero (demonstradas pela postura do marido em não aceitar o trabalho fora de casa) e raça (percepções de como o racismo se manifesta em nossa sociedade). Isto demonstra como os espaços privados e públicos são experienciados de formas distintas e desiguais por homens e mulheres. Observa-se que ser mulher negra, pobre e com pouca escolaridade são marcadores sociais que operam para que determinados grupos fiquem mais sujeitos a desigualdades e hierarquias do que outros.

As situações de preconceito vivenciadas pelo filho ou ainda a concepção de Anna de que em certos lugares, dependendo da condição econômica do homem ou da mulher negra, esse racismo se mostra mais ou menos evidente, demonstra as sutilezas do racismo que vivemos no Brasil, ou como diria Ratts (2018, p.26), “se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos”. A esse respeito, Beatriz Nascimento (1982: 96) expõe:

Observando bem, a gente chega numa conclusão que vive numa sociedade dupla ou tripla. Na medida em que ela impõe na sua cabeça que é uma sociedade branca, que o seu comportamento tem que ser padronizado segundo os ditames brancos, você como preto se anula, passa a viver uma outra vida, flutua sem uma base onde possa pousar, sem referência e sem parâmetro do que deveria ser a sua forma peculiar.

Essa ambiguidade presente em nossa sociedade é uma experiência que o sujeito negro, segundo a autora, vivencia desde a sua infância.

Esse processo costuma ser longo e insidioso e começa já na escola primária. Lá em Sergipe, para citar um fato concreto. Eu estudava numa escola que era num terreno arrendado de minha avó, era em frente à casa dela; pois bem, eu muitas vezes inventava um dor de barriga e fugia, sabe por quê? Porque tinha pouquíssimas crianças negras, iguais a mim na escola. E esse fenômeno acontece comigo até hoje. Eu me sinto mal, me dá uma sensação de isolamento quando eu estou num grupo onde não têm muitos pretos. (Idem, 197).

O relato de Beatriz Nascimento encontra voz na vivência do filho de Anna, que também se sentia sozinho em uma escola predominantemente de crianças não negras no Plano Piloto. Exemplos que são identificados em muitas crianças pelo Brasil e que evidenciam mecanismos de racismo e exclusão.

Neste contexto, cabe trazer as narrativas de Francisca que viveu nas chamadas “invasões” no Núcleo Bandeirante, espaço facilmente identificados na paisagem da cidade, pois os barracos eram construídos com sacos, papelão e restos de material de construção adquiridos em obras. Um lugar que desvirtuada da imagem de desenvolvimento e progresso que a nova capital difundia.

Destarte, ela também vivenciou o período conhecido como “erradicação das favelas” (1971-1972), que retirou os moradores mais pobres da Cidade Livre - Núcleo Bandeirante para alocarem em um lugar sem infraestrutura e que se tornaria a Região Administrativa da Ceilândia. Francisca é uma das mulheres, entre tantas outras, que demonstra a condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre e integrante das configurações sócio espaciais segmentadas e segregadas das grandes cidades.

Sua história traz como ponto de reflexão as vivências afetivo-sexuais. Nos primeiros anos que chegou a Brasília, Francisca viveu a perda do marido, a dedicação total aos filhos e um período de grande solidão. A solidão descrita refere-se à ausência de um companheiro, de alguém que compartilhe não apenas as despesas, mas esteja ao seu lado para dialogar, dividir a responsabilidade dos cuidados com os filhos. É a externalização e angústia de suas dores como mulher negra e pobre.

Os relatos de Francisca nos reportam aos escritos de Conceição Evaristo em *Becos da Memória*, narrativa que apresenta Dora, uma das personagens da história, problematizando as questões de gênero em torno do que é ser mulher negra e as dinâmicas que compreendem o processo de maternidade, descrevendo essa vivência como algo distante de um recanto de extrema felicidade, visto que “Filho quase sempre vem sem querer. E a mulher sempre carrega tudo. Carrega a barriga e as dificuldades” (EVARISTO, 2013, p. 132). Complementando essa reflexão, Figueiredo (2009, p. 157-158) expõe:

Mulheres subalternizadas, discriminadas em razão da etnia, da classe social, do gênero, elas sofrem todo tipo de desprezo da sociedade, mas resistem cuidando sozinhas de sua prole, porque seus homens morrem ou desaparecem. Forçadas a viver numa sociedade que as ignora ou descarta,

elas não conseguem se inserir de maneira adequada, tornam-se migrantes, tentando sobreviver, em condições miseráveis.

E foi sozinha que Francisca cuidou dos filhos, apagando muitas vezes seus sentimentos como mulher, pois tinha como objetivo central dar aos filhos uma casa, que passa a ter como significação o abrigo, o aconchego, o lar.

Observa-se que quando retoma seus relacionamentos afetivos, vive um conflito de estar ou não prostituindo seu corpo, em função de não conseguir estabelecer vínculos mais duradouros com seus parceiros, ou como ela diz: “não ter sentimentos por ele”. Essa afirmação nos leva a pensar nas reflexões de bell hooks em “Vivendo de Amor”, quando assinala que:

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso.

Nesta direção, a autora discute como o sistema escravocrata e suas divisões constituíram elementos para a repressão de sentimentos como estratégia de sobrevivência do povo negro, em especial das mulheres negras, deixando marcas que ecoam ainda hoje.

[...] Depoimentos de escravos revelam que sua sobrevivência estava muitas vezes determinada por sua capacidade de reprimir as emoções. Num documento datado em 1845, Frederick Douglass lembra que foi incapaz de se sensibilizar com a morte de sua mãe, por ter sido impedido de manter contato com ela. A escravidão condicionou os negros a conter e reprimir muitos de seus sentimentos. O fato de terem testemunhado o abuso diário de seus companheiros- o trabalho pesado, as punições cruéis, a fome- fez com que se mostrassem solidários entre eles somente em situações de extrema necessidade. E tinham boas razões para imaginar que, caso contrário, seriam punidos. Somente em espaços de resistência cultivados com muito cuidado, podiam expressar emoções reprimidas. Então, aprenderam a seguir seus impulsos somente em situações de grande necessidade e esperar por um momento “seguro” quando seria possível expressar seus sentimentos”.
(*bellhooks in Portal Geledés*)

Endurecer-se diante dos obstáculos, centralizando suas forças na própria sobrevivência fez com muitas gerações de mulheres negras fossem ensinadas a não expressar seus sentimentos de dor e medo. Entre as mulheres essa ação se mostra presente, sobretudo entre aquelas que tiveram que assumir a chefia de uma casa, em

função do desemprego do marido, ou entre aquelas que assumiram a educação dos filhos, por terem se separado de seus companheiros, seja por óbito ou término da união. Francisca é um exemplo desse processo social.

Em suas narrativas identificamos um controle social do corpo e de seus sentimentos. Aqui, parece que encontramos as ideias de Foucault em seu livro *Microfísica do poder* (1986, p.82), ao dizer que o “controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. O mote do questionamento de Francisca consistia em saber se ela estava se prostituindo ou não, quando estabelecia novas relações conjugais, sem sentimentos afetivos. A ideia de utilização do corpo aliado aos sentimentos que gostaria de desenvolver em suas relações parece algo tormentoso. Uma profusão de sentimentos que expressa um conflito ainda hoje presente em Francisca.

Na trajetória de Lydia observa-se um ambiente que a instrumentalizou na luta contra o racismo, em especial, no caminho que a mulher deveria construir em suas vivências. Esse suporte foi organizado principalmente por seus pais, que sempre a conscientizaram das amarras que envolviam a condição de ser negro no Brasil. Assim como, em “Vozes Mulheres”, de Conceição Evaristo, o racismo se mostra presente como limitador das possibilidades sociais das mulheres negras silenciando muitas vozes, no contexto da história de Lydia esse fato também se faz presente. Não obstante, Lydia organiza instrumentos para reagir às práticas racistas, anunciando uma mudança na forma de ver essas questões e, sobretudo em exercícios de movimentos de resistência, evidenciando o protagonismo das mulheres na construção dos movimentos negros e sociais, como as associações e clubes comunitários. Essas ações nos reportam ao poema “Vozes Mulheres”, quando expõe que a reverberação só acontece pelo eco contínuo das vozes de mulheres negras construídas pela trajetória de luta política.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha
recolhe em si

a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 1990, p. 32)

Vemos no poema, assim como nos relatos de Lydia, que o resgate histórico pela rememoração desloca a história oficial, sublinhado que as mulheres negras brasileiras, desde as suas ancestrais, já constituíam diferentes movimentos de resistência. Destarte, o processo de reação à violência racial ganha expressão na constituição das vivências, seja no Movimento Negro, em sindicatos, instituições religiosas, dentre outros.

Podemos pensar Lydia como uma das mulheres descritas por Evaristo, como as guardiãs das memórias negras, mulheres que mantêm uma “vigília atenta” e retomam toda a sua ancestralidade para (re) criar movimentos de resistência.

A noite não adormece nos olhos das mulheres

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.

Lydia agrega, portanto, em suas vivências distintos mecanismos de reação ao racismo: estratégias individuais e coletivas que constituem sua história de vida como mulher negra, migrante, professora e ativista. Relatos que sublinham como ela teceu sua história com a construção e desenvolvimento da cidade e, sobretudo como se fez presente nos espaços que lhe foram negados. É uma rememoração que nos mostra, como diz Beatriz Nascimento, que: “a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma História do Brasil ainda a ser feita”.

Táticas de resistência na cidade

Maria Vicentina e Celina são personagens do movimento de fixação dos moradores da Vila Planalto no contexto da ditadura militar. Acampamento edificado em 1957 para receber os operários da construção de Brasília e que deveria ser desmanchado

com a inauguração da capital federal, em 1960. Contudo, o movimento de resistência criado pelos moradores, do qual as duas fazem parte, possibilitou a permanência dos moradores no local. Após a garantia de fixação das casas na Vila, as participantes do movimento passam a ser reconhecidas como símbolo de resistência na história da Vila Planalto.

Celina, como muitas mulheres que nasceram em cidades pequenas, justifica sua escolha de migração para Brasília, em função da precária condição de vida que possuía. Primeiro vivendo em Esmeralda - MG e depois nas cidades do estado da Bahia. Seguiu o caminho de muitas jovens negras que vem para os centros urbanos para trabalhar como empregada doméstica, atividade que começou a exercer desde cedo, nos outros estados.

O projeto de construir uma casa própria foi uma das metas de Celina. A casa, mais uma vez assume uma significação importante, que ultrapassa a ideia de um bem material, mas de morar em lugar que é seu, espaço sem restrições. Mary Garcia Castro (1989) em sua pesquisa sublinha que a relação público-privado para as trabalhadoras domésticas possui um significado distinto dos constructos feministas tradicionais no campo do trabalho. Para elas, o espaço doméstico deve ser desprivatizado, enquanto que para as trabalhadoras assume características que marcam sentimentos de bem estar, liberdade.

Acrescentadas a esta reflexão, temos ainda a ideia de família como um elemento importante nas vivências dessas mulheres, demarcando as espacialidades: lugar de trabalho *versus* lugar da família, cisão considerada importante na construção da identidade da trabalhadora doméstica. Nesta perspectiva, a casa, assume o lugar de um lar, o ambiente familiar, pois “morar com os outros é diferente de morar no que é seu” (Celina).

Kofes (1990), em suas reflexões, a partir de autoras como Heleieth Saffioti, Elizabeth Jelin, dentre outras, destaca a importância de análises centradas na especificidade do doméstico como um espaço simbólico formador de relações sociais. Desta forma, as acepções descritas do trabalho doméstico encontram respaldo na narrativa de Celina quando expressa a ideia de ter uma casa. O doméstico assume significações que ultrapassam as perspectivas convencionais de público e privado.

As experiências das empregadas domésticas apresentadas por Castro (1989), assim como a exposta por Celina, apresentam pontos de convergência, nas aspirações

por uma casa, na exploração do trabalho infantil, na pobreza, no servilismo, o não acesso a educação formal, a humilhação.

Sueli Carneiro (2003) movida pelo pensamento de Patrícia Collins e Luiza Barros a respeito do emprego doméstico expõe que é esse processo de exclusão peculiar da mulher negra que aponta para a necessidade de um olhar distinto no campo das ações e da ideologia hegemônica, construindo instrumentos de reflexão e de ação política, que encontrariam suporte no enegrecimento do feminismo.

Celina é protagonista da história da construção de Brasília, e ao mesmo tempo, apresenta vivências tão próximas dos escritos por Esmeralda Ribeiro (2011), como mulher negra que luta contra o histórico processo de exclusão.

As histórias de Celina e Maria Vicentina se cruzam na formação do Centro Social na Vila Planalto e assim a amizade das duas segue o caminho de construção de um movimento de resistência.

Maria Vicentina reúne esforços não apenas para trazer uma melhor qualidade de vida para a Vila, como no caso do atendimento médico ou a garantia de moradia. Suas práticas estão associadas à concepção de defesa dos direitos sociais das mulheres que fazem parte da história de Brasília. E em torno dessa ideia, outras mulheres tornaram-se participantes do Grupo das Dez, reconfigurando a participação do grupo na mediação das demandas em diferentes instâncias do governo.

Neste momento, vem à tona a análise de Conceição Evaristo exposta no Congresso Mulheres em Brasília em 2017 ao refletir a respeito das práticas das mulheres negras. Segundo a autora, a categoria tática de Michel de Certeau constitui um instrumento importante para pensarmos essas mulheres no contexto de estratos sociais baixos. Tática, na visão de Certeau (1990, p. 100), é uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”. Nesta perspectiva, Evaristo expõe que as mulheres negras (re) inventam “táticas de resistência” no sentido de escapar das estratégias do sistema dominador. Assim sendo, seu cotidiano é caracterizado por uma (re) apropriação de espaços, usos e fazer que abrem caminhos para sua sobrevivência e resistência.

Sandra Beatriz Zarur (1996, p. 85) ao analisar a história da Vila Planalto como um movimento de resistência popular frisa que de acordo com o contexto histórico que vivia Brasília surgiam “novas formas de relacionamento dos moradores entre si e com as autoridades locais, revertidas em estratégias de sobrevivência”. Assim, é possível identificar vários movimentos na luta pela permanência dos moradores no local, desde

táticas como o cultivo de árvores frondosas nos quintais e nas ruas com o objetivo de esconder as casas da fiscalização para evitar que fossem derrubadas até a organização dos movimentos na comunidade, como o Centro Social da Vila Planalto – Grupo das Dez – que atuou ativamente em prol da fixação da Vila.

É neste contexto que percebemos as ações de Maria Vicentina. Ela cria possibilidades para chamar a atenção das autoridades governamentais, assim como da própria comunidade para a questão da moradia na Vila Planalto. Formar um grupo de mulheres donas de casa para tratar de assuntos de interesse dessas mulheres ou elaborar uma carta ao governador solicitando a fixação da Vila para ser entregue na descida da rampa no Congresso são exemplos de um fazer tático de uma mulher que consegue identificar possibilidades de criar ações de resistência.

Raça, religiosidade e cidade

Lindaaura faz parte de um dos terreiros de Umbanda mais antigos da capital federal: Tenda Espírita São Jerônimo, datado de 1968. Sua formação é da época das primeiras habitações na região. A casa surgiu depois da doação do lote por um pai que o filho teria sido curado de uma doença pelo Caboclo Mata Virgem. Nessa época, o grupo se reunia em um pequeno barraco na 2ª Avenida do Núcleo Bandeirante.

Segundo Ordep Serra (2001), os espaços pioneiros de cultos umbandistas na nova capital federal surgem antes da inauguração. Em 1958, o centro espírita presidido por João Laus abria as suas portas no Plano Piloto, na W3 Sul - uma importante avenida de Brasília; e outro centro era dirigido por Babá Sebastião Calazans, construído após a doação do terreno por JK, em uma área que hoje compreende a região administrativa de Ceilândia. As referências ao terreiro onde Lindaaura hoje é mãe de santo aparecem no Inventário Nacional de Referências Culturais dos terreiros do Distrito Federal e Entorno (2012) como também um dos mais antigos. Após o inventário, estes terreiros passaram a fazer parte do Patrimônio Imaterial da cidade, sendo dessa forma protegidos legalmente.

O aprendizado, o saber-fazer para trilhar o caminho de zelador (a) de santo é problematizado por Marluce de Lima Macedo (2012), ao expor a oralidade como principal instrumento de difusão dos saberes e práticas da religiosidade afro-brasileira.

Aspecto que se faz presente, sobretudo, nas referências à ascendência tanto materna quanto paterna de uma ancestralidade africana, narrativas restauradoras de histórias que antecedem à chegada em terras brasileiras e que fazem alusão a princesas, rainhas.

Narrativas geralmente contadas nos terreiros, e que evidenciam a aprendizagem de cada médium e também a preocupação de salvaguardar essas histórias.

O substrato místico do poder de um dirigente de uma casa ou tenda reside no conhecimento dos aspectos que envolvem o culto, a magia, e especial dos caminhos que devem ser seguidos para dar resolução aos problemas materiais e espirituais das pessoas que estão sob sua proteção. Entretanto, para ocupar a posição de líder religioso é necessário passar por uma preparação que envolve alguns anos (em média de dois a sete anos) de ensinamentos “teóricos” (oralidade) quanto aos práticos (ritualísticos). Logo, um pai ou mãe de santo precisam demonstrar que não possuem apenas os atributos que os distinguem socialmente de outros indivíduos – tais como “olhar profundo”⁸⁶ e a capacidade de se comunicar com os espíritos – mas que também está habilitado a dar assistência a todos. Isto significa que, entre as habilidades do futuro líder religioso também está um *comportamento moral* próprio daquele que pretende ser um zelador (a) ou pai e mãe de santo. Sánchez Vaquez (2000, p. 179), define *comportamento moral* como “um comportamento obrigatório e devido; isto é, o agente é obrigado a se comportar de acordo com uma regra ou norma de ação e a excluir ou evitar os atos proibidos por ela. Por conseguinte, a obrigatoriedade moral impõe deveres ao sujeito”. Neste sentido, o aprendizado mediúnico é pautado em valores⁸⁷ que transbordam no ritual: assistência às pessoas, humildade e caridade⁸⁸.

É um poder e um saber que vai se formando ao longo dos anos pela crença em sua existência e eficácia. Mas como diz Lindaura: “um caminho difícil, que passa por etapas que exigem abolir muitas coisas de sua vida. Não é só a sua vontade, mas a do santo”. É na casa de culto que a carreira do dirigente se concretiza. Contudo, sua legitimidade depende do consenso coletivo, pois o status do dirigente, assevera Anaíza Vergolino e Silva (1976, p.57):

não é atribuído a um médium, simplesmente porque este recebe da graça divina” o “dom da mediunidade”, mas sim porque ele foi assim acreditado pelo grupo –razão pela qual ele fala e é ouvido pelo mesmo grupo, no contexto de sua casa de culto.

⁸⁶ Marcel Mauss (1974) destaca algumas características dos magos que os distinguem socialmente como uma classe especial de indivíduos, tais como: “dons da oratória”, “inteligência especial” e “olhar profundo”.

⁸⁷ Entendo valores como princípios que são aceitos ou mantidos por um grupo, sociedade etc.

⁸⁸ Ideal cristão filtrado pelo crivo Kardecista, que impregnou o corpo doutrinário umbandista.

Atingir o reconhecimento do grupo trouxe a Lindaura maior prestígio na família e também na comunidade. Chegamos aqui a um ponto fundamental: a intersecção entre gênero, raça e religiosidade. O sistema de representações de entidades espirituais da umbanda oferece às mulheres praticantes do culto vivências que lhe são recusadas na sociedade patriarcal. Assim, nos cultos nos quais as pombas giras se manifestam é comum vermos os homens nos momentos de consulta se dirigindo a elas de cabeça baixa e curvados, fazendo deferência. Enquanto, as mulheres incorporadas de pombas giras permanecem altivas, de corpo ereto e voz firme. São mulheres que se apresentam sensuais, eróticas, fortes, corajosas, mas também acolhedoras e sábias. Características que não são bem aceitas nas mulheres que vivem em uma sociedade que segue os princípios judaico-cristãos. Entretanto, a umbanda acolhe essas mulheres, que são reverenciadas e reconhecidas como guardiãs de poder e conhecimento, que não se restringe aos espaços do sexo e do amor. São atuações que possibilitam as mulheres transitar por espaços comumente designados aos homens não negros.

Ainda que sua história de vida seja marcada pela resistência a determinadas posições hegemônicas, como por exemplo, trabalhar como garçom em um bar em um período que esse trabalho não era considerado um espaço para vivências femininas; ou ainda quando tomou a decisão de casar com um homem não negro que representava a “força” policial em Brasília; identificamos também nas ações de Lindaura os conflitos provenientes da internalização de concepções que reforçam que determinados comportamentos, como o das prostitutas da ZBN, são desviantes. Fato que fez com que Lina procurasse outro espaço para residir. Pois, as prostitutas representavam afronta à moralidade pública, uma distorção do que se esperava da mulher para aquele período. Entretanto, como destaca Rago (1991), a prostituição é campo privilegiado de exercício da virilidade masculina sendo, portanto, um espaço de preservação da moral e dos costumes que as mulheres honradas devem manter.

Essas ações distintas, ora de reprodução de concepções hegemônicas, ora de resistência são reveladoras de movimentos que buscam problematizar, construir novos caminhos como mulher negra e mãe de santo. Os conflitos cotidianos da mulher negra e a força para superá-los estão descritos no poema de Conceição Evaristo:

Pedra, Pau, Espinho e Grade

“No meio do caminho tinha uma pedra”,
Mas a ousada esperança de quem marcha cordilheiras
triturando todas as pedras

da primeira à derradeira
de quem banha a vida toda
no unguento da coragem
e da luta cotidiana
faz do sumo beberragem
topa a pedra pesadelo
é ali que faz parada
para o salto e não o recuo
não estanca os seus sonhos
lá no fundo da memória,
pedra, pau, espinho e grade
são da vida desafio.
E se cai, nunca se perdem
os seus sonhos esparramados
adubam a vida, multiplicam
são motivos de viagem
(EVARISTO, 2008).

O poema é revelador de alguns dos desafios que a mulher negra precisa transpor em um caminho marcado pelo discurso da desigualdade, em outras palavras por “pedra, pau, espinho e grade”. Todavia, a esperança ainda constitui a força motriz da caminhada: “E se cai, nunca se perdem, os seus sonhos esparramados”. Nas palavras de Lindaura: “não podemos deixar de lutar, apenas porque nos dizem que não podemos fazer algo”.

Waldiceia e Adna vivenciam outro momento em Brasília, o contexto de consolidação da cidade, que se inicia a partir de 1971, e elaboram histórias de vida que evidenciam a luta contra o racismo, a Militância do Movimento Negro, assim como o respeito às diferentes manifestações religiosas. Respeitando as particularidades de cada história, identificamos alguns pontos latentes nas narrativas dessas mulheres, tais como a retomada da memória ancestral, a resistência aos instrumentos opressores à mulher negra e a militância.

Evaristo (2006) ao problematizar a importância de pensar a memória em articulação com os conflitos e os movimentos de resistências dos negros e negras, sublinha que o negro é o sujeito de enunciação e é a partir da memória que essa identidade é reconstruída, rompendo com os espaços que lhe foram negados e a idéia de passividade que lhe foi atribuída pelos textos eurocêtricos. Deste modo, assumir-se como negro ou negra, em um contexto no qual se aprende a negar, é uma atitude de resistência social, cultural e política. É um ato significativo que ganha visibilidade na luta antirracista percorrida por Adna e Waldiceia.

A narrativa de Adna descreve os (des) encontros de sua caminhada na busca por “outra vida”, carregando em seu corpo as marcas da exclusão da condição de ser mulher

negra e pobre, em uma sociedade onde os olhares enviesados e as ofensas racistas são práticas comuns, que como afirma Ratts (2018, p. 48) formam “uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos. Multifacetado em sua existência”. Neste trajeto, Adna evidencia as ações de objeção à condição de pobreza e impedimento de ascensão social da mulher negra, que emergem dos dispositivos individuais de compreensão do que é o racismo, ao reconhecimento enquanto grupo étnico-racial até a militância nos movimentos negros. Beatriz Nascimento em *Negro e Racismo* (1974, p. 76), descreve:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo.

Vemos em Adna um exemplo de uma mulher que viveu uma *travessia* - no sentido atribuído por Beatriz Nascimento – de deslocamento de suas origens, da migração do campo para os centros urbanos no qual o corpo constituiu o principal instrumento. A esse respeito Ratts (2018, p. 68-69) diz:

Olhar-se no espelho da raça e reconstruir sua identidade e seu corpo, pensando na sua trajetória e nas rotas do povo ao qual se sente vinculado. Beatriz é um de nossos ícones nessa hora. Esse corpo negro ainda que parado para falar ou fixado em fotografia enuncia sentidos. Na memória corporal ou na difícil construção da cidadania, a linha do corpo negro continua desenhando o espaço. Fio da memória. Fio da identidade. Espelho que nos indaga.

É nesse movimento de buscar reconhecer-se em espaços que muitas vezes a encapsularam e outros que lhe proporcionaram uma expansão dos horizontes que percebemos Adna construindo movimentos de resistência.

Waldiceia também vivencia momentos de exclusão e ao mesmo tempo constrói um caminho desafiador de elaborar um discurso próprio, como mulher negra evangélica. Ação muitas vezes não é compreendida por seus pares da igreja ou do Movimento Negro. Entretanto, esses obstáculos são componentes para a continuação de sua militância.

Adna e Waldiceia são mulheres que fortificam o enegrecimento do feminismo - utilizo de uma expressão de Sueli Carneiro – com ações que buscam engendrar uma agenda que trate das especificidades que compreendam o que é ser mulher e negra na sociedade brasileira.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial (CARNEIRO, 2003, p.119)

Essa forma de pensar coloca em cena o racismo como eixo articulador sobre as relações de gênero, produzindo conseqüentemente a hierarquia de gênero em nossa sociedade. O que esse movimento propõe é um novo olhar para a identidade política da mulher negra como sujeito histórico e político.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003, p.119).

É neste sentido de uma autodeterminação política que caminham Adna e Waldiceia lutando por espaço e representação nos mais diversos segmentos sociais impulsionadas por concepções inspiradoras como as de Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, entre outras mulheres negras que revelam em seus escritos a possibilidade de construção de uma luta anti racista e feminista em diferentes campos.

As mulheres por elas mesmas

As narrativas levantam muitas questões, entretanto para fins deste estudo, acredito ser necessário trazeremos para esta reflexão as interseccionalidades presentes nessas vivências.

Atualmente, o termo interseccionalidade tem suscitado muitos questionamentos e reflexões dentro do âmbito acadêmico. Contudo, ainda que as pesquisadoras

apresentem diferentes óticas sobre o conceito, elas compartilham da idéia, como destaca Patrícia Hill Collins (2016, p. 21), de que “implicitamente, neste ponto de vista, está uma visão humanista alternativa de organização da sociedade”, e advogam que essa abordagem possibilita o enfrentamento das discriminações de forma mais eficaz, assim como pode constituir elementos orientadores para as demandas de políticas públicas inclusivas embasadas no que é imprescindível para garantir os direitos das mulheres a serem por elas beneficiadas.

Kimberlé Crenshaw (2002) parte da reflexão de que em algumas circunstâncias apenas o aspecto mais emergente da discriminação é percebido, enquanto as estruturas econômicas, culturais e sociais que estão no pano de fundo e modelam tais discriminações tornam-se obscurecidas. Deste modo, uma discriminação que possui, por exemplo, uma estrutura de gênero, poderia ser percebida apenas como sexista, quando preteridos os outros sistemas de subordinação entrelaçados nessa discriminação. Pois, “para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam que ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação” (Ibidem, p. 176). Nessa forma de pensar, o gênero não é o único motor da discriminação, outros elementos agem concomitantemente para a prática. Outro aspecto importante é a proposta de não hierarquizar as formas de opressão.

As ideias da teórica estadunidense permitem reconhecer as diferentes formas de subordinação e os efeitos interativos presentes nas discriminações. Discute ainda, as ações e políticas específicas que engendram opressões que entrecruzam ao longo dos eixos de subordinação, estabelecendo aspectos ativos de desempoderamento. Neste sentido a interseccionalidade:

refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Esta forma de pensar, caminha na direção do que Collins (2017, p.11) expõe a respeito do conceito em questão:

Mutuamente, a construção de sistemas de poder produz distintos lugares sociais para indivíduos e grupos dentro deles, nesse caso, as identidades desempoderadas que mulheres de cor carregam, as posiciona em iniquidades

sociais complexas, de forma diferente daquelas vividas por homens ou mulheres brancas.

Na esteira deste pensamento, que acreditamos ser possível pensar as memórias das mulheres negras participantes deste trabalho. A memória pensada na concepção de Conceição Evaristo (2006) como um instrumento que possibilita a leitura do passado e reelaboração e redirecionamento da história do presente. Neste sentido, a autora apresenta uma escrita que demonstra o apagamento das mulheres negras no protagonismo na história brasileira.

Essa reivindicação vem justamente porque nós estamos fazendo questão de estar em todos os espaços, nas universidades, na vida pública, nos meios de comunicação. Por isso acredito que hoje há uma afirmação que reivindica. Mas eu também acho que a gente não deve esquecer o passado, pois ainda precisamos exorcizar essa nossa dor. Creio que não esquecer impulsiona você a cobrar, porque nada que a sociedade está nos oferecendo é de graça. Então vale lembrar o passado. (EVARISTO, 2006, p.20)

A rememoração seria assim, uma enunciação transgressiva que busca evidenciar os instrumentos de resistência e contestação que emergiram do contexto histórico no qual foi configurada a exploração da população negra, em especial das mulheres. Deste modo, a escrita de Conceição é constituída em sua memória e transportada para as memórias das histórias que escreve, revelando o profundo imbricamento entre as experiências da autora e suas personagens, isto porque a escrita da autora é “contaminada pela condição de mulher negra”.

Imbuída destas ideias é que pensamos os movimentos de idas e vindas de cada lembrança rememorada e trazida nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa. Nesta perspectiva, a entrevista é pensada como dispositivo no qual as pessoas se descrevem, se narram, se julgam ou realizam controle de determinadas vivências. Um exercício metodológico de como essas mulheres percebem suas experiências e se reconhecem como sujeitos da nova capital. Considerando que “as práticas discursivas nas quais se produzem e se medeiam as histórias pessoais não são autônomas” (LARROSA, 1994, p. 8), pois também estão inseridas em mecanismos sociais coercitivos e normativos, revelando assim, em alguns momentos falas marcadas por contextos hegemônicos. Situar as mulheres neste âmbito é também buscar percebê-las como sujeitos que apresentam histórias singulares, mas quando inseridas em contextos mais amplos, como sujeitos coletivizáveis, revelam-se histórias de outras mulheres negras que compartilham com elas algumas de suas realidades.

Ser mulher, negra, de baixa renda, viver em um local onde suas experiências não encontram reverberação no que se expõe a respeito da história de Brasília, evidencia aspectos de experiências pessoais, mas também encontra cruzamentos com contextos interseccionais de raça, classe e gênero. Isto porque

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas as vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionadas nessas interseções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar “tráfego” que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa muito perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho do outro fluxo contrário; em outras situações, os danos resultam de colisões simultâneas (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A análise nos conduz a pensar em instrumentos conceituais que nos auxiliem a “identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se entrecruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades” (SARDENBERG, 2006, p. 59)

Essas ideias parecem dialogar com o que expõe Beatriz Nascimento, ao tematizar a ausência de pesquisas sobre o negro no Brasil para além das questões relativas à escravidão, sublinhando quais as narrativas que receberam espaço no campo acadêmico, assim como a dificuldade do reconhecimento de outros sujeitos, outras histórias, de novos olhares. É este olhar de si mesmo e de sua história que foi e continua sendo construído por muitas autoras negras, como a Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, dentre outras.

Conceição Evaristo nos proporciona uma importante reflexão das narrativas apresentadas em suas obras ao denominar os textos como *escrevivência*, referindo ao diálogo que tece entre suas personagens e suas experiências como mulher negra. O termo fundamenta-se na ideia de problematizar a imagem das africanas escravizadas e suas descendentes que elaboravam histórias para os bebês da casa grande adormecerem, mas nunca podiam contar a sua própria história. A *escrevivência* é marcada pelo lugar social que cada mulher negra escolhe compor. Assim sendo, a autora afirma não apenas que os seus escritos podem receber esta denominação, mas também os textos de outras mulheres.

Desse modo, a “*escrevivência*” de Conceição Evaristo pode ser entendida como um conceito que propõe explicitar e discutir as trajetórias das histórias de afro-brasileiros, criadas pela dinâmica do movimento diaspórico no Brasil,

através da qual, as experiências e as vivências desses mesmos sujeitos transmitam, entre o acontecimento e a narração do fato, uma realidade sobre um modo particular de produzir literatura, como um caminho filosófico de questionamento à existência da humanidade negra no texto literário (SILVA, 2017, p. 20)

Compreendemos que o exercício de pensar as formas de relação do sujeito consigo mesmo, entrecruzando com as outras práticas discursivas, encontra assento na concepção de escrevivência de Evaristo quando discutimos as histórias das mulheres negras. É neste sentido que compreendo que as narrativas apresentadas no capítulo 3 constituem elementos para pensarmos na forma como essas histórias são construídas e mediadas nos distintos espaços das práticas sociais.

O diálogo entre a memória e os aspectos históricos descritos estão presentes em suas vivências, e na de outras mulheres negras que sofrem com os diferentes processos de exclusão. A esse respeito Conceição Evaristo, descreve:

Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto. Sou eternamente naufraga.
Mas os fundos oceanos não me amedrontram nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a bóia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.

Poemas da Recordação e outros movimentos (2008)

O verbo “recordar” surge como aspecto essencial no poema, essa ênfase nos conduz a reflexão da finalidade do ato rememorativo. bell hooks (1990) apresenta uma distinção entre nostalgia e rememoração que cabe neste momento trazer a tela de discussão. Segundo a autora, a espacialidade é integrante de uma política de memória. A nostalgia é como o desejo de retorno ao passado, enquanto a rememoração (*remembering*) é o processo de buscar caminhos para transformar o presente a partir do passado. Neste sentido, recordar é um componente da construção crítica que envolve o sujeito em suas relações espaço-temporais, assim como uma ação perante o processo histórico que o constituiu. O ato da rememoração exprime a premência de instituir espaços que resgatem o passado, de forma que os legados de sofrimento, resistência e vitórias transformem a realidade presente em novas formas de articulação.

No poema a memória é comparada ao mar, brota a partir de elementos de ativação que impulsionam as lembranças e que a faz enfatizar que é uma eterna “naufraga” que sobrevive aos sistemas socioculturais excludentes. Uma memória

individual que retoma o que foi vivenciado. Entretanto, o passado reconstruído é resistência, é a fonte de onde emana os motivos para lutar.

A concepção de memória surge no contexto dos afrodescendentes, propondo uma reelaboração da história segundo a concepção delas e deles. As memórias descritas no trabalho de Evaristo são componentes para pensarmos no campo de estudos de gênero e raça a constituição de outras histórias nas quais o silêncio e as dores produzem sentidos que se distanciam da visão eurocêntrica descrita em alguns estudos. É um caminho que nos leva a uma elaboração discursiva que busca compreender as formas de luta e resistência das mulheres negras, os apagamentos históricos e os preenchimentos de lacunas suscitadas pelo discurso dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar negro

Naufragam fragmentos
de mim
sob o poente
mas,
vou me recompondo
com o Sol
nascente,

Tem
Pe
Da
Ços

mas,
diante da vítrea lâmina
do espelho,
vou
refazendo em mim
o que é belo
(Esmeralda Ribeiro, *Cadernos Negros*)

É neste movimento (re) construção que chego a esta etapa do trabalho, que considero uma pausa, que posteriormente se transfigurará em outros trajetos.

A vivência com as mulheres que participaram desta pesquisa mostrou-me outras leituras a respeito de Brasília. Olhares de distintos períodos históricos, lugares de outras áreas da cidade, ainda pouco conhecidas por mim, uma vez que também sou migrante.

Nas narrativas sobre Brasília, são geralmente evocadas as cidades de origem, a família, os amigos. Rememorações carregadas de significados históricos e sociais que são articulados a outros possíveis sentidos para morar em Brasília. Assim, a memória opera como elemento articulador entre o passado e presente, revelando um olhar para além do que é propagado na história pública de Brasília.

Nesta direção, é necessário retomar alguns aspectos do que é apresentado no repertório jornalístico e no que as próprias mulheres dizem de si mesmas e dos outros quando rememoram suas histórias da cidade.

Observamos que os textos jornalísticos de acordo com cada contexto histórico apresentavam uma leitura das mulheres na cidade em construção. Contudo, as mulheres negras não tiveram relevância nessas produções. O que encontramos são condutos indicativos das histórias dessas mulheres, uma colcha de retalho que quando alinhavada

evidencia a presença das vozes femininas negras. Ainda que se observe um projeto político para invisibilizar a participação dessas mulheres da história da cidade, elas se fazem presentes como construtoras de bandeiras de luta contra a falta de moradia, de saúde, de educação.

As narrativas orais expõem traços e lembranças de experiências em espaços de exclusão, o enegrecer de algumas mulheres, os instrumentos de ação na luta contra formas de assujeitamento. A cidade não surge como pano de fundo amorfo, mas componente de subjetivação e espaço de empoderamento, tais como nos escritos de Carolina de Jesus. Em outras palavras, uma possibilidade de ver a história de Brasília de outro modo, com outras lentes. São vozes silenciadas, como afirma José Jorge de Carvalho (2002, p.133), que quando narradas:

permite ao sujeito uma capacidade de se representar e de devolver a compreensão de um mundo maior que aquele em que lhe foi dado mover-se e também por ousar negar-se a uma re-subjetivação que lhe vem sendo imposta.

Destarte, é possível identificar em cada narrativa das participantes deste trabalho os diferentes movimentos formados por essas mulheres, seja no âmbito do trabalho doméstico ou não, no aspecto cultural, religioso, ativista. Ainda que as narrativas orais possuam um caráter fragmentário - na sua condição de apresentação-, como afirma Carvalho (2002, p.140) são esses “fragmentos que falam da condição de subjetividade, que inscrevem as relações hierárquicas de poder que configuram nossa realidade”.

Observa-se que as histórias apresentadas são marcadas por temporalidades, espacialidades e dinâmicas distintas que sublinham a presença das mulheres negras em Brasília. São ações que se contrapõem à ideia de que a mulher estaria estrita ao domínio do espaço doméstico, sendo este espaço inclusive apresentado como dinamizador de organizações políticas, como no caso do surgimento do Grupo das Dez que foi um movimento que utilizou diferentes caminhos de sobrevivência e luta até a regularização definitiva da Vila Planalto.

Outro exemplo de organização das mulheres é possível identificar nas narrativas Waldiceia e Adna, ativistas do Movimento Negro e Religioso. Exemplos de movimentos sociais em Brasília que ganharam amplitude após a abertura política e conseguiram organizar ações na luta anti-racista que produziram uma agenda que considerasse a perspectiva feminina negra,

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (CARNEIRO, 2003, p.119)

Assim, mulheres como Waldicéia e Adna encampam lutas como o registro sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno, formulação de políticas públicas para as mulheres negras no Plano Distrital de Políticas para Mulheres, dentre outros movimentos. As memórias da cidade dessas mulheres estão entrelaçadas com a sua condição de mulher negra e ativista.

Neste sentido, percebemos esses movimentos, como práticas de resistência. Ações que compreenderam a conquista de informações, barganhas, negociações que delinearam outras possibilidades e formas de resistir. A resistência é pensada aqui como um ato político que se faz no cotidiano, nas palavras de Sousa (2018, p.18)

A resistência é ressignificada diariamente. Mulheres negras sentem na pele os efeitos das desigualdades étnico-raciais e de gênero. Ainda hoje são violentadas, estupradas e massacradas dentro e fora de casa correspondendo as altos índices das estatísticas; vivenciam a aniquilação das políticas públicas, da educação, saúde, emprego e moradia; têm seus filhos(as) retirados(as) das suas entranhas pelo sistema capitalista. Revisitar o passado para compreender o presente é importante assim como empreender esforços para continuar lutando em prol de uma sociedade justa e democrática.

Esse caminho de resistência não se fez presente apenas no âmbito coletivo, mas também em ações individuais, no cotidiano das participantes da pesquisa.

O cotidiano será identificado aqui, em princípio, como “território”. Configura-se assim um “lugar”: espaço e tempo construídos. Como resultado de um processo de socialização em que uma forma específica de interação que relaciona o “indivíduo” ao “grupo” ocorre, engendrando personalidades, capacidades e comportamentos que se misturam em disputa pela escolha dos traços identitários, forma-se ali uma marca que transforma o “espaço” (geográfico, geométrico, variável de tempo) em “lugar” (simbólico) (JUNIOR, 2004, p.7)

É neste cenário multiforme e dinâmico que percebemos na história da quilombola Joana um conjunto de ações que demonstram a resistência diária na luta por seu território, cultura, educação dos filhos. Uma vivência marcada por uma relação de trabalho invisibilizado na construção de Brasília, como das lavadeiras; assim como pela exploração dos fazendeiros nas terras quilombolas.

Nos relatos de Francisca, como mulher que teve a responsabilidade de cuidar dos filhos e vivenciar a instabilidade de moradia que permeava a nova capital no período de sua construção, também são observadas múltiplas formas de enfrentamento a condições que lhe eram impostas:

No período pós-abolição, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isto significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (GONZALEZ, 1979, p.13).

Esses exemplos em contextos econômicos adversos evidenciam as táticas⁸⁹ de vida que essas mulheres (re) elaboraram para encontrar recursos para sua sobrevivência, seja no compartilhamento dos cuidados com as crianças, na troca de alimentos ou ainda na moradia compartilhada (caso de Anna quando chegou ao Cruzeiro). Nas palavras de Fernanda Carneiro (2006, p. 23): “condutas, com conteúdos e táticas de uma liberdade vivida sob tensão e funcionam como memória coletiva, inscrevendo na cultura e no cotidiano uma crônica alternativa de vida”.

Esses repertórios, jornalístico e oral, constituem modos e lugares de enunciação das mulheres negras na construção e consolidação de Brasília, suas memórias desse período estão alicerçadas em elementos subjetivos, principalmente quando tece comentários das relações amorosas e de vizinhança, mas também de aspectos que problematizam seu lugar na cidade.

Esse conjunto de informações possibilita quebrar silêncios instituídos e mostrar outros saberes, olhares. Abrindo espaços para essas vozes circularem e assim, apresentar novas histórias de Marias, Franciscas, Joanas, nas memórias oficiais.

⁸⁹ Utilizada no sentido que Certeau (1990, p.99) atribui ao conceito, como “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”.

REFERÊNCIAS:

ALBERTINI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTINI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo Pereira. **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos do CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC - FGV, 2007.

ALCOFF, Linda Martín. **The Problem of Speaking for Others**. Disponível em: <<http://www.alcoff.com/content/speaothers.html>>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

ALMEIDA, Fausta de Araujo. **A Parada dos Candangos**: de palavras a conceitos na construção de Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) - Centro Universitário de Brasília; 2012.

ANDREWS, G. R. Brazilian Racial Democracy: an american couterpoint. **Revista de História Contemporânea**, Londres, v.31, n.3, p. 483-507, 1996.

ANJOS, Gabriele dos. **A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. Indicadores Econômicos**. FEE (Online), v. 41, p. 103-118, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2934/3163>>. Acesso em: 23 out. 2015.

ANJOS, Suelen Gonçalves dos. Cultura e Tradições negras no Mesquita: Um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo. **PADÊ**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, UniCEUB, FACJS, Vol.1,n.1/06.ISSN 1980-8887

ARANTES, Muryel Moraes. O território religioso Vale do Amanhecer: um relato histórico, político e cultural. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 8, n. 1, p. 231-251, 2014.

ÁVILA, Maria Betânia; Ferreira, Verônica. **Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras**. SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia; Instituto Patrícia Galvão. Recife: SOS CORPO, 2014.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lelia Gonzale In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras** – nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000

BARNEY, Elvira. **Mulheres Pioneiras de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 2001.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: M. Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEÚ, Edson Luiz. **Expresso Brasília** - A história contada pelos candangos. - Brasília: LGE Editora, 2006.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, 1 (225): 70-88. 2009

BLOCK, Bruce. **A Narrativa Visual**: criando a estrutura visual para cinema, TV e mídias digitais. Tradução Cláudia Mello Belhassof. São Paulo: Elsevier, 2010.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative Research for Educacion**. Boston, Allyn and Bacon, Inc. 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.26, p. 329-376, jan/jun, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

BRASILEIRO, Sheila e SAMPAIO, José Augusto. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma Comunidade Negra Rural no Oeste Baiano. In: **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade / Eliane Catarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRITO, Jusselma Duarte. **De Plano Piloto a metrópole**: a marcha urbana de Brasília. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? Revista Bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, nº 2, p. 331-353, jul./dez. 2006

CAMPOS, Neio. A segregação planejada In: PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2ª ed, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília, Paralelo 15, São Paulo Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, J. MENDONÇA, M. WHITE, E. **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe”. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero.** Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados.** Vol.17, nº 49, São Paulo, Set./Dez.2003.

CARRARI, Julia de Araújo. **Reflexões sobre a presença negra na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga- DF.** Monografia (Curso de Museologia) – UnB, Brasília, 2014.

CARVALHO, José Jorge. Poder e silenciamento na representação etnográfica. **Série Antropologia,** Brasília: UNB, n. 316, p. 02-20, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. Empregadas Domésticas – A busca de uma identidade de classe. Cadernos CEAS. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 123, p. 49-58, set./out. 1989.

CENSO EXPERIMENTAL DE BRASÍLIA: POPULAÇÃO E HABITAÇÃO. 17 de maio de 1959. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

COBRA, Marcos. **Sexo & Marketing.** São Paulo: Ed. Cobra, 2001.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano 1.** Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

COLLINS, Patrícia Hill. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Boston: Unwin Hyman, 1990, p. 221-238. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/26342147/Matrix-of-Domination>. Acesso em: 20 mai. 2016

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado,** Volume 31, nº 1 Janeiro/Abril 2016.

_____. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: JSTOR. Common Grounds and Crossroads: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives. 4. ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 1989. p. 745-773.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Análise das relações de raça/cor:** Pesquisa de distrital por amostra de domicílios - PDAD 2010/2011. Brasília, 2012. 21 p. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Análise das Relações de Raça-Cor - Relatório Técnico.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Análise%20das%20Relações%20de%20Raça-Cor%20-%20Relatório%20Técnico.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2016.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Evolução dos movimentos migratórios para o distrito federal:** 1959-2010. Demografia em foco. Brasília, 2013. 90 p. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/demografia/Demografia_em_Foco. Acesso em: 05 mar. 2016.

CORDEIRO, Gleison Fernando Lima. **O processo de desapropriação da Vila Amaury (1959-1960)**. Monografia (Curso de História) – UniCEUB, Brasília, 2009.

CORREA, Rosa Lydiá Teixeira; GUIRAUD, Luciene. Possibilidades e limites de histórias de vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 671-687, set./dez. 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. **Negra Brasília**. Disponível em: <http://www2.correiobraziliense.com.br/negrabrasilia/abre.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento. Acesso em: 10 março de 2016.

COSTA, Andréa Monteiro da. **Habitus em transformação: retrato sociológico de uma lavadeira da periferia de Natal**. Campina Grande – PB, 2012.

COSTA, Maria Ivanúcia Lopes da. **Discurso e relações de poder: uma análise da rotina produtiva do jornal de fato**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros-RN, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v.10, n. 171-188, 2002.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, Aline Lemos da. “Às margens” das lagoas lavando suas roupas (e “hidratando” suas almas): ancestralidade e atualidade de mulheres afro-brasileiras e a construção de saberes em espaços não-formais. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Aline_Lemos_da_Cunha_56.pdf. Acesso em: 22 de abril de 2018.

DaMatta, Roberto. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEDECCA, Claudio Salvadori. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD: síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998.

DE’ISOLA, Luiz Humberto de Faria; BOIANOVSKY, Noemia Barbosa. **A Bailarina Empoeirada v. 1: Histórias do Povo de Brasília**. Brasília: Annabel Lee, 2013.

DURAN, Maria Angeles. **A dona de casa: crítica política da economia doméstica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de La Liberación**. Bogotá. Editorial Nueva America, 1996.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza et al. (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: UFPB, 2004. p. 201-212.

_____. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2008.

_____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

_____. **Histórias de leves enganos e parencças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016. 2.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. Eu não sei cantar: entrevista com Conceição Evaristo. In: **Revista Raça**, nº 96, mar. 2006.

FARRET, Ricardo (Org.). **O espaço da cidade: contribuição à análise do espaço urbano**. São Paulo: Projeto, 1985.

FEMENÍAS, María Luisa. **Sobre o sujeito y gênero: lecturas feministas desde Beauvoir a Butler**. Bueno Aires: Catálogos, 2000.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília In: PAVIANI, Aldo. **Brasília: 50 anos: capital da metrópole**. Brasília: editora UnB, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FILHO, Roberto Efreim. Os despudores de Anne McClintock. **Cadernos Pagu** nº 40 Campinas Jan./Jun 2013.

FONTENELE, Tânia. **Poeira e batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília**. Brasília: Caminho Meio Criações, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

FURLIN, Neiva. A experiência da intersubjetividade na pesquisa feminista: perspectivas metodológicas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 4, p. 913-930, out./dez. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar** - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GONÇALVES, Eliane. **Vidas no singular**: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: SP, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social In: PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2ª ed, 2010.

HAMEL, Christelle. **L’intrication des rapports sociaux de sexe, de “race”, d’âge et de classe**: ses effets sur la gestion des risques d’infection par le VIH chez les français descendant de migrants du Maghreb. Paris: tese de doutorado, EHESS, 2003, p. 643.

HANSEBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj, 1988.

HASENBALG, Carlos e VALLE, Nelson Silva. Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil. HOLSTON, James. **A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTHER, Eli (Org.) **Debates en torno a una metodologia feminist**. México, D.F.: UNAM, 1998.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (Org.). **Racismo ambiental**: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOOKS, Bell. **Feminist theory**: from margin to center. Boston: South End Press, 1984.

_____. Intelectuais negras. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v. 3, n. 2, p. 464-479. 1995

_____. Postmodern Blackness. In: hooks, bell. Yearning: race, gender, and cultural politics. Boston: South End Press, 1990. p. 624-631.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Experimental de Brasília**: população, habitação. 17 de maio de 1959, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Terreiros do Distrito Federal e Entorno**: Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: DF: Iphan-DF, 2012.

IPANEMA, Cybelle de. Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica In: **Veredas de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho. Nelson de Castro Senra (Org.); Nísia Trindade Lima ... [et al.]. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Mário Theodoro (Org.); Luciana Jaccoud... [et al.]. Brasília: Ipea, 2008.

JUNIOR, Deusdedith Alves Rocha. O território do cotidiano. **PADÊ**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, UniCEUB, FACJS, Vol.1,n.1/06.ISSN 1980-8887, 2008.

JUNIOR, José Geraldo Simões; ALVIM, Angélica Benatti. Brasília: modernidade e exclusão. Dos acampamentos às cidades-satélites. In: **XVI ENANPUR**, Espaço planejamento e insurgências, 2015, Belo Horizonte. Anais (on-line). Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento urbano e regional, 2015.

JUNIOR, Reinaldo de Lima Reis. **Cidade, trabalho e memória**: os trabalhadores da construção de Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

LARROSA, Jorge. "Tecnologias do eu e educação". In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros o Sul do Brasil**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2a edição, Campinas/SP: Papyrus, 1986.

LESSA, Rodrigo Oliveira. As imagens da classe trabalhadora no cinema documentário brasileiro. **Revista Angolana de Sociologia** [Online], v.12, 2013. Disponível em: <<http://ras.revues.org/759>>. Acesso em: 23 de jun. 2016.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LIMA, Roberto. Mudar o sertão: ou quando o Jaguaribe virou açude no Ceará. **Avá**, Posadas, nº13, p.1, jul.2008. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-6942008000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2016.

KABEER, Naila. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change**, Vol. 30, no. 3, pp.435-464, 1999.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 86, 93-103, 2010.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas in: A. A. Arantes et al., **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. Candangos e Pioneiros. **Série Antropologia**, Brasília: UNB, n. 203, 1996.

MACEDO, Marluce de Lima. Tradição oral afro-brasileira e escola: nas encruzilhadas da memória. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marluce%20de%20Lima%20Macedo.pdf>

MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.) **Mulheres presentes na História de Brasília**: direito à vida. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

MAIA, Cláudia J. Gênero e nação: reflexões a partir da literatura e da crítica feminista. **Iberical**, nº 6, 2017. Disponível em: iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2014/11/06-11.pdf

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Unicamp, 1995.

MELO, B. A. **No caminho da história**. Brasília: Athalaia, 2000.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSSE, George L. **Nationalism and Sexuality. Middle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe.** Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1985.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: Análise da Narrativa Jornalística.** Brasília: Casa das Musas, 2007.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso. Rio de Janeiro, **Estudos Afro-Asiáticos** 6-7, pp. 259-265, 1982.

_____. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura Vozes.** 68(1), pp. 41-45, 1974.

NERES, Manoel Barbosa. **Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência.** Brasília-DF: Gráfica Conquista, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília. In: **Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.** Nelson de Castro Senra (Org.); Nísia Trindade Lima ... [et al.]. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação.** Brasília: Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15, São Paulo, Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio.** Campinas, S.R: Editora Unicamp, 1992.

PALMA, Daniela. As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória. **Cadernos Pagu**, nº 51 Campinas: Epub Dec18, 2017.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.** Brasília: editora Universidade de Brasília, 2ª ed, 2010.

PINHATE, Aline. **Entre rainhas e páginas de revistas: o silêncio das mulheres que fizeram Brasília florescer.** Monografia (Curso de História) – UniCEUB, Brasília, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. Mulher e Negra: a poesia como instrumento da reafirmação de gênero e etnia. *Fazendo Gênero* 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

AMMANN, Safira B. Excluídos sim, invasores não. In: PAVIANI, Aldo. **Urbanização e metropolização**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987.

SILVA, Cristiani Bereta da; FLORES, Bernar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 32, p. 77-107, Set/Dez 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução Monique Augras. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina In: Lander, Edgardo (Org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino americanas. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, 2005.

QUINTO JR., Luiz de Pinedo; IWAKAWI, Luiza Naomi. **Brasília: o canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração**. Brasília: NEUR/UnB, 1987.

RAGO, Margareth. A prostituição ontem e hoje. In: GRILLO, J. G. C; GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. (Org.). **Sexo e Violência – Realidades antigas e questões contemporâneas**. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: 27º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, 2003, Caxambu. Anais. Caxambu, Minas Gerais, 18p.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. **Imprensa Oficial** [Online]. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf> Acesso em: 20 de maio. 2018.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. Selo Negro/Summus, 2010.

REIS, M. R. **Tia Neiva: a trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o Vale do Amanhecer (1925 – 2008)**. Tese (Doutorado em História) Universidade de Brasília, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, 2008.

REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira (Org.). GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Brasília-DF, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

RIBEIRO; Esmeralda; BARBOSA, Márcio. Introdução. Esmeralda Ribeiro e Marcio Barbosa (Orgs). **Cadernos Negros**. São Paulo: Quilombhoje. 2004.

SALEM, Tânia. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: **A aventura sociológica**. Edson Nunes (Org.) Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SÁNCHEZ VALQUEZ, Adolfo. **Ética**. Tradução de João Dell Anna. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Ivanise Rodrigues. Tá fazendo marmelada, compadre? Um ensaio sobre a cultura do marmelo em mesquita, Goiás. NEAD, 2010. Disponível em: <https://quilombomesquitadotcom2.files.wordpress.com/2014/11/antropologia-nead-2010.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2017.

SANTOS, Daiane Souza. **Quilombola Mesquita é homenageado por participação na construção de Brasília**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=19347>. Acesso em: 10 jul.2015.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Donas de casa**: classes diferentes, experiências desiguais. Psicologia Clinica. vol.23 n°. 2, Rio de Janeiro, 2011.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista In: I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: Acesso em: 02 ago 2008.

SERRA, Ordep. No caminho de Aruanda: a umbanda candanga revisitada. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 25-26, n. 0, p. 215-256, 2001.

SALGADO, P. **A mulher no século XX**. Sao Paulo: Guanumby, 1949.

SIMÕES, Júlio Assis. Mulheres, diferenças e desigualdades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17 n°. 49 São Paulo, Junho, 2002.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas**: resistências e permanências. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Rosemere Ferreira da. Entre o literário e o existencial, a “escrevivência” de Conceição Evaristo na criação de um protagonismo feminino negro no romance Ponciá

Vicêncio. **Entreletras**, Araguaína/TO, v. 8, n. 1, jan./jun. 2017 (ISSN 2179-3948 – online)

SKIDMORE, Thomas E. Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 60, p. 63-76, jul.2001.

SMIT, J W. Representação da imagem. In: **Colóquio: Organização do Conhecimento e Representação da Informação - Enfoques e Perspectivas**, 1996. Cadernos do Programa de Pós graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro: Cnpq/Ibict/UFRJ-Eco, 1996.

SOUSA, Grace Kelly Silva Sobral. MULHERES NEGRAS: Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”. **Revista Kwanissa**, São Luís, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun. 2018.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho. **Construtores de Brasília**: estudo de operários e sua participação política. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

SOUZA, Lisani Albertini de. **Uma análise das imagens estereotipadas da mulher brasileira na mídia**. São Paulo: PUC-SP, 2010.

SOUZA, Vidal Candice. Brasileiros e Brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. **Cadernos Pagu** (6-7) 1996: pp.83-108.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, Editora da Unicamp, 1982.

TAVARES, Breitner Luiz. **Na quebrada, a parceria é mais forte - Juventude hip-hop**: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, 2009.

TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. **Fundação das Pioneiras Sociais**: Contribuição Inovadora para o Controle do Câncer do Colo do Útero no Brasil, 1956-1970. **Revista Brasileira de Cancerologia** 2012; 58(3): 339-349.

VIDESOTT, Luisa. **Os Candangos**. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação do departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP. Disponível em: https://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco7-pdf/02_art02_risco7.pdf. Acesso em: 2 jul.2017.

VIEIRA, Nanah Sanches. **A mulher candanga e a consolidação da nova capital**. Artigo apresentado na V Semana Sociológica da Universidade de Brasília – UnB, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VERGOLINO E SILVA, Anaíza. **O Tambor das flores**: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará. Campinas, 1976. Dissertação de mestrado em Antropologia-Unicamp.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

WEST, Cornel. The dilemma of the Black Intellectual. In.: **The Cornel West: reader**. Basic Civitas Books, 1999, p. 302-315. (Tradução e notas de Braulino Pereira de Santana, Guacira Cavalcante e Marcos Aurélio Souza).

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec: Editora Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZARUR, Sandra Beatriz. Vila Planalto: um caso de resistência popular. In: PAVIANI, Aldo. **Brasília, moradia e exclusão**. Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. **A sobrevivência da Vila Planalto**: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília. Dissertação de Mestrado. Departamento de Urbanismo, Universidade de Brasília, 1991.

ANEXOS

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Dados da participante da pesquisa (nome, data de nascimento, origem)
2. Vivências da Infância
3. Motivações para sair do seu lugar de origem e mudar-se para Brasília
4. Primeiras impressões na cidade
5. Descrição da área onde morou em Brasília, relações de vizinhança e lazer.
6. Atividades profissionais que exerce ou exerceu
7. Família e relações afetivas
8. As mulheres negras em Brasília: percepções